



**Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



MARIANA GALACINI BONADIO

REABILITAÇÃO URBANA: SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA - PR

CURITIBA

2010

MARIANA GALACINI BONADIO

REABILITAÇÃO URBANA: SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA- PR

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADOR(A):

Prof(a). MSc. Madianita Nunes da Silva

CURITIBA

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a):

Examinador(a):

Examinador(a):

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, _____ de _____ de 20__.

Aos meus pais, Edson e Elizabeti, e à minha querida irmã Lívia,
de todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Madianita, pela orientação e dedicação neste processo, por compartilhar com generosidade e carinho seus conhecimentos, e pelo exemplo encorajador frente aos desafios da universidade;

Aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, pelas oportunidades abertas ao debate e difusão de idéias, e pelos ensinamentos compartilhados que me deram suporte para a realização deste trabalho;

Aos professores Gislene, Key e Aloísio pela motivação, amizade e encorajamento ao longo destes anos;

Aos amigos que me acompanharam de perto, e aos que me acompanharam de coração na distância, nessa fase de crescimento e amadurecimento;

À Joana e Elena, pela alegria da presença constante, e por me ensinarem a ter paciência e firmeza, e a entender que as coisas não são perfeitas.

É preciso considerar ainda que a tarefa de desvendar a cidade é algo que se torna mais viável na medida em que for movida por uma verdadeira paixão, em que o ciúme seja capaz de produzir a incerteza necessária ao avanço das investigações.

Ana Carmem Amorim Jara Casco (2001)

RESUMO

O presente estudo consiste numa reflexão sobre o processo espacial presente na área central de Curitiba à luz da experiência urbana contemporânea, e tem a intenção de contribuir para a produção de um pensamento alternativo em relação à preservação e o uso do patrimônio cultural edificado. Nesta perspectiva, a proposta principal é a produção de uma análise crítica na qual dúvidas, as contradições e problemas sejam expostos para questionar a racionalidade homogeneizante e o pensamento marcado pela lógica do mercado, que tem caracterizado as intervenções em áreas centrais das cidades brasileiras nos últimos anos. Compreende a fundamentação teórica que subsidiará a elaboração de uma proposta de programa de reabilitação do patrimônio cultural na área central de Curitiba. O estudo está estruturado em cinco partes: (i) a produção do espaço da cidade e o significado do centro na experiência urbana contemporânea; (ii) a construção das identidades dos lugares do patrimônio cultural urbano; (iii) uma análise crítica de políticas e práticas de intervenção em áreas urbanas centrais; (iv) uma reflexão a respeito das formas de apropriação do espaço urbano da área central de Curitiba, a partir das áreas de interesse patrimonial; (v) a proposição de diretrizes projetuais gerais, que, subsidiarão a elaboração de uma proposta para a reabilitação do patrimônio cultural urbano da área central de Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E ÁREA CENTRAL	1
FIGURA 02 - POSIÇÕES E TRAJETÓRIAS	19
FIGURA 03 – CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE E LAGO GUAÍBA	71
FIGURA 04 – FLUXOGRAMA DE PROGRAMAS DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.....	72
FIGURA 06 – MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE RESTAURADO.....	75
FIGURA 07 – ZONA CENTRAL E HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	80
FIGURA 08 – PRAÇA RAUL SOARES REFORMADA	82
FIGURA 09 – ALARGAMENTO DE CALÇADAS E RESTAURAÇÃO DE IMÓVEIS NA RUA DOS CAETÉS.....	84
FIGURA 10 – MODIFICAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NÁPOLES (1972 E 1999)	89
FIGURA 11 – PIAZZA DEL PLEBISCITO.....	90
FIGURA 12 – CENTRO HISTÓRICO DE NÁPOLES.....	93
FIGURA 13 – RECORTE ESPACIAL PARA ANÁLISE DA REALIDADE	100
FIGURA 14 – ‘LARGO DA ORDEM’, EXPRESSÃO HISTÓRICA E CULTURAL DE CURITIBA	101
FIGURA 15 – EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO NA ESQUINA ENTRE AS RUAS 13 DE MAIO E RIACHUELO.....	104
FIGURA 16 – EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO NA RUA TRAJANO REIS	104
FIGURA 17 – PRAÇA SANTOS ANDRADE APÓS AS 20:00 HRS.....	106
FIGURA 18 – CASA ROMÁRIO MARTINS.....	108
FIGURA 19 – CAMINHOS ENTRE O NÚCLEO URBANO INICIAL E AS COLÔNIAS/ CONFIGURAÇÃO VIÁRIA ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	109
FIGURA 20 – MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM DA RUA XV DE NOVEMBRO COM O INÍCIO DA VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL (DÉCADA DE 1910 E 1960).....	111
FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DA RMC A PARTIR DA DÉCADA DE 1950.....	112
FIGURA 22 – PAISAGEM VERTICALIZADA DE FORMA LINEAR	113
FIGURA 23 – ‘FEIRINHA DO LARGO DA ORDEM’	114
FIGURA 24 – PAÇO DA LIBERDADE RESTAURADO.....	119

FIGURA 25 – SETOR HISTÓRICO/EDIFICAÇÕES DE ARQUITETURA COLONIAL E NEOCLÁSSICA (À ESQUERDA O PALACETE WOLF).....	122
FIGURA 26 - EDIFICAÇÕES DE ESTILO ECLÉTICO NA RUA SÃO FRANCISCO	123
FIGURA 27 – APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO DA AVENIDA LUIS XAVIER/EDIFICAÇÕES DE INFLUÊNCIA <i>ART-DÉCO</i>	124
FIGURA 28 – PAISAGEM DA ÁREA CENTRAL CARACTERIZADA PELA VERTICALIZAÇÃO	126
FIGURA 29 – USO NOTURNO DO LARGO DA ORDEM/EQUIPAMENTOS PRIVADOS DE CARÁTER PÚBLICO.....	127
FIGURA 30 – ZONEAMENTO DA ÁREA CENTRAL	130
FIGURA 31 – VISTA AÉREA DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA IMERSO NA PAISAGEM VERTICALIZADA DA ZONA CENTRAL	134

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO CENTRO DE CURITIBA - 2000.....	103
GRÁFICO 02 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE CURITIBA - 2000..	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE.....	66
QUADRO 02 – PROJETOS ARTICULADOS PELO ‘VIVA O CENTRO’	73
QUADRO 03 – SÍNTESE DA ANÁLISE DE CORRELATOS	97
QUADRO 04 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS	132

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - LOCAIS DE INTERESSE PATRIMONIAL	117
MAPA 02 – USOS DO ESPAÇO DA ÁREA CENTRAL	128
MAPA 03 – MAPA SINTESE	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE: O CENTRO NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA	6
2.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E OS CENTROS URBANOS	13
2.2 PROCESSOS ESPACIAIS E ESTRUTURAÇÃO URBANA: OS CENTROS DAS CIDADES	17
2.3 A RESTITUIÇÃO DA CENTRALIDADE NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA.....	23
3 IDENTIDADES E LUGARES DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	28
3.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS LUGARES DO PATRIMÔNIO CULTURAL	30
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES BRASILEIRAS	36
4 PRÁTICAS E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS CENTRAIS	43
4.1 POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS NAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS CENTRAIS: PARA QUEM E COMO	46
4.2 ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NAS ÁREAS URBANAS CENTRAIS.....	59
5 ANÁLISE DE CORRELATOS: INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS CENTRAIS CARACTERIZADAS PELA PRESENÇA DE PATRIMÔNIO CULTURAL RELEVANTE.....	67
5.1 PROJETO VIVA O CENTRO – PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL	67
5.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	67
5.1.2 PLANO ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE PORTO ALEGRE E AÇÕES INTEGRADAS.....	70

5.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.2 PROGRAMA CENTRO VIVO – BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS	78
5.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	78
5.2.2 PLANO DE REABILITAÇÃO DO HIPERCENTRO E AÇÕES INTEGRADAS	81
5.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
5.3 ‘RENASCIMENTO’ DO CENTRO STORICO DE NÁPOLES – NÁPOLES - ITÁLIA	86
5.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	86
5.3.2 O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	88
5.3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
5.4 SÍNTESE DA ANÁLISE DE CORRELATOS.....	94
6 ANÁLISE DA REALIDADE: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A POLÍTICA URBANA NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA	99
6.1 PLANEJAMENTO URBANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ÁREA URBANA CENTRAL	107
6.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA ÁREA URBANA CENTRAL DE CURITIBA	121
6.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.....	130
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
7 DIRETRIZES PROJETUAIS: PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA.....	139
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS	147

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende refletir sobre o processo de produção do espaço da área central¹ do município de Curitiba, tendo como referência o recorte espacial do Setor Histórico legalmente institucionalizado pelo decreto nº 185/2000. A escolha por este recorte, deve-se a compreensão que norteia este estudo: a de que para efetivar uma política urbana de reabilitação em áreas centrais que vivenciam processos de reestruturação espacial, é necessário o aprofundamento das questões que dizem respeito à relação entre o processo de produção do espaço urbano e a preservação do patrimônio cultural. A necessidade de aprofundamento desta temática deu-se a partir da constatação de que, ao englobar os principais símbolos culturais da cidade, o centro urbano constitui uma referência identitária para um universo amplo de atores, e, portanto, trata-se de incluir a dimensão social em sua vertente cultural como diferencial para o estabelecimento dos padrões urbanísticos e de ações urbanas nas áreas de interesse de preservação patrimonial.



FIGURA 01 – Região metropolitana de Curitiba e área central

FONTE: SOUZA (2009)

¹ Como área central compreende-se a área definida no estudo de Ferri (2009), que concluiu que esta área extrapola a do bairro Centro de Curitiba, sem limites bem definidos e concretos, mas sim com um alto grau de permeabilidade com o entorno imediato e com a região metropolitana.

A partir dessa constatação pode-se afirmar, que a análise do processo espacial presente no Setor Histórico de Curitiba ultrapassa seu limite legal, pois acredita-se que a apreensão da especificidade da área, contextualizada na produção do espaço urbano contemporâneo, impõe uma reflexão dialética sobre os múltiplos fenômenos que caracterizam a constituição da metrópole de Curitiba. Em função dessa característica justifica-se a necessidade de analisar o Setor Histórico de Curitiba à luz da sua relação com a cidade numa escala metropolitana, dos conflitos sociais do qual é palco, das suas possibilidades de lugar identitário e das práticas sociais que nele ocorrem.

A identificação do tema foi motivada pelo Trabalho Final de Graduação (TFG) do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) de Ferri (2009), cuja temática centrou-se na requalificação urbana do bairro Centro de Curitiba, e também nos estudos relacionados de Milano (2009) e Souza (2009). Ao final destes TFGs ficaram evidentes uma série de novas questões em relação à área central de Curitiba, abrindo novos desafios de pesquisa, dentre eles a dinâmica particular do Setor Histórico. Percebeu-se, então, a relevância do desenvolvimento deste estudo específico, com vistas, inclusive, ao aprofundamento do conhecimento acerca da dinâmica de urbanização da área central de Curitiba.

A opção pelo tema da reabilitação urbana do Setor Histórico de Curitiba apóia-se no conceito definido por Maricato (2001), que entende esse tipo de intervenção como:

[...] uma ação que preserve, o mais possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora. A reforma necessária [...] não descaracteriza o ambiente construído herdado (MARICATO, 2001).

Diferentemente da renovação urbana, que na definição da mesma autora constitui de uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas, que gera como consequência a mudança do uso do solo, a reabilitação tem como público alvo a população residente, e os agentes ligados a história e memória da cidade. Mesmo que em ambos os casos considere-se a preservação do patrimônio de primeira grandeza, na reabilitação urbana valores como a participação social e a solidariedade se sobrepõem aos interesses de mercado.

Decidir entre renovar e reabilitar é, portanto, uma decisão política, que implica na definição de estratégias e diretrizes diferenciadas, e que ao materializar-se no espaço, seja por meio das políticas de planejamento, gestão urbana, ou até mesmo das decisões projetuais, legitimam as formas imateriais das relações humanas. É fato que as contradições urbanas sempre estarão presentes como manifestação das próprias contradições do ser humano e das relações sociais. Mas isto não impede que se imaginem novos cenários para a vida urbana, baseados na utopia e na obra de arte que é a construção da cidade.

O objetivo geral em se estudar o processo espacial presente na área central do município de Curitiba à luz da urbanização nas cidades contemporâneas, é contribuir para a produção de um pensamento alternativo em relação à preservação e ao uso do patrimônio cultural edificado. Nesta perspectiva, a proposta principal é a produção de um processo crítico no qual dúvidas, contradições e problemas sejam expostos para questionar a racionalidade homogeneizante e o pensamento marcado pela lógica do mercado, que tem caracterizado as intervenções em áreas centrais das cidades brasileiras nos últimos anos, e que em Curitiba também se faz presente. Pretende-se demonstrar que é possível propor novas possibilidades e caminhos nesta construção, e garantir um espaço urbano vivo e integrado, capaz de fornecer símbolos coletivos, e possibilitar a apropriação plural e democrática do patrimônio cultural.

Por meio da definição dos objetivos que se pretende alcançar em relação à temática descrita, a metodologia para a concretização do estudo constituiu-se de: (i) a consolidação de uma base teórica, através de pesquisa bibliográfica, que possibilitou a definição de eixos temáticos, ou seja, a transformação de intuições em proposições; (ii) a análise de correlatos, com o objetivo de aprofundar e detalhar o conhecimento acerca de intervenções urbanas ocorridas em áreas centrais de diferentes cidades; (iii) o levantamento e o registro das informações relacionadas ao objeto de estudo; (iv) a análise crítica das informações levantadas à luz do embasamento teórico consolidado e (v) a determinação de diretrizes projetuais baseadas na leitura da realidade, no embasamento teórico e nas experiências estudadas.

Para a fundamentação da pesquisa foram considerados três princípios norteadores, definindo eixos temáticos específicos: a produção do espaço da cidade e o significado do centro na experiência urbana contemporânea; a construção das

identidades dos lugares do patrimônio cultural urbano; e a análise crítica de políticas e práticas de intervenção em áreas urbanas centrais. Estes eixos temáticos caracterizaram o estudo conceitual e teórico da pesquisa, e possibilitaram o embasamento para a análise de correlatos e da realidade estudada.

O primeiro eixo temático sobre a produção do espaço da cidade, caracteriza o segundo capítulo da Monografia. Com o objetivo específico de estudar os papéis desempenhados pelos centros urbanos no atual processo de urbanização, recuperou-se a reflexão teórica de autores que estudam o tema da urbanização, dos quais pode-se citar principalmente as contribuições de: Lefebvre (1999; 2001), que a partir do materialismo dialético, propõem a distinção da industrialização como processo indutor e a urbanização como efeito induzido, e a caracterização da atual crise urbana e a restituição de centralidade; Ascher (2006), cujas análises das características da dinâmica de metropolização auxiliam na compreensão do atual período indutor de urbanização e as relações sociais relacionadas; Desmerais e Richot (2000), que a partir da geografia estrutural estabelecem elementos de análise para compreender a estrutura urbana; Corrêa (1989), que pelo aprofundamento teórico dos processos espaciais e suas respectivas formas explica os fenômenos de produção e estruturação do espaço urbano na cidade capitalista.

A construção das identidades dos lugares do patrimônio cultural, apresentada no terceiro capítulo, analisa a complexidade crescente das relações contemporâneas a partir da construção da identidade compreendida como processo contínuo e dialético, produzido e reproduzido no interior de uma cultura. Neste eixo temático compreende-se a afirmação de determinados símbolos culturais, entre eles o patrimônio edificado, em um contexto de relações de poder, que produz a afirmação ou negação de desejos, interesses e identidades específicas. Para tanto, utiliza-se as contribuições de: Castells (1999; 2001) e Agier (2001), acerca das propriedades e abordagens do conceito de identidade e sua legitimação; Canclini (1994; 2003), cujas análises sobre patrimônio cultural auxiliam na compreensão do seu papel social e possibilidades de uso democrático; Moreira (2004), a partir do referencial teórico de *tabula rasa* e preservação; Leite (2007), no estudo da construção social de lugares urbanos a partir da carga simbólica do patrimônio cultural; Fonseca (1997) e Leite (2007), acerca da institucionalização do patrimônio urbano nas cidades brasileiras.

O terceiro eixo temático, cujo objetivo específico é analisar práticas e políticas de planejamento e gestão urbana implementadas em áreas centrais com relevante patrimônio cultural adotadas no Brasil, caracteriza o quarto capítulo desta Monografia. Utilizou-se da recuperação teórica de autores como: Moreira (2004), e a dualidade e tensão entre o desejo de *tabula rasa* e preservação, presentes nas práticas de intervenção; Bidou-Zachariassen (2006) e Smith (2006), acerca do fenômeno de gentrificação; Potas (2001), Maricato (2001), Solà-Morales (2001), cujas discussões permitem refletir sobre possibilidades de atuação nas áreas centrais, através de estratégias, programas e instrumentos de transformação da dinâmica urbana.

A partir deste referencial teórico, procedeu-se a investigação de projetos e políticas de intervenção em setores históricos e/ou áreas urbanas centrais, implementados em Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Nápoles (Itália), como subsídio de análise para a reabilitação urbana do Setor Histórico de Curitiba. A análise de correlatos, que caracteriza o quinto capítulo, permitiu a apropriação de aspectos positivos que possibilitaram a identificação de diretrizes para programas de reabilitação urbana.

O sexto capítulo, cujo objetivo específico foi refletir de forma crítica a respeito das formas de apropriação do espaço urbano no Setor Histórico de Curitiba, desenvolve uma análise das dinâmicas da área central de Curitiba. Discute ainda sobre a relação entre planejamento urbano e a produção do espaço urbano da área central.

Por fim, a partir do estudo realizado, parte-se para a proposição de diretrizes projetuais gerais, que, subsidiarão a elaboração de uma proposta para a reabilitação do patrimônio cultural urbano da área central de Curitiba. Esta proposta objetivará um estudo de cenários possíveis para a efetiva preservação do patrimônio cultural edificado e sua apropriação democrática. A determinação de diretrizes projetuais baseadas na leitura da realidade e no embasamento teórico é apresentada no sétimo capítulo.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE: O CENTRO NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA

Aprender uma cidade é, na verdade, uma coisa lenta. É preciso, entretanto, saber algumas coisas, e precisamos andar distraídos, bem distraídos, para reparar nessa alguma coisa. (Rubem Braga, in Falta um pinheiro na Avenida Atlântica, 1949).

Neste capítulo pretende-se discutir a produção do espaço da cidade contemporânea, com o objetivo de estudar os papéis desempenhados pelos centros urbanos no atual processo de urbanização.

Aprender a especificidade das cidades contemporâneas, e por assim dizer, dos fenômenos urbanos atuais, impõem uma reflexão dialética sobre processos múltiplos e ao mesmo tempo contraditórios, tais como: valor de uso, valor de troca; implosão, explosão; condensação, dispersão; núcleos subsistentes, subúrbios, etc. (LEFEBVRE, 2001).

A cidade materializa em sua morfologia a acumulação de tempos compondo-se de fragmentos de contextos históricos que a integram desde a origem. Caracteriza-se como o lugar do movimento, da circulação e da estocagem de fluxos imateriais e formas materiais derivadas das relações humanas. A cidade possui relações intrínsecas com a sociedade, sua cultura e legitimação de poderes (nem sempre formalmente estabelecidos e explícitos), e nesse sentido a modificação da sociedade induz o processo de transformação da cidade. Contudo, o espaço urbano não exprime somente as relações sociais, mas também reage sobre elas, num processo dialético e contínuo.

Para Corrêa (1989), essa contradição dialética se expressa pelas relações espaciais de natureza social, que constituem o espaço urbano simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da sociedade. Segundo o autor o espaço urbano contemporâneo, especificamente o da cidade capitalista, é morfologicamente dividido em áreas funcionais segregadas, que refletem sua complexa estrutura social de classes, e, portanto fragmentado. Essa divisão, contudo, é também articulada, já que suas partes mantêm relações espaciais de intensidade variáveis, manifestadas de modo menos visível pela circulação de decisões e investimentos de

capital, mobilidade da população, fluxos de informação, assim como pela prática do poder e da ideologia.

Essa divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, portanto reflexo da sociedade. Ao mesmo tempo em que reflexo, o espaço da cidade é também um condicionante da sociedade em função do papel desempenhado pelas formas espaciais na reprodução das condições e relações de produção. (CORRÊA, 1989).

Assim, a reflexão sobre o espaço urbano contemporâneo permite compreender a cidade a partir do conceito de produção. Frente à multiplicidade de abordagens empregadas para explicar o fato urbano, subentende-se aqui a produção do espaço urbano à luz do materialismo dialético, não desconsiderando, contudo, outras perspectivas que possibilitariam também abordar essa temática.

Sposito (2004) ressalta que, segundo Lefebvre (1972), somente a partir do materialismo dialético que se pode apreender o duplo sentido do conceito de produção:

No sentido amplo, há produção de obras, idéias, de espiritualidade aparente, em resumo, de todo o que faz uma sociedade e uma civilização. Em sentido restrito, há produção de bens, de alimentos, de vestuário, de habitação, de coisas. O segundo sentido apóia o primeiro e designa sua base material. (LEFEBVRE, 1972 *apud* SPOSITO, 2004, p. 49).

De acordo com Sposito (2004), é a partir desse duplo sentido que se apreende a cidade como expressão da produção no sentido amplo, ao mesmo tempo em que sua materialização permite a produção no seu sentido restrito, como *lócus* para a produção de bens e serviços. Ao se identificar a cidade como processo produtivo, esta é entendida no duplo sentido de condição e manifestação deste processo, assim como meio através do qual se realiza a própria produção, distribuição e consumo de capital. (SPOSITO, 2004).

Em Corrêa (1989) o espaço urbano capitalista é também entendido como “produto social, resultado de ações acumuladas no tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. A ação dos diversos agentes² deriva da dinâmica de acumulação de capitais e das necessidades mutáveis de reprodução das relações de

² Entre os agentes podem ser citados: proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado e grupos sociais excluídos.

produção, bem como dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação destes agentes inclui práticas que levam ao processo de reorganização espacial, seja via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, por densificação do uso do solo, deteriorização de determinadas áreas e reabilitação de outras, mudança do conteúdo social e econômico de certas porções do espaço urbano, etc. (CORRÊA, 1989).

A partir da compreensão da cidade como processo, refletir sobre o fenômeno urbano da cidade contemporânea, e por consequência o processo de urbanização, exige um recorte espaço-temporal: a cidade capitalista, produto da industrialização. A urbanização pré-existe ao processo de industrialização, mas há um século e meio este é a força motriz de transformações sociais e da produção do espaço. (SPOSITO, 2004).

A partir da recuperação da reflexão teórica de diversos autores e abordagens do tema de urbanização, Sposito (2004) afirma que a urbanização é um processo de longa duração e que se revela a partir dos diferentes modos de produção, sob formas diversas, desde o surgimento das primeiras cidades. Essa abordagem, segundo a autora, pressupõe a aceitação de que a urbanização expressa e ampara a existência de uma divisão territorial e social do trabalho entre campo e cidade, que se aprofunda com o processo de industrialização. Lefebvre (1999) explicita essa relação entre campo e cidade, através dos conceitos de produção buscados na obra de Marx e Engels, cuja interpretação materialista da história exige a análise do papel da produção. Assim, segundo o autor:

A teoria marxista da mais-valia distingue a formação da mais-valia, sua realização e sua distribuição. A mais-valia formou-se inicialmente no campo. Essa formação deslocou-se para a cidade na medida em que esta se transformou na sede de produção, do artesanato, depois da indústria. Em contrapartida, o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi o órgão da realização da mais-valia. Na sua distribuição, os mestres das cidades sempre tentaram dela reter uma grande parte (maior que o lucro médio de seus investimentos). Nos três aspectos da mais-valia, o centro urbano desempenha um papel cada vez mais importante. O que define uma função essencial e, no entanto, desconhecida (despercebida), da centralidade urbana no modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 1999, p. 32).

No sentido de Marx, a que Lefebvre se refere, o deslocamento da concentração de capital do campo para a cidade, através da industrialização, acompanha as

concentrações urbanas de duas formas. De um lado a indústria tende a se implantar fora das cidades, perto de fontes de energia e matéria-prima, e com isso constitui aglomerações nas qual o caráter urbano se deteriora, já que nesta constituição urbana de atração de um exército de reserva de mão-de-obra, o valor de troca da cidade se sobrepõe ao seu valor de uso³. De outro, a indústria se aproxima de centros urbanos, o que permite o crescimento da produtividade e a extração da mais-valia. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 16) “[...] onde preexistir uma rede de cidades antigas, a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. [...]. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes.”.

Lefebvre (2001) distingue o processo de industrialização como indutor e a urbanização como efeito induzido. Num primeiro período de indução, segundo o autor, o processo de industrialização assalta a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia. Conduzida segundo uma estratégia de classe, cujo objetivo principal é a acumulação de capital, a industrialização se comporta como um poder negativo desta realidade, ao negar as práticas sociais urbanas existentes em prol da economia industrial.

Para Sposito (2004) o modo capitalista de produção, associado à industrialização, propiciou uma ampliação do tamanho e número das cidades em uma intensidade jamais alcançada sob outro modo de produção. No que se refere às condições para a acumulação e reprodução capitalistas constata-se um aprofundamento da concentração urbana, característica que sempre distinguiu as cidades do campo, porém de maneira contraditória.

Esta contradição do aprofundamento da concentração urbana caracteriza um segundo período, onde a urbanização se amplia, e a sociedade urbana se generaliza. Segundo Sposito (2004) a contradição se manifesta no decorrer do século XX, resultante da implantação do transporte urbano sob trilhos, que proporciona um primeiro impulso na redução de densidades urbanas, concomitante à concentração, e com isso a descontinuidade do tecido urbano⁴. Para a autora, com a II Revolução

³ De maneira geral, entendem-se como valor de troca da cidade os valores relacionados ao lucro e ao mercado, à economia. Como valor de uso entende-se os valores de fruição, qualitativos, por exemplo, os simbolismos dos locais de encontro.

⁴ Benevolo (1983 apud Sposito, 2004) reconhece nas cidades pré-capitalistas a permanência histórica de três características: complexidade, concentração e continuidade. Na análise de Sposito (2004), a

Industrial e o desenvolvimento do transporte automotivo, geraram-se novas possibilidades de deslocamento no interior da cidade, tanto coletivos quanto individuais. Desta forma, se ampliou a possibilidade de constituição de uma morfologia urbana mais extensa e dispersa.

Através da manifestação da descontinuidade do tecido urbano, contrário à continuidade até então presente na definição do espaço da cidade, manifesta-se uma ruptura histórica no processo de configuração deste espaço, apresentando novas formas de assentamento urbano, marcadas pela co-presença de concentração e vazios urbanos, assim como a dispersão da cidade sob o campo.

Com a descontinuidade do tecido urbano, a centralidade única (o centro principal), até então caracterizada pelo adensamento e multifuncionalidade, foi deteriorada em razão do zoneamento e da centralidade múltipla (novas centralidades periféricas). A mudança nas condições de acessibilidade às diversas funções urbanas a partir das variadas possibilidades de deslocamento, intra e inter-urbanos, possibilitou o desenvolvimento de centros periféricos, expressando o duplo processo de centralização e explosão que marcou o crescimento das grandes aglomerações nas últimas décadas. Neste contexto, a tendência dos centros antigos e novos foi se tornarem especializados e menos multifuncionais. (ASCHER, 2001).

Lefebvre (2001) explicita esta dinâmica como um paradoxo, já que, à medida que a cidade se estende desmesuradamente em direção à periferia (ao campo), sua forma tradicional (morfologia material e forma de vida urbana) explode em pedaços. Segundo o autor o processo duplo industrialização-urbanização produz o duplo movimento de explosão-implosão, condensação-dispersão.

Este processo induzido a que Lefebvre (2001) se refere como 'implosão-explosão' das cidades aprofunda-se atualmente, e caracteriza a atual crise urbana. Ao mesmo tempo em que o tecido urbano se espalha inclusive num nível 'cultural', à medida que os modos de vida da cidade penetram no campo, as concentrações urbanas atingem grandes e inquietantes densidades. Com o deslocamento de grande parte da população para periferias residenciais ou produtivas distantes, os antigos núcleos

complexidade e a concentração continuam a distinguir os espaços urbanos mesmo após o processo de industrialização, de formas diferentes. Contudo, é através da manifestação da descontinuidade do tecido urbano, contrário à continuidade até então presente na definição do espaço da cidade, que se manifesta a ruptura histórica.

principais vivenciam um processo de esvaziamento e deterioração. Nesse aspecto, a grande cidade explodiu dando lugar a subúrbios, conjuntos residenciais, complexos industriais, favelas. As cidades menores tornam-se dependentes da metrópole, que centraliza o poder e o acúmulo de capital, num processo análogo à subordinação do campo à cidade.

Este processo é, contudo, intencional, como afirma Corrêa (1989). Na sua indução intervém ativamente diversos agentes sociais, com mais força aqueles que possuem o capital e os meios de produção. Estes agentes empregam parte das riquezas produzidas através da extração de mais-valia, na ‘cultura’ da sociedade, o que auxilia a dispersão dos valores urbanos, e materialmente a explosão do tecido urbano em direção as periferias.

Ascher (2001) denomina esta dinâmica de metapolização. Para o autor, as metápoles podem ser entendidas como “vastas conurbações distendidas, descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas”, resultado da globalização e da divisão da produção do trabalho em escala mundial. Nesta mudança de escala, as cidades se tornam mais competitivas e internacionalizadas, com a ruptura de compartimentações, multiplicidade crescente das conexões, comunicações e informações.

A metapolização representa a perda relativa do caráter industrial das cidades contemporâneas com a crescente acentuação das funções do mercado e da própria produção. A inversão de um sistema econômico industrial para um sistema baseado em atividades de produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos e informações, contudo, insiste no valor de troca da cidade sob o valor de uso, inversão iniciada com a industrialização. Neste momento, a própria cultura dissimula uma armadilha, ao se dissolver, tornando-se objeto de consumo, ocasião para o lucro e produção para o mercado. (LEFEBVRE, 2001).

De fato, atualmente vive-se o terceiro período indutor da urbanização, onde se reencontra ou se reinventa a realidade urbana. Segundo Sposito (2004) as cidades têm se tornado cada vez mais complexas com o avanço do conhecimento acumulado, a capacidade de transformação desse conhecimento que ampliam as formas de produção e transformação do espaço e gera uma divisão social e espacial do trabalho mais profunda e internacionalizada. Essa complexidade se revela por uma intensa diferenciação sócio-

espacial urbana, percebida não só no interior de cada cidade, mas nas relações que há entre elas, através da metropolização⁵.

Para Ascher (2001), a metropolização constitui o contexto no qual se situa os principais desafios dos centros urbanos. Neste processo, as metrópoles confrontam-se diretamente com a concorrência urbana internacional, ao precisarem atrair para si investimentos internacionais, empresas estrangeiras e mão-de-obra qualificada. Para isso, devem dispor de centros bem conectados aos sistemas internacionais, capazes de acolher as funções econômicas estratégicas e atividades comerciais de alto nível. Contudo, estes centros são geralmente pouco adaptados a essas novas funções exigidas pelo mercado internacional, seja por estarem desqualificados, em termos materiais e sociais, e, ou, estarem asfixiados por altas densidades e problemas de acessibilidade.

Os novos tipos de organização industrial, que caracterizam a fase atual do capitalismo, são mais flexíveis, integrados em complexas redes, e de certa forma, mais dependentes de centros poderosos. Segundo Ascher (2001), tenta-se substituir a estrita separação das funções pelo renascimento de centralidades mais multifuncionais. As grandes metrópoles, que caracterizam o novo perfil urbano, estão se organizando ao redor destas centralidades, apoiadas na interconexão de redes de transporte, e em muitos casos caracterizam-se por uma dominante específica: negócios, comércio por atacado, de luxo e de massa, administração pública.

Estas configurações, que criaram o quadro urbano do tipo metropolitano, tornaram-se as mais importantes referências do século XX. Os atributos mais característicos da vida contemporânea estão intrinsecamente associados a esta dimensão urbana. (MEYER, 2001). Nas redes complexas de metrópoles, os indivíduos encontram maiores possibilidades de escolhas. Essa diversidade resulta da concentração de perfis e grupos sociais distintos e com interesses diversos em um mesmo espaço, o que repercute na própria apreensão do espaço urbano. Mudam-se as escalas, os elos de vizinhança, ou seja, as relações sociais estabelecidas neste espaço. Indivíduos que pertencem a diferentes realidades se deslocam com facilidade por universos distintos, afirmando o caráter heterogêneo da vida urbana contemporânea. Segundo Ascher (2001), essa dinâmica converge especialmente para os centros das metrópoles.

⁵ Metropolização, segundo Ascher (2001) é o processo de crescente concentração de população, atividades e acúmulo de riquezas nos núcleos das metrópoles. As metrópoles, cidades maiores que concentram o capital e subjugam as cidades de médio ou pequeno porte de seu entorno, são reflexos, e condicionantes, da sociedade contemporânea.

Em vista desta nova realidade urbana, neste terceiro período da urbanização tenta-se restituir a centralidade. As antigas centralidades são substituídas pelo centro de decisão e pelo centro de consumo, ou seja, centro que reúne a formação e a informação, capacidades de organização e de decisões institucionais. Nas palavras de Lefebvre:

[...] os núcleos urbanos não desaparecem, roídos pelo tecido invasor ou integrados na sua trama. Esses núcleos resistem ao se transformarem. Continuam a ser centros de intensa vida urbana. [...] As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade [...]. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. [...] Tornam-se centros de consumo. (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

Desta forma, os centros urbanos iniciais, mesmo que frequentemente deteriorados devido à periferização urbana mantêm um alto valor de troca, através da especulação imobiliária e da importância relativa na economia, mas continuam a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas das práticas sociais. Devido a este duplo papel, o núcleo urbano não desaparece, mas continua a atrair e a se reinventar frente aos novos desafios da cidade contemporânea.

2.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E OS CENTROS URBANOS

Percebe-se que a industrialização e urbanização, ao mesmo tempo em que inseparáveis, são também conflitantes. Existe um choque entre a realidade urbana e a realidade industrial, especialmente no caso de cidades com urbanização com pouca industrialização, ou com uma urbanização tardia, a exemplo da maioria das cidades de países latino-americanos, entre eles o Brasil. Nestes países, as antigas estruturas agrárias se dissolveram rapidamente, ao serem industrializadas, e os camponeses sem posses se dirigiram aos centros urbanos em busca de trabalho e subsistência, gerando o exército de reserva de mão-de-obra necessário para a industrialização urbana. (KOWARICK, 2000).

No caso brasileiro é essencial destacar, segundo Oliveira (1977, *apud* WHITAKER, 2005, p. 04), o caráter político-administrativo das cidades brasileiras desde a Colônia. Na passagem do século XIX para o XX, durante a fase econômica

agro-exportadora, mesmo que a produção tivesse como sede o campo, seu controle se dava essencialmente nas cidades. Com uma produção fundada na exportação “[...] a cidade nasce no Brasil antes mesmo do campo.” (OLIVEIRA,1977 *apud* WHITAKER,2005). Contudo, esses centros político-administrativos caracterizavam-se por serem espaços urbanos onde não ocorria nem o mercado nem a produção, característica que se inverte com a consolidação da industrialização.

Após a revolução de 1930, possibilitou-se o desenvolvimento de uma economia industrial, mesmo que ainda fragmentada. As cidades consolidadas pelas atividades agrocomerciais - a exemplo do Rio de Janeiro, que atingia um tamanho significativo por sua condição de capital, e São Paulo, que era a sede administrativa da produção cafeeira - propiciaram a localização e concentração das indústrias, pois ofereciam mercados compatíveis com a industrialização, e também facilidades administrativas ligadas à exportação. (TASCHNER,2003).

Segundo Taschner (2003), neste processo de deslocamento do *locus* do sistema de produção do campo para a cidade, as unidades produtivas tenderam a localizar-se no Sudeste, próximo ao mercado potencial. Essa dinâmica de atração de capital de alguns pólos sobre outros atraem maiores investimentos públicos para essas áreas, gerando uma diferenciação sócio-espacial a nível regional e nacional. Segundo Oliveira (1980 *apud* TASCHNER, 2003, p. 17), muda-se “de uma economia fragmentada em economias regionais para uma economia nacional regionalmente localizada”. Desta forma, a configuração territorial brasileira teve como aspecto marcante a metropolização, além da forte concentração urbana.

Nas cidades que passaram a abrigar o sistema de produção rapidamente intensificaram-se as atividades de caráter essencialmente urbano, e, desta forma, atraíram uma grande concentração da população advinda do campo ou de cidades menores. Como explicita Taschner (2003), o período da década de 1970-1980 assistiu um crescimento metropolitano de 3,78% anuais, suplantando o incremento nacional de 2,48% ao ano. Da mesma maneira, a participação da população das áreas metropolitanas na população brasileira passou de 21,50% em 1960, para 25,50% em 1970 e 29,00% em 1980. A partir da década de 1980, apesar da diminuição do ritmo de crescimento, a tendência à concentração populacional nas metrópoles regionais continuou especialmente nas metrópoles do Sudeste.

Este crescimento das áreas metropolitanas se deu majoritariamente nos municípios periféricos ao município central, originando o que se denomina atualmente de padrão periférico de ocupação do solo urbano, representativo do processo de “implosão-explosão” das cidades à que Lefebvre (2001) se refere. Um exemplo disso, é a mancha urbana de São Paulo, que em 1970 já possuía 1700 quilômetros quadrados, e que na década de 1980 se expandiu em 500 quilômetros quadrados, através de uma forma de ocupação altamente especulativa do solo urbano (KOWARICK, 2000).

De acordo com Kowarick (2000), simultaneamente ao avanço da industrialização seguindo os eixos de transporte, ocorreu a dispersão da moradia em centros embrionários que se espalharam num espaço mais expandido e disperso, acompanhando a indústria. A periferização dos bairros proletários populares foi, também, viabilizada pela produção de terras habitáveis destituídas de infra-estrutura, porém conectadas aos locais de emprego através de uma reestruturação dos eixos viários e do sistema de transporte.

Enquanto esse fenômeno ocorria nas periferias que se multiplicavam, as áreas próximas dos centros, em grande parte já equipadas, eram retidas para fins especulativos. Esse processo originou os assim chamados “vazios urbanos”, que, mais cedo ou mais tarde, passaram a ser servidos por infraestrutura urbana gerada pelo Estado, o qual, por essa via, valorizou enormemente um vasto estoque de terrenos que permanecera vedado à moradia da população. (KOWARICK, 2000, p. 27).

Desta forma, a segregação espacial-urbana tornou-se mais visível, através de dinâmicas de urbanização que explicitavam os processos de valorização fundiária e imobiliária, e que perduram até hoje (WHITAKER, 2005). Na década de 1980, o início da inversão de um sistema econômico industrial para um sistema caracterizado pela crescente acentuação das funções do mercado e da própria produção, possibilitou que se assistisse no Brasil à passagem de uma corrida para a inserção no mercado internacional, concretizada pela expansão contínua das cidades em direção à periferia, geralmente recorrendo à planificação técnico-econômica por meio do sistema de financiamento habitacional. (D’ARC, 2006).

A prática de expansão urbana baseada na construção nova como provisão habitacional, foi a principal política nacional. Especialmente para os setores de menor

renda, a alternativa do loteamento ou conjunto habitacional nas periferias, financiadas pelo Governo Federal⁶, consagrou-se como o modelo hegemônico, justificado pelo preço mais barato dos terrenos nas franjas externas das cidades, e pela impossibilidade dos setores de menor renda acessarem áreas centrais consolidadas, seja pela valorização imobiliária especulativa ou pelos altos custos dos aluguéis nestas áreas.

Todo o desenho da política habitacional, praticada por agentes públicos e pelo setor privado, seguiu a mesma lógica de periferização. A produção de frentes imobiliárias distantes do centro urbano principal pressionou a expansão de infraestrutura, e do tecido urbano. Os mercados habitacionais periféricos direcionaram-se tanto para classe média e alta, movidos principalmente pela ilusão do *habitat* nos subúrbios residenciais, como para as classes de baixa renda, seja pelo acesso negado às áreas centrais consolidadas, como também pela ideologia⁷ da casa própria.

Há, portanto, segundo Maricato (2001), uma correlação direta entre investimento público e mercado imobiliário. Os investimentos públicos, independente da esfera (federal, estadual ou municipal) alimentam o mercado imobiliário especulativo e restritivo ao invés de ampliar oportunidades de localização, condição, etc. “A deterioração de determinados territórios urbanos e a valorização de outros respondem a uma conjunção de interesses que buscam a captação de renda imobiliária e do lucro da construção”. (MARICATO, 2001).

Desta forma, a orientação da dinâmica urbana dominada pelos interesses privados rentistas e lucrativos e legitimado pelas políticas urbanas, teve como consequência o esvaziamento de áreas centrais, e a proliferação de novas centralidades localizadas nos novos vetores de valorização imobiliária. O esvaziamento e a decadência das áreas centrais, comuns às grandes cidades brasileiras, foram possibilitados pelos novos modelos residenciais, suburbanos e periféricos, assim como o reforço de novas centralidades, financeiras e de serviço, geralmente derivados de fortes investimentos públicos em infra-estrutura. (MARICATO, 2001; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

⁶ A princípio o financiamento era realizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), e a partir de 1986 passou a ser gerenciado pela Caixa Econômica Federal, que se mantém até hoje.

⁷ O discurso da ‘casa própria’ foi largamente utilizado pelo poder público para justificar a moradia periférica e o adensamento populacional em frentes de expansão imobiliária distantes das áreas urbanas centrais.

Contudo, é importante ressaltar algumas peculiaridades do processo de urbanização brasileira. Se a tendência ao distanciamento do centro é clara em grande parte das cidades, ainda está longe de ser significativa quando comparada à proximidade do centro. Em matéria de número, importância, qualidade ou influência de equipamentos e instituições, os centros tradicionais das grandes cidades (especialmente as metrópoles) ultrapassam em muito as novas centralidades, e por isso estes se mantêm os principais aglutinadores do espaço urbano e metropolitano. (VILLAÇA, 1998).

Segundo Villaça (1998), a proximidade ao centro foi valorizada pelas elites urbanas em vários períodos da história, e mesmo atualmente, a população de alta renda suburbana ainda é muito menor que a central. Uma manifestação relevante da importância dada ao centro pelas camadas dominantes brasileiras, consiste no fato destas classes deslocarem o centro em sua direção, de maneira que, “mesmo quando se afastam dele, esse afastamento seja em parte neutralizado pelo deslocamento do próprio centro” (VILLAÇA, 1998, p. 249). Contudo, o centro não se desloca abruptamente, mas se expande em direção às residências de alta renda.

Abandonado pelas camadas de maior poder aquisitivo, o centro tradicional geralmente entra em processo de degradação. Concomitantemente, este espaço se torna acessível aos serviços e comércios orientados para as camadas populares. De acordo com Villaça (1995), a classe dominante, sente-se, então, presa a uma contradição. Por um lado, para manter sua condição, não podem abandonar completamente o centro, e assim, o Estado mantém algumas obras de intervenção nesta área; por outro, busca induzir através do discurso dominante e mídias a seu favor, que a maioria aceite a idéia de que o seu centro (o da classe dominante) é o centro da cidade. Na tentativa de restituir a centralidade principal no novo centro, a classe dominante promove o uso coletivo deste espaço sempre que, com pretensões hegemônicas, deseja exaltar-se diante das classes populares. (VILLAÇA, 1995).

2.2 PROCESSOS ESPACIAIS E ESTRUTURAÇÃO URBANA: OS CENTROS DAS CIDADES

O modo como uma sociedade produz e se apropria do espaço gera múltiplas formas espaciais. A partir desta constatação, a análise espacial poderia se basear somente na análise empírica dos objetos, ou seja, nas formas produzidas. Contudo, segundo Desmerais e Richot (2000), para além da forte coerência, o tratamento de

informações apenas baseado na forma, negligenciaria um dos imperativos epistemológicos da ciência: a conversão do fenômeno em objeto, ou seja, a compreensão dos processos que configuram a estrutura urbana.

Segundo estes autores a análise dos modelos espaciais deve preceder de uma operação que consiste em submeter à diversidade de fenômenos e processos, unidades de conceitos teoricamente construídos. A geografia estrutural estabelece, então, elementos de análise para compreender a estrutura urbana, especialmente no que concerne a localização, ao conferir um conteúdo geográfico específico aos conceitos de ‘posição’ e ‘trajetória’.

As posições e trajetórias são concebidas como unidades estruturais recíprocas e definem um ‘percurso estrutural’, que consiste no processo que origina as formas de estabelecimento humano numa série de níveis, do mais abstrato ao mais concreto. A estruturação geográfica das cidades, desta forma, é compreendida à luz das condições que investem de valores antropológicos as formas espaciais. (RICHOT, 1991 *apud* DESMERAIS; RICHOT, 2000).

Os componentes antropológicos, políticos, geográficos, econômicos e arquiteturais intervêm no processo de constituição de formas de estabelecimento humano. O grande interesse do percurso estrutural é de articular nestas formas estes componentes e de compreender os procedimentos de mediação que asseguram a transformação do ambiente natural em espaços culturalmente diferenciados, apropriados politicamente, geograficamente organizados, economicamente valorizados e concretizados através da arquitetura. (DESMERAIS; RICHOT, 2000, p. 61⁸).

Esta estrutura espacial distribui e organiza indivíduos e acontecimentos em territorialidades. As posições estruturais abstratas são determinadas por trajetórias de mobilidade. Todo indivíduo ocupa uma posição no espaço geográfico determinada pela trajetória que a materializa, e esta trajetória é muito mais relevante que os eventos que se manifestam nestas posições. Isso porque, se cada lugar corresponde a uma posição iniciativa (de saída) ou terminativa (de chegada), estas são determinadas por trajetórias politicamente reguladas.

⁸ Tradução da autora

O conceito de trajetórias politicamente reguladas, segundo Mercier (1998 *apud* MONTOYA, 200_), deriva da natureza intrinsecamente política do espaço geográfico, onde a mobilidade humana é regulada por um conjunto de regras políticas (especialmente a de propriedade), que derivam da aceitação pelos indivíduos de que lhes seja proibido o acesso a determinados espaços, com a promessa de obter um substituto mais proveitoso que lhe é destinado. Esta crença se faz mediante uma inserção de uma mitologia social (ou discurso), que comunica aos atores que sua trajetória em tempo e espaço representa o caminho correto a um estado de bem-estar. Assim, a estrutura urbana responde a uma estrutura político-mitológica, que integra a posição política do lugar (a regulação imposta pelo chamado terceiro regulador, ou seja, o Estado) e a mitologia social vigente que convence os atores da posição que lhes é destinada. (MERCIER, 1998 *apud* MONTOYA, 200_).

Segundo Mercier (2002 *apud* MONTOYA, 200_), os deslocamentos humanos, ou trajetórias, estão associados às características dos discursos e/ou mitologias sociais, e são, portanto, mutáveis. A partir disto, surge o conceito de ‘controle político da mobilidade’, que inclui na análise física dos deslocamentos, a mobilidade política do poder que exercem os atores, e que define se será endoregulada ou exoregulada, se o ator pode controlar seu próprio deslocamento ou se seu deslocamento é determinado pela ação de outro ator. (DESMERAI; RICHOT, 2000)

A estas características das trajetórias se acrescenta os conceitos de polarização e difusão. As trajetórias convergentes, que constituem a centralidade, são polarizantes, enquanto as trajetórias divergentes, que constituem a periferização, são difusoras. O duplo caráter das trajetórias e posições é apresentado na figura abaixo. (FIGURA 02).

		tipo de regulação	
		<i>endoregulada</i>	<i>exoregulada</i>
direção	<i>polarizante</i>	Aglomeração	Concentração
	<i>difusora</i>	Evasão	Dispersão

FIGURA 02- Posições e trajetórias

FONTE: DESMERAIS; RICHOT, 2000. Trabalhado pela autora.

As possibilidades de trajetórias que podem posicionar um indivíduo, ou grupo, são variadas. Elas dependem, em sua orientação, da possibilidade de regulação dos atores envolvidos e dão lugar às formas espaciais de ocupação assimiláveis à disposição dos atores no espaço urbano. De maneira geral, as posições estruturais se determinam reciprocamente em virtude dos conflitos contraditórios que determinam as trajetórias: o agrupamento provoca a dispersão, que condiciona a concentração, que suscita uma evasão, que por sua vez induz um novo agrupamento. (DESMERAIIS; RICHOT, 2000).

Estes conflitos dinâmicos é que materializam as descontinuidades qualitativas do espaço urbano. As trajetórias, assim desenhadas pelos agentes envolvidos, geram impactos visíveis no espaço urbano, seja na forma de disposição das construções, como nas diversas funções que assumem os espaços ocupados. (MONTROYA, 200_).

Este referencial teórico apresentado, que caracteriza os processos espaciais, auxilia na compreensão do comportamento da estrutura urbana contemporânea. Corrêa (1989) diferencia seis processos espaciais e suas respectivas formas, complementares entre si: a centralização e a área central; a descentralização e os núcleos secundários; a coesão e as áreas especializadas; a segregação e as áreas sociais; a dinâmica espacial da segregação; e inércia e as áreas cristalizadas. Neste estudo, interessam particularmente os processos de centralização e descentralização, a fim de compreender o papel desempenhado pelo centro urbano no atual processo de urbanização.

No processo de centralização, a aglomeração que constitui a área central, é determinada por uma trajetória polarizante e endoregulada. Segundo Corrêa (1989), a área central, em sincronia com o emergir do capitalismo, tem sua gênese principalmente no esquema centralizador dos meios de transporte de iniciativa do capital privado. Na garantia de redução de custos de transporte e deslocamento, visando à acumulação de capital, a localização dos terminais ferroviários a partir da segunda metade do século XIX, se deu dentro das grandes cidades o mais próximo um do outro. Próximas a estes terminais, com o mesmo objetivo de redução de custos, passaram a se localizar atividades comerciais e industriais, criando assim enorme mercado de trabalho nesta área.

A aglomeração, e a saliência positiva de atração desta área, fizeram com que esta se tornasse não apenas foco de transportes inter-regionais (ferroviário), mas também de transportes intra-urbanos, emergindo como área de maior acessibilidade dentro da

cidade. (CORRÊA, 1989). Por consequência, ela passou a otimizar os diferentes fluxos e deslocamentos espaciais do espaço urbano, organizando a estrutura intraurbana resultante do controle político de mobilidade.

Vista como um dos principais espaços de aglomeração de fluxos, as áreas centrais acumularam investimentos públicos e privados, tornando-se espaços de grande potencial urbanístico enquanto núcleos agregadores de atividades econômicas, sociais e culturais relevantes para as cidades em seu conjunto. Este potencial, em razão de sua vantagem locacional, também gerou como consequência o aumento do preço da terra, e com isto uma seleção de atividades.

As áreas centrais passaram a ser compostas por atividades “capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade” (CORRÊA, 1989). O seu aparecimento se deve às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, cuja localização central dos meios de produção constituía-se em fator crucial da competição capitalista de dispersão de capitais.

Concomitante à aglomeração das áreas centrais, tem-se a fase de concentração, dominada por trajetórias exoreguladas e polarizantes. De modo segmentado, a área central é constituída de um núcleo central e zona periférica. Esta última é caracterizada pela concentração de residências e atividades comerciais de baixo *status* social, consequência da implantação de equipamentos de produção no núcleo central, que atraem para sua vizinhança uma população normalmente provinda do campo ou de cidades menores, em busca do mercado de trabalho extenso oferecido nesta área. Uma vez implantados os equipamentos de produção e deslocamento, o crescimento demográfico se traduz por uma densificação e extensão de habitação exoregular. (DESMERAI; RICHOT, 2000).

Numa dinâmica cíclica de ocupação espacial, no momento em que a excessiva centralização da área central passa a criar deseconomias de aglomeração (em meados do século XX), aparece o processo de descentralização e formação de núcleos secundários. Segundo Colby (193_ *apud* CORRÊA, 1989) esse processo resulta tanto de fatores de repulsão da área central, caracterizados pelo aumento do preço da terra, alto custo do sistema de transporte, dificuldade de espaço de expansão, restrições legais limitantes da ação das firmas ali instaladas, como de fatores de atração em áreas não centrais (baixo

preço da terra e de impostos, infra-estrutura implantada, possibilidades de controle do uso da terra, etc.). Desta forma, a descentralização torna-se um meio de se manter uma taxa de lucro que a localização central não é mais capaz de oferecer, configurando a fase do capitalismo monopolista, que diferentemente do capitalismo concorrencial, é caracterizado pela centralização do capital e descentralização espacial. (CORRÊA, 1989).

O processo de descentralização não é apenas marcado pela localização industrial descentralizada. A formação de vários núcleos secundários de atividades é motivada pelo interesse do capital produtivo e comercial, mas também pelos processos de valorização fundiária e imobiliária, que constituem o capital improdutivo. As áreas já equipadas das áreas centrais, à medida que o fenômeno de periferização se multiplica, passam a ser retidas para fins especulativos, devido ao alto preço da terra. Esse processo origina os chamados “vazios urbanos”, valorizando um vasto estoque de terrenos vedados à moradia. (KOWARICK, 2000).

Com a consolidação de novas centralidades e a especulação imobiliária, consolida-se o processo de descentralização por meio de duas fases: a evasão, dominada por uma trajetória endoregulada e difusora, e a dispersão, dominada por uma trajetória exoregulada e difusora. Percebe-se neste processo a extensão ao redor da cidade da mobilização de riqueza da terra, da entrada do solo e do alojamento, para a troca e o valor de troca. (DESMERAIIS; RICHOT, 2000; LEFEBVRE, 2001).

A evasão caracteriza-se tanto pela mudança locacional das indústrias como pelo surgimento de subúrbios residências de alta renda. Estes subúrbios afastam as classes de maior poder aquisitivo do centro da cidade, esvaziando-os em proveito das atividades comerciais e de serviços. Este novo tipo de assentamento, que permite ao *habitat* menores restrições da ocupação do solo que constitui o espaço dos condomínios residenciais (recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis), é para Lefebvre (2001) a realização de uma plasticidade do espaço que ao realizar-se exclui o *habitar*, conceito que para o autor representa a participação na vida social da cidade. No processo de evasão ocorre um declínio demográfico e o abandono de edificações centrais, sendo reforçado o valor de troca destes espaços retidos para especulação imobiliária.

A dispersão é também marcada pela lógica do *habitat*, contudo, instaurada para responder à chegada maciça de indivíduos levados para estas novas centralidades em

busca de fronteiras de trabalho. Regulamenta-se a periferia dos conjuntos habitacionais e os loteamentos, e afasta-se da área central grande parcela da população de baixa renda, geralmente para áreas desprovidas de infra-estrutura e serviços urbanos. (LEFEBVRE,2001; KOWARICK, 2000).

Para Lefebvre (2001), se a realidade urbana se define pela dependência em relação ao centro, subúrbios e periferias criados pela trajetória de evasão e dispersão serão urbanos. Contudo, se esta é definida por uma relação perceptível (legível) entre a área central e a periferia, os subúrbios serão desurbanizados. Desta forma, os subúrbios podem ser entendidos como urbanos numa morfologia dissociada, marcada pela periferização e planificação da cidade. Nas palavras do autor:

Pode-se dizer que o “pensamento urbanístico” dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. [...] Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 27).

Estes elementos de realidade urbana a serem restituídos, a que Lefebvre se refere, são aqueles vistos no tópico anterior, que caracterizam o valor de uso intrínseco ao núcleo central e o período vivido atualmente nas cidades contemporâneas de restituição da centralidade.

2.3 A RESTITUIÇÃO DA CENTRALIDADE NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA

[...] o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachado, e, no entanto, consegue se manter: transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece. Se alguém proclama seu fim e sua reabsorção no tecido, isto constitui um postulado e uma afirmação sem provas. (LEFEBVRE, 2001, p. 21).

A recuperação da reflexão teórica de diversos autores sobre os processos de produção da cidade até aqui estabelecida, permite algumas reflexões mais profundas

sobre a produção da centralidade. Se cada tipo de sociedade, ou se cada modo de produção cria determinadas maneiras de apropriação do espaço, configurando-se em múltiplas formas de territorialidades, cada forma urbana realiza também um tipo de centralidade. Formas de centralidade, por si só, não significam centro urbano, contudo, o centro principal da cidade, geralmente seu núcleo inicial, produz um tipo de centralidade que se destaca por seu valor afetivo, cultural e simbólico para a maioria da população.

Esta questão é essencial tanto para apreender o significado do centro na experiência urbana contemporânea, como para compreender o próprio fenômeno urbano. De acordo com Lefebvre (1999), o essencial deste fenômeno pode ser descoberto justamente na centralidade. Não existe cidade e nem realidade urbana sem um centro. Não importa qual ponto possa torna-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano: a centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói.

Esse movimento dialético, à que o autor se refere, se configura pelo próprio espaço urbano se definir pelo vetor nulo, ou seja, por um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si o que povoa as imediações: fluxos, obras, pessoas. Mesmo sendo uma afirmação utópica, a possibilidade de cada ponto tornar-se nulo (ou seja, um ponto de atração), caracteriza a contradição imanente do espaço-tempo urbano. A partir desta percepção compreende-se a própria concentração urbana, com seus riscos de saturação e desordem, e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências.

Desta forma, é tendência do movimento dialético, a possibilidade do centro dispersar-se em centralidades parciais e móveis (policentralidades), cujas relações concretas determinam-se contextualmente. Não existem lugares de lazer, de saber, de criação, sem centralidade, mas na medida em que se cristalizam algumas relações de produção e de propriedade, a centralidade pode servir aos propósitos dos que controlam estas relações. (LEFEBVRE, 1999).

Compreender o fenômeno de centralidade, então, é também aceitar a ambiguidade e as contradições de sua configuração, isto é, o caráter dialético do seu contexto e dos processos que a constituem. Aceitar, contudo, essa relação dialética não significa validar os centros de consumo, de poder ou as planificações autoritárias. Ao

contrário, significa compreender as relações imateriais de poder, de mercado, entre outras que configuram o espaço do centro, e desta forma intervir não apenas na sua forma, mas no fenômeno que o converte em objeto.

A partir do exposto, pode-se considerar que o centro principal mesmo que frequentemente deteriorado, não desaparece, pois sua capacidade de atração está diretamente relacionada à produção de um tipo de centralidade, que se destaca por seu valor de uso, e que, ao ser destruído se buscará restituir, mesmo que numa outra forma de centralidade, utilizando-se do valor simbólico, cultural e afetivo agregado a ele.

Segundo Lefebvre (2001), a cidade capitalista criou o centro de consumo. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala prioritariamente nos antigos núcleos, cujas qualidades estéticas desempenham papel fundamental na sua manutenção. Estes lugares privilegiados não contêm apenas monumentos ou sedes de instituição, mas os espaços apropriados para as festas, passeios, lazer. O núcleo urbano torna-se assim produto de consumo; o consumidor se dirige a esta centralidade para consumir o espaço; é a extensão do valor de troca. O consumo deste espaço tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, as qualidades estéticas dos antigos núcleos fazem com que o uso e o valor de uso resistam, e esta irredutibilidade do centro urbano em preservar o valor de uso desempenha um papel essencial na sua manutenção.

A cidade contemporânea é materialmente continuidade da cidade capitalista, numa outra fase do capitalismo, o que Lefebvre denomina cidade neo-capitalista. Esta cidade tem criado o centro de decisão, que se sobrepõem ao centro de consumo, sem, contudo destruí-lo. Nesta centralidade não se reúne nem mais pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos. Sua forma é eminentemente elaborada de simultaneidade: a concepção do conjunto utilizando a quase instantaneidade das comunicações, superando obstáculos, como a perda de informações, acumulação de elementos, etc. Aqueles que constituem esta centralidade visam o poder ou são os instrumentos deste, e, portanto, os problemas desta centralidade se apresentam politicamente. (LEFEBVRE, 2001).

O centro de decisão só pode ser entendido uma vez compreendido que estas cidades contemporâneas se inserem num quadro urbano do tipo metropolitano. Segundo Meyer (2001), a fragmentação, atributo indiscutível da organização metropolitana atual,

não pode ser confundida com a dissolução das partes que compõem a cidade, pois o núcleo central mantém uma intensa relação funcional com a metrópole. As cidades centros das metrópoles constituem o ponto chave do sistema econômico internacional, caracterizado por complexas redes de cidades e economias, dependentes de centros mais poderosos.

De acordo com Ascher (2001), atualmente tenta-se restituir as centralidades mais multifuncionais. As grandes metrópoles, que caracterizam o novo perfil urbano, estão se organizando ao redor destas centralidades, apoiadas na interconexão de redes de transporte, e em muitos casos, caracterizam-se por uma dominante específica: as atividades estratégicas, comerciais, de alto nível informacional. A dominância destas atividades caracteriza o centro de poder.

Algumas reflexões de Ascher (2001) sobre os efeitos paradoxais do desenvolvimento da sociedade da informação e telecomunicação são essenciais para compreender as características do centro metropolitano. Ao contrário do que muitos estudiosos imaginam, de que o desenvolvimento das telecomunicações possa permitir a substituição de uma grande parte dos deslocamentos de pessoas e fluxos, e conseqüentemente, a implosão das relações sociais através do “confinamento interativo generalizado”, o autor enfatiza que o crescimento das cidades, e mais genericamente, da economia, produzem necessidades ainda maiores de comunicação e de deslocamento.

O desenvolvimento da telemática acompanha o fortalecimento da concentração metropolitana, num momento em que, na sociedade atual fortemente internacionalizada, as necessidades de trocas físicas e informacionais aumentam exponencialmente, juntamente com a concentração urbana. Esta relação é dialética, pois ao aumentarem as trocas e deslocamentos, as telecomunicações aceleram a internacionalização e a divisão do trabalho.

Outro efeito paradoxal do desenvolvimento das telecomunicações, segundo Ascher (2001), é que a banalização de tudo o que é possível tele-comunicar produz a valorização de tudo que não é telecomunicável. Com isso, observa-se o desenvolvimento de atividades econômicas, e empresas, que valorizam o face a face, assim como atividades de lazer, que precisam de deslocamentos e a mobilização de sensações não telecomunicáveis. A valorização crescente do face a face torna indispensável, para cada metrópole, a disponibilidade de zonas multifuncionais de alto

nível, associando negócios, comércio, equipamentos de lazer, e moradia, característica almejada nas práticas contemporâneas de restituição da centralidade nos centros urbanos tradicionais.

É muito provável que as grandes cidades continuem crescendo, porém, sob formas novas: seus limites serão cada vez menos nítidos e elas integrarão progressivamente territórios cada vez mais afastados. As mobilidades serão diversificadas; os deslocamentos não ligados ao trabalho e não estritamente repetitivos irão aumentando, favorecendo os sistemas de transporte mais flexíveis. Os zoneamentos serão modificados. [...]. A vida social e as sociabilidades serão cada vez mais concentradas ao redor da moradia e na escala metropolitana [...]. Haverá a recomposição dos centros. (ASCHER, 2001, p. 67)

Estas novas formas de interagir com o território também propiciam a difusão cultural como estratégia produtiva, fomentando a centralidade cultural. Nesta, a criação de centros de lazer incentiva como programa básico dos empreendimentos nos centros urbanos a associação de museus, teatros, cinemas, bares, entre outros, mantendo a lógica de lugar de consumo e consumo do lugar. Não há dúvida que a sociedade dita de consumo esboce esta direção, principalmente na forma como a centralidade cultural se utiliza das qualidades estéticas dos antigos núcleos, apropriando-se do patrimônio cultural edificado como bem de consumo cultural.

Com base na discussão teórica apresentada, na qual se vive um período de reinvenção urbana e restituição da centralidade, é necessário imaginar que tipo de centralidade se deseja reencontrar ou recompor nos centros urbanos, em especial nas cidades brasileiras, de modo a se garantir a função social da cidade, preconizada em forma de lei pelo Estatuto da Cidade, e garantir o direito à cidade para todos os seus cidadãos.

3 IDENTIDADES E LUGARES DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

O surgimento de um novo tipo de cidade na contemporaneidade exige o estabelecimento de novos conceitos para lidar com o urbano. Os enfoques do debate urbano tem se concentrado especialmente na questão da extensão ou da concentração da cidade, em consequência do surgimento cada vez mais intenso de metrópoles cuja morfologia apresenta um tecido urbano descontínuo. Esta forma de organização do espaço urbano, segundo Boeri (2000 *apud* MOREIRA, 2004), demonstra que a cidade difusa não é apenas uma parte da conformação urbana, mas representa a forma visível e emergente de uma nova condição, que transforma o próprio conceito de cidade.

Esses autores destacam que o surgimento de configurações espaciais e processos mais complexos, não implica em assumir esta nova realidade como um fenômeno inevitável e não controlável. No entanto, esta nova condição urbana, impõe a necessidade de se questionar o território da cultura e da identidade, tão usados no discurso de preservação do patrimônio histórico edificado, sobretudo como conservação de materialidades.

O quadro urbano do tipo metropolitano, as formas de acumulação mais flexíveis, o avanço do conhecimento e sua capacidade de transformação, as redes de cidades globalizadas e em constante competição, a indústria cultural, assim como as novas formas de integração econômica, tornaram-se as mais importantes referências do século XX e definem o século XXI. (MEYER, 2001).

Os atuais processos de mudança e conformação urbana ainda são vistos como ameaça no debate do patrimônio cultural, e é por isso, segundo Canclini (1994), que se exige a redefinição do que se entende por patrimônio histórico e por identidade nacional, pois é sob estes contextos que os bens históricos existem atualmente. Para Moreira (2004), esse discurso de ameaça, representa a permanência da tensão entre *tabula rasa*⁹ e desejo de preservação, subsistindo a falta de noção crítica e de uma

⁹ Moreira (2004) utiliza a noção de *tabula rasa* como um posicionamento de ruptura em relação às experiências ou concepções anteriores, em seu sentido filosófico, e também como um estado de 'vazio' da matéria. Desta forma, o conceito *tabula rasa* corresponde a um estado idealizado, que se expressa no urbanismo na intenção de transformar a cidade e de criar algo 'novo', e para tal, destruir partes ou, em seu auge, destruí-la completamente ou abandoná-la, e fazer uma nova cidade ou novas partes dela. O desejo de preservação se refere a resguardar, manter, a não desfazer. Em relação à questão urbana, este desejo de preservar se refere à perpetuação de elementos e objetos (a materialidade da cidade). Em seu extremo, no

relação responsável com o processo histórico, mesmo após a ruptura com o movimento moderno e o excessivo senso preservacionista.

Uma “irresponsabilidade” em relação à história é encontrada tanto na preservação apropriada pela indústria “cultural” e pelo setor imobiliário, quanto na *tabula rasa* [...] A tensão entre *tabula rasa* e preservação atinge, então, um grau de diluição, sobretudo focalizada em materialidades: seja conservando a cidade, seja destruindo ou reconstruindo, os resultados são aproximados e pertencentes a uma mesma lógica, e suprimem as mesmas qualidades do urbano. (MOREIRA, 2004, p. 70).

Neste período de reinvenção da realidade urbana, existe nas ciências sociais um movimento de reconceituação de patrimônio cultural, de acordo com as novas condições históricas, sociais e de comunicação. Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, mas também os novos bens culturais, visíveis e invisíveis, do que se considera apropriado através das indústrias culturais. Em oposição a uma seletividade que privilegiava a produção material de uma classe hegemônica (monumentos, palácios, etc.), se reconhece que o patrimônio de uma nação também se compõe pelos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais. (CANCLINI, 1994).

Contudo, esta ampliação do conceito de patrimônio, não acompanha uma legislação suficiente para proteger manifestações culturais tão diversas e intervir nos seus usos atuais. Se revista sob a ótica da reprodução cultural, os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem a todos, ainda que pareçam, e formalmente estejam disponíveis ao uso de todos. Para Canclini (1994), se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que este seja estudado, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes e grupos sociais, inclusive entre países e etnias.

Essas questões são fundamentais no estudo da produção e apropriação do espaço urbano, e de extrema relevância no significado do centro na experiência contemporânea, pois as áreas ou setores históricos, geralmente coincidem com a dos centros urbanos. Os conceitos de patrimônio e de preservação são, portanto, amplamente utilizados nas

caso da cidade, seria a sua conservação total, a resistência a qualquer alteração. Na cidade, a relação entre *tabula rasa* e preservação é apresentada em termos de uma tensão em torno da transformação da cidade: pela ruptura de uma ordem existente, no primeiro caso, e de sua persistência, pela preservação. (MOREIRA, 2004).

intervenções urbanas destas áreas, bem como na sua justificativa. Se não forem compreendidos com uma nova orientação, o patrimônio pode continuar a servir como recurso para produzir a hegemonia dos grupos sociais que possuem acesso preferencial à sua produção e distribuição, como ao espaço que o concentra.

Antes de refletir mais profundamente sobre as questões de patrimonialização, propósitos da preservação e os critérios que avaliam, preservam e difundem o patrimônio na era da indústria cultural, se faz necessário compreender a construção imaginária do patrimônio, intrínseca a discussão da construção da identidade individual e coletiva.

3.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS LUGARES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve.
(CALVINO, 2003).

Se por um lado o quadro urbano do século XXI coloca em questão as fronteiras territoriais e a relação entre lugares e identidades, por outro, a acumulação de conhecimento e circulação das informações e ideologias, acarreta dissociações entre lugares e culturas. Para Agier (2001), é nesse contexto que os sentimentos de perda de identidade são compensados pela criação de novos contextos e retóricas identitárias, encontrando-se a cultura e o patrimônio, mais do que nunca, dominados por esta problemática.

Em Castells (2001) entende-se por identidade o processo de construção de significado¹⁰ com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída, valendo-se da história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, pelos aparatos de poder, religião, desejos e fantasias pessoais, etc. Esses materiais, contudo, são processados pelos indivíduos, grupos e sociedades, que reorganizam seus significados em função das tendências sociais e culturais enraizados na sua estrutura social e na sua visão de tempo e espaço. Para o autor, quem constrói a identidade coletiva é, na maioria dos casos, quem determina o conteúdo simbólico dessa

¹⁰ Castells (2001) define *significado* como a identificação simbólica por parte de um ator social, da finalidade de uma ação praticada por este ator.

identidade, bem como o seu significado para os que com ela se identificam ou dela se excluem, ocorrendo sempre num contexto marcado por relações de poder.

Essa conceituação proposta por Castells (2001), aproxima-se da de Agier (2001) como uma das propriedades do conceito de identidade, que seria a presença quase obsessiva desta em todas as ocorrências da vida social. A segunda propriedade seria a possibilidade de sua descoberta e de sua investigação como objeto de análise de maneira contextual, relacional, construtivista e situacional, e é a partir desta propriedade que, para o autor, a antropologia das identidades foi efetivamente constituída.

De acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora de contexto, e são sempre relativos a algo específico, seja a disputa por território, mercado de trabalho, afirmação religiosa, entre outros. Já a concepção relacional permite a aproximação da identidade individual ou coletiva a partir do outro, ou seja, o indivíduo ou grupo se compreende a partir de um olhar externo, ou mesmo de vários olhares. (AGIER, 2001).

Desse ponto de vista, o centro urbano pode ser compreendido como o principal espaço dos processos identitários na cidade, já que é o ponto onde se multiplicam os encontros de indivíduos que trazem consigo atributos culturais próprios. Por sua vez, no relacionamento entre identidades, modificam-se os atributos originais e “essa transformação atinge os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores morais, até mesmo as línguas, a educação e outras formas culturais que orientam a existência de cada um no mundo.” (AGIER, 2001, p. 06). Desta forma, o processo identitário, enquanto dependente da relação com o outro, sob a forma de encontros, conflitos, etc., transforma a cultura.

A abordagem da identidade denominada construtivista, permite dar conta dos próprios processos identitários, e não apenas de seu contexto ou das suas relações. Segundo essa abordagem, a realidade é construída pelas representações dos atores sociais, podendo definir-se dois momentos de análise: por um lado, a necessidade experimentada por alguns grupos ou indivíduos de materializar fronteiras simbólicas, ou seja, a criação da identidade através de declarações identitárias; por outro, o processo dessa materialização, o momento da criação cultural, que segundo Barth (1969 *apud* AGIER, 2001) representa a construção social das diferenças culturais, é a relação construída entre identidade e cultura.

A complexidade crescente das relações contemporâneas, torna a abordagem situacional das culturas e das identidades um instrumento relevante de compreensão das lógicas observadas. Nesta abordagem, a atenção se coloca antes sobre as interações e as situações nas quais os atores se engajam, ou seja, os fenômenos e processos, do que nas representações das culturas e tradições em nome das quais se supõe que eles agem. Segundo Agier (2001), nesta perspectiva, toma-se por base a noção de "seleção situacional" introduzida por Evans-Pritchard, para quem um indivíduo ou um grupo pode ter variadas atribuições de valor de acordo com a situação. Existe então uma "plasticidade das crenças" em função das situações: "Colocado em uma determinada situação, um homem escolhe, dentre as crenças, aquelas que lhe convêm, e as utiliza sem prestar a mínima atenção aos outros elementos, ao passo que pode ocorrer-lhe se servir destes em situações diferentes" (EVANS-PRITCHARD, 1972 *apud* AGIER, 2001, p. 11). No mesmo sentido, segundo Clyde Mitchell (1987 *apud* AGIER, 2001), a cultura teria uma amplitude de significações, estas construídas pelos atores ao longo do tempo e utilizadas de acordo com a situação, o que torna os componentes da cultura diversos e mesmo contraditórios. "O caminho que vai da cultura à identidade, e vice-versa, não é único, nem transparente e tampouco natural. Ele é social, complexo e contextual." (AGIER, 2001, p. 12).

Percebe-se então, que a construção da identidade compreendida através de abordagens contextual, relacional, construtivista e situacional, é um processo contínuo, e ao ser produzido e reproduzido no interior de uma cultura é um processo dialético, pois ao mesmo tempo em que a identidade é reflexo da cultura, é também sua condicionante. Sendo os símbolos culturais uma referência à memória que constitui a identidade de um grupo, pode-se concluir que esta referência é também construída num processo análogo ao da identidade.

Essa conclusão leva a percepção de que a afirmação de determinados símbolos culturais, o patrimônio cultural, por exemplo, se insere em um contexto de relações de poder que produz a afirmação ou a negação de desejos, interesses ou identidades específicas, como afirma Castells (2001). Desta forma, os bens de uma sociedade considerados patrimônio cultural, e, portanto, símbolos desta sociedade, são determinados por uma identidade legitimadora.

Os símbolos culturais, e a própria identidade legitimadora, são introduzidos pelas instituições dominantes da sociedade com a intenção de expandir e racionalizar a

dominação em relação aos atores sociais. A legitimação desta identidade, através de seus símbolos, possibilita a constituição da sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, assim como atores sociais estruturados e organizados, que embora de modo conflituoso, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. (CASTELLS, 2001).

O patrimônio cultural pode ser considerado, materialmente, como um dos principais símbolos de uma sociedade. Não por seu valor em si, mas pelo juízo de valor que a ele se atribui à luz da abordagem situacional das culturas e da identidade. Mesmo que determinado por instituições e atores dominantes da sociedade, o patrimônio cultural só pode ser legítimo se assim considerado por todos os grupos, e essa crença se faz mediante a inserção de uma mitologia social (MONTROYA, 200_), ou discurso, que convence todos os atores do valor superior de determinados bens.

Exemplo deste discurso é o próprio conceito de patrimônio cultural estabelecido por instituições como a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), entre outros. Visto que a própria ação de tombamento¹¹ é uma das maneiras oficiais de atribuir valor a um bem e determina-lo mais relevante para a sociedade. É principalmente este patrimônio cultural que representa:

[a] soma dos bens culturais de um povo, que são portadores de valores que podem ser legados a gerações futuras [...] que confere identidade e orientação, sendo estes pressupostos básicos para o seu reconhecimento, inspirando valores ligados à pátria, ética e solidariedade, mediante profundo senso de lugar e continuidade histórica. (IEPHA, 2010).

As instituições destinadas a definir, preservar e difundir o patrimônio cultural, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico destes bens, incorrem quase sempre numa certa simulação, ao sustentarem que se estes bens conferem identidade e orientação à todos. Desta forma, aparentam assumir que a sociedade não está dividida

¹¹ Tombamento é o ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade.

em classes, etnias e grupos, ou que o prestígio acumulado por estes bens transcende os estratos sociais.

Para Canclini (1994), o patrimônio cultural serve como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais, assim como a hegemonia dos que possuem acesso preferencial à sua produção e distribuição. As instituições e agentes dominantes além de definir em quais bens são superiores e merecem ser preservados, também dispõem dos meios econômicos e intelectuais para imprimir a esses bens maior qualidade.

Nas classes populares encontramos às vezes uma extraordinária imaginação para construir casas com dejetos num conjunto periférico, para usar as habilidades manuais e dar soluções técnicas apropriadas ao seu estilo de vida. Mas dificilmente esse resultado pode competir com o de quem dispõe de um saber acumulado historicamente, emprega arquitetos e engenheiros e conta com vastos recursos materiais [...]. (CANCLINI, 1994, p. 97).

Para o mesmo autor, à medida que se desce na escala econômica, mas principalmente na educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural¹² transmitido por estas instituições e bens. Essa variada capacidade de relacionamento com o patrimônio se origina, primeiramente, da participação desigual dos grupos sociais na determinação do que é ou não patrimônio cultural. Mesmo em países como o Brasil, em que a legislação e os discursos oficiais conferem legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social existe uma hierarquia dos capitais culturais, sendo os capitais de grupos ou etnias consideradas populares, subordinados dentro das instituições hegemônicas. Por isso, a reformulação do conceito de patrimônio como capital cultural tem a vantagem de representá-lo como processo

¹² Canclini (2003) utiliza o conceito de *capital cultural* a partir da definição de Bourdieu (1979), que o conceitua como um tipo de capital enredado na malha familiar, e que pode existir sob três aspectos: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural no seu estado incorporado constitui o componente do contexto familiar que atua de forma mais marcante na definição do futuro das crianças, uma vez que as referências culturais, os conhecimentos considerados apropriados e legítimos e o domínio maior ou menor da língua culta trazida de casa (herança familiar) facilitam o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares. No estado objetivado, o capital cultural existe sob a forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc. Para possuir os bens econômicos na sua materialidade, é necessário ter simplesmente capital econômico, o que se evidencia na compra de livros, por exemplo. Contudo, para apropriar-se simbolicamente destes bens, é necessário possuir os instrumentos desta apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado. Por último, o capital cultural institucionalizado ocorre basicamente sob a forma de títulos escolares. O grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, notadamente no mercado de trabalho. (CANCLINI, 2003).

social, que como outro capital, se acumula, se renova, e é apropriado de maneira desigual pelo diversos atores sociais. (CANCLINI, 1994).

Não se pode, contudo, descartar a eficácia simbólica que os significados do patrimônio cultural têm na construção social dos lugares. Lugares, neste contexto, são entendidos como uma determinada demarcação física e simbólica no espaço, cujos usos lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo delimitado por estas, numa relação dialética. (LEITE, 2007).

Segundo Leite (2007), os lugares urbanos têm fronteiras, mas estas não são rígidas nem fixas, pelo contrário, são construídas socialmente e negociadas continuamente com outros lugares no processo de interação pública, através do qual afirmam suas singularidades, emergem conflitos e, eventualmente, consensos. Neste caso, consenso pode ser entendido como possibilidade de entendimento, visto como processo de convergência de sentidos, já que, para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um entendimento mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os símbolos culturais que o qualificam.

Essa reflexão é especialmente válida para o centro urbano, que ao coincidir com as áreas históricas, possui em seu interior a maioria dos símbolos culturais determinados pelo discurso hegemônico das políticas patrimoniais, ao mesmo tempo, em que é atribuído de valores afetivos, culturais e simbólicos pela maioria da população, com a diversidade de estratos sociais, grupos étnicos, etc. O centro urbano, desta forma, pode ser considerado o lugar de maior referência simbólica na cidade.

Segundo Canclini (1996), os lugares se tornam singulares principalmente pelas representações e práticas construídas pelos atores que neles interagem, e essas representações lhe conferem sentido identitário. O modo como essas práticas sociais criam suas identidades com os lugares sociais, chocam-se muitas vezes com as políticas oficiais de patrimônio cultural, quando se observa as tensões da política como ação simbólica, que pretende restabelecer as relações entre identidade e lugar, reinventando centralidades tradicionais, que não mais correspondem às práticas sociais contemporâneas. Segundo Leite (2007), esta ação é característica da necessidade de legitimar experiências localizadas da tradição, voltadas para a adequação da gentrificação do patrimônio às demandas de mercado.

Dessas ações, visíveis nas práticas de intervenção em áreas centrais históricas, resultam mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio, como lugar simbólico, para uma concepção que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares. O valor de uso dos chamados centros históricos, caracterizado pelas práticas sociais e relações entre identidade e lugar, torna-se seu valor de troca.

Portanto, para compreender como o patrimônio estabelece relações entre identidade e lugar na cidade contemporânea brasileira, deve-se considerar como as políticas patrimoniais, em âmbito nacional e local, articulam as noções de tradição e cultura nacional. Para a reflexão sobre o processo de institucionalização do patrimônio cultural urbano no Brasil, se faz necessário abordar como a noção de lugar transitou da idéia da construção de nação, materializada em ações de âmbito nacional, para a idéia de desenvolvimento urbano, materializada em ações no âmbito da cidade.

3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

De acordo com Fonseca (1997), as políticas de patrimônio no Brasil surgiram na década de 1930, como iniciativa do Estado e assumiram posição de destaque na formulação de uma concepção oficial de cultura, especialmente voltada para a construção de uma idéia de nação. A emergência destas políticas foi contemporânea a Revolução de 1930 e a criação do Estado Novo, cujas transformações sociais e econômicas do país levaram ao debate sobre como pensar a nação e construir uma idéia de identidade nacional que conferisse sentido às diferenças e desigualdades próprias do país. Uma das principais iniciativas da nova política nacionalista foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de dezembro de 1937.

O SPHAN foi concebido inicialmente sob forte influência do movimento moderno, que instaurou não apenas um discurso estético, mas uma nova maneira de pensar o Brasil e sua cultura, tendo como referência a Semana de Arte Moderna de 1922. Como visto anteriormente, o desejo de preservação, nesse contexto, surgiu não como uma posição alternativa a *tabula rasa*, mas como um complemento da perspectiva da destruição, propondo-se apenas a determinar alguns exemplares materiais a serem salvaguardados. (MOREIRA, 2004). No entanto, o mais relevante desta política foi a

definição destes exemplares como expressões culturais genuinamente nacionais, estando relacionada à consolidação de uma imagem política e cultural da nação, sendo o Estado seu maior patrocinador.

Os bens culturais que integram o patrimônio cultural são, em geral, selecionados para tombamento em função de expressar – de forma modelar – a história oficial como suposta síntese da memória, tradição e identidades nacionais. O patrimônio, enquanto lugar por onde circulam “fantasmas do passado e os imperativos do presente” (Certeau, 1998), é, ele próprio, através de seus intelectuais, um agente que constrói e inventa tradições. (LEITE, 2007, p. 51).

A predominância de monumentos e símbolos que reafirmavam os poderes políticos, religiosos e militares reforçou a versão oficial da própria cultura brasileira, tanto quanto excluiu minorias étnicas e culturais. As origens sociais de grande parte dos tombamentos realizados até a década de 1980, referiam-se à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações símbolos do poder estatal, ou seja, fortes, casarios, mosteiros, igrejas, etc. (FONSECA, 1997), estabelecendo limites de um patrimônio cultural que se pretendia ser síntese da identidade nacional.

Segundo Leite (2007), esse fato implica uma dimensão cultural limitada da cidadania, na medida que pressupõe uma interação política com o Estado, simbolicamente mediada pelos bens culturais oficiais, o suposto patrimônio cultural nacional. Se pensadas as diferentes perspectivas das quais se podem construir a idéia de tradição e de passado, a idéia de patrimônio comum, assim como de uma identidade nacional, deixa de ser plausível.

Durante muitos anos, baseada na idéia de construção de uma nacionalidade e seguindo o exemplo da política econômica de bem-estar social, a política de patrimônio era função do Estado, enquanto agente responsável pelo desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, em decorrência da impossibilidade do IPHAN (ex-SPHAN) manter uma agenda de atualização e manutenção deste patrimônio apenas com recursos federais, a partir da década de 1970 se iniciou o processo de descentralização das políticas de preservação.

No âmbito do Paraná, e em Curitiba, as primeiras medidas de institucionalização do patrimônio ocorreram anteriormente à descentralização do IPHAN, com a criação do

Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1948, juntamente com a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, através da Lei Estadual nº. 112. O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico constituiu-se num órgão normativo e consultivo, auxiliar no acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio do Paraná. (CPC, 2010).

A unidade responsável pela proteção do patrimônio cultural denominava-se Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, ligada à Diretoria de Assuntos Culturais e as Secretaria de Educação e Cultura. Em 1979, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, substituiu-se a Diretoria de Assuntos Culturais pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural, que passou a ser o responsável pelas propostas de preservação dos bens, bem como, pela assessoria técnica e fiscalização destes e das áreas de interesse de preservação.

A partir da década de 1970, com a divisão de responsabilidades do IPHAN em esferas estadual e municipal, ampliaram-se as concepções a cerca do patrimônio cultural, ao serem considerados bens de relevância regional, que não o eram para a genérica concepção do IPHAN a respeito de cultura e identidade nacional. (FONSECA, 1997). Duas Cartas Patrimoniais do mesmo período foram fundamentais na redefinição das práticas de preservação: a Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967). Em ambas, o conceito de monumento passa a ser entendido como inseparável do seu entorno, ampliando a atuação de preservação para o contexto urbano no qual estão inseridos os bens culturais. No caso do patrimônio cultural edificado das cidades, a noção de ambiência se traduz pelo reconhecimento do valor urbanístico (assim como sua potencialidade de bem de consumo turístico) do conjunto a ser preservado.

Esta transformação marca o início da incorporação do patrimônio às políticas urbanas que, a partir da década de 1970, contribuíram para o trânsito da idéia de nação como foco conceitual da preservação, para a valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento urbano. Contudo, segundo Leite (2007), embora os conceitos tenham sido ampliados, a orientação voltada para a integração entre práticas de preservação e os processos de planejamento possibilitou a aproximação entre patrimônio e indústria cultural e do turismo, e por conseqüência, um direcionamento econômico nas políticas de patrimônio.

O problema dessa orientação é que as demandas do mercado cultural, além de subverterem a lógica da seleção de bens a serem preservados, evidenciando apenas as potencialidades de retorno financeiro, ao atribuírem valor de troca ao valor de uso dos bens, deslocam os seus significados construídos pelas práticas sociais para os seus aspectos mais monumentais. Nesta prática se percebe a reincidência de uma orientação política que negligencia a participação dos usuários mais envolvidos com o patrimônio edificado. (ADORNO, 1987; ARANTES, 1996).

Segundo Leite (2007), a mudança da concepção de políticas de patrimônio focadas na nação para as cidades, representou também a reformulação da noção tradicional de lugar. A emergência das práticas econômicas de desenvolvimento urbano (ênfatisadas pelo planejamento estratégico) fertilizou um novo ideário político para a relação entre identidade e lugar nas políticas de preservação do Brasil, definido na década de 1990 pelas políticas de gentrificação do patrimônio, inseridas na lógica de mercado.

As práticas de *gentrification* distinguem-se [...] de outras formas tradicionais de atribuição de valor e preservação do patrimônio, ao utilizar uma forma abrangente de seleção de bens, baseadas em critérios que vão além de uma concepção valorativa de *nação*. No entanto, as políticas de preservação que se apóiam na discutível idéia de uma memória nacional (ou local), ou as que orientam pela não menos discutível lógica do consumo, são formas igualmente *seletivas* de intervenção e apropriação simbólica, construídas a partir de determinadas concepções sociais: uma supõe eficaz uma memória compartilhada [...] outra canaliza o valor potencial de ações de consumo no interior do mercado cultural. (LEITE, 2007, p. 69).

A aproximação da indústria cultural e das práticas de gentrificação pode ser sintetizada pela transformação da arte em produto de consumo. Em ambas, os bens artísticos e o patrimônio cultural são tratados como mercadoria, orientando as práticas e políticas de atuação para as demandas de mercado, cujos usuários do espaço são igualmente consumidores. Porém, os dois processos são distintos na forma como atuam ideologicamente: a indústria cultural opera com a idéia de estandardização das mercadorias culturais, no contexto de acumulação capitalista que não distingue o público consumidor; a gentrificação, no contexto da acumulação flexível, opera com a construção de singularidades na diferenciação e estandardização dos espaços urbanos,

dirigida a uma parcela de consumidores diferenciada. Pode-se dizer então que, enquanto a indústria cultural atua em uma perspectiva de padronização dos costumes e produtos, as práticas de gentrificação atuam através da singularidade e diferenciação dos atos de consumo. (ADORNO, 1987).

Essa peculiaridade da gentrificação dos espaços nas práticas de intervenção urbana permite que os espaços criados, mesmo que segmentados, resultem na criação de lugares, ainda que distantes dos concebidos pelas práticas sociais tradicionais. De acordo com Leite (2007), isso se deve à forma predominantemente simbólica com que o patrimônio cultural é reapropriado. Seja para reafirmar um aspecto de uma tradição existente, ou para reinventar tradições, o enfoque cultural das políticas de gentrificação opera com categorias residuais da tradição e da identidade do lugar, articulando estes aspectos com as demandas de mercado, e a partir disso, legitima a reinvenção de uma centralidade no contexto da cidade contemporânea. Segundo Harvey (1992 *apud* LEITE, 2007), esta reconfiguração contemporânea dos lugares na vida urbana tem como consequência o deslocamento de práticas sociais cotidianas para contextos indefinidos, deixando de expressar os sentidos da localidade que representam, para incorporar em sua constituição elementos que são internacionais.

No plano institucional, as políticas contemporâneas nacionais de preservação voltadas para o desenvolvimento urbano, orientam-se, em grande parte, nesta lógica de gentrificação e da indústria cultural, a exemplo da parceria, entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desse consórcio, assinado em 1999, que envolve também a participação de empresas nacionais, surgiu o Programa Monumenta/BID, transformando-se numa esfera paralela ao IPHAN na atuação das políticas de preservação. A primeira etapa do programa definiu a mobilização de aproximadamente US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões do BID e US\$ 62,5 milhões do governo federal, e o restante arrecadado através de parcerias com a iniciativa privada das localidades contempladas. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

A estratégia do Programa Monumenta/BID supera os aspectos arquitetônicos da preservação, tendo como uma das principais metas a dinamização econômica das áreas de intervenção, concentradas nos centros históricos. Os indicadores de desempenho do BID se concentram principalmente nos investimentos privados na recuperação de imóveis, seus preços, valores de aluguéis e arrecadação de impostos, e, portanto,

distantes dos usos sociológicos dos lugares, ou dos sentidos que o patrimônio tem para seus usuários. A prioridade do programa não é a simples recuperação de áreas de valor histórico, mas prioritariamente a “revitalização” de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos investidos.

Para a atuação do IPHAN nas políticas nacionais de preservação, a implementação do Monumenta/BID no Brasil representou um afastamento do gerenciamento das práticas de intervenção, se transformando, neste contexto, em uma unidade do Ministério da Cultura encarregada da orientação e fiscalização do Monumenta. Segundo Leite (2007) representou também a perda de autonomia e poder do IPHAN nessa nova política de patrimônio, e sua subordinação aos investimentos econômicos na iniciativa privada.

Em função da racionalidade econômica dos investimentos, não apenas no caso do Monumenta/BID, mas de maneira geral, a participação do setor privado no gerenciamento de políticas do patrimônio, promove-se uma complexa alteração do patrimônio de bem simbólico para mercadoria cultural. Este processo implica formas de interação baseada no consumo, e dessa forma pressupõe a operacionalização das formas de preservação a partir das necessidades do mercado. (ADORNO, 1987). A consequência mais direta desse tipo de intervenção em áreas centrais de interesse histórico é a proliferação de serviços destinados ao consumo cultural (como as tradicionais barraquinhas de lembranças ditas ‘regionais’), diante da qual se sugere uma elitização do espaço. Como reforça Leite (2007):

Mais do que uma segregação do espaço através das restrições ao consumo desses produtos e serviços, definidas pelos excludentes critérios de renda, essa “estetização” se relaciona também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança. (LEITE, 2007, p. 73).

Novamente, o risco dessas intervenções de caráter gentrificador é a transformação da composição social de residentes dessas áreas centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas de maior poder aquisitivo. Dentro da perspectiva de turismo e negócios, implementam-se usos para o patrimônio cultural

edificado que realimentam a lógica do mercado, modificando as relações entre lugares e identidades, assim como as práticas sociais que humanizam o espaço urbano.

Sendo espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio cultural nos centros urbanos é atravessado pela ação de três agentes, ou seja, o Estado, o setor privado e a sociedade civil. É na interação destes agentes que as contradições do uso do patrimônio assumem forma, movidos por interesses muito distintos. Daí a importância dos projetos de intervenção em áreas centrais de interesse patrimonial serem construídos a partir de consensos, diagnosticados na sua dinâmica com a cidade e “explorados” nas suas possibilidades latentes de lugares identitários.

As novas interações entre capital, Estado e sociedade estão mudando a problemática do patrimônio urbano, requerendo para sua defesa e preservação o entendimento da crise das grandes cidades e propostas de intervenções que concentrem esforços nos usos sociais dos espaços e lugares do patrimônio. Exige-se a compreensão de que o efetivo resgate e preservação do patrimônio cultural edificado dependem de sua apropriação coletiva e democrática, possibilitado se criadas condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado e compartilhá-lo.

A fim de elucidar como o patrimônio cultural edificado tem sido tratado nas intervenções em áreas centrais no Brasil, se faz necessário uma análise das políticas e práticas de intervenção contemporâneas. À luz desta análise será possível refletir sobre estratégias, instrumentos e programas, possíveis de serem propostos nas cidades brasileiras, que permitam o uso e a preservação do patrimônio de maneira mais democrática.

4 PRÁTICAS E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS CENTRAIS

A partir da reflexão elaborada nos capítulos anteriores é possível afirmar que o essencial do fenômeno urbano é compreendido justamente pela figura do centro. Não importa qual ponto possa torna-se central, a realidade urbana só existe com a centralidade, ou seja, com a aglomeração e a atração de fluxos, pessoas, objetos. As próprias forças econômicas e políticas requerem a centralidade a fim de organizar atividades sociais.

Contudo, não se pode entender o centro como um espaço preexistente sobre o qual se distribuem os processos sociais. Os mesmos processos que configuram uma área como centro, configuram também outras áreas como “não centro”. Ou seja, nenhuma área é ou não é centro, mas como fruto de um processo dialético torna-se centro. (VILLAÇA, 1998).

De acordo com Villaça (1998), a origem do valor concreto do centro se materializa na medida em que é neste ponto que se cristaliza a maior quantidade de trabalho socialmente despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração, e, portanto, é geralmente o centro o núcleo urbano inicial da aglomeração, dotado de valores históricos e culturais. Esta característica do centro representa o seu valor de uso, ou seja, é esta área que cria os principais espaços de sociabilidade e encontro, e, portanto, nenhum outro ponto da cidade o supera em termos de acessibilidade. Assim, o seu valor de uso é a fonte de seu valor simbólico, já que a sua importância comunitária faz com que os centros passem a ser objeto de grande valorização simbólica; valor que na cidade contemporânea reforça o valor imobiliário (de troca) desta área. (LEFEBVRE, 2001; VILLAÇA, 1998).

Atribuídos de valores antropológicos, sociológicos e políticos (valor de uso) e de valores econômicos (valor de troca), os centros urbanos, mais do que qualquer outra área da cidade, são espaços complexos e de difícil apropriação por um setor social claramente dominante. Mesmo que sua configuração seja manipulada pelo controle político de mobilidade de alguns grupos, que através de diversos mecanismos exercem maior dominação sobre este espaço, a importância e unicidade do centro urbano fazem

com que ele seja objeto de disputa entre as classes, e palco principal de luta social. (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 1998).

Segundo Tourinho (2009), esta sensação de que o “centro não tem dono” reflete o fato de que intervir nos centros urbanos requer consenso constante entre as forças diversas que nele atuam e os vários interesses dos diferentes agentes sociais (das instituições públicas às privadas) que reivindicam deste território certo tipo de representatividade, seja operativa ou simbólica.

Pela relevância cultural e econômica do centro urbano, o debate sobre a intervenção em áreas centrais é geralmente polarizado. Na literatura urbanística destacam-se duas tendências principais com relação à centralidade: a associação do centro urbano ao centro histórico, defendida por setores sociais que defendem evitar a alteração do patrimônio urbano, em nome dos valores históricos e culturais, geralmente em detrimento do conteúdo social desta área; e a associação do centro urbano ao fator localização, e, portanto, ao máximo aproveitamento do uso do solo. Nesta última tendência percebem-se duas vertentes: uma que enfatiza a capacidade do capital para transformar física e culturalmente o espaço (ignorando a cultura material do ambiente construído); e outra que reivindica o aspecto político, e defende uma recuperação popular da cidade, através do centro. (TOURINHO, 2009).

O enfoque apenas culturalista ou economicista da temática é superficial e limitado, como se uma tendência ou outra determinasse ações excludentes. As intervenções em áreas centrais, para serem efetivas, devem superar a dualidade entre estes enfoques, buscando o equilíbrio entre os aspectos de renovação e permanência, tanto quanto o consenso entre os agentes sociais que produzem o espaço do centro, como dito anteriormente. Parâmetros de desenvolvimento urbano centrados na importância dos atributos econômico, social, cultural e simbólico das áreas centrais da cidade, permitem propostas de intervenções de natureza socioespacial, em que a estruturação do espaço é determinada por objetivos de inclusão social, revitalização econômica e preservação do patrimônio cultural socialmente produzido.

Para tanto, intervenções nos centros urbanos demandam considerações de instrumentos econômicos, sociais, jurídicos e institucionais. Segundo Vargas e Castilho (2009), esta intervenção pressupõe não somente avaliar a herança histórica e patrimonial

dos centros, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, antes de tudo, precisar suas motivações.

As motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos, de maneira generalizada, consideram-nos como lugares de destaque na transformação da cidade, em função de sua potencialidade urbanística enquanto núcleos agregadores de uma multiplicidade de atividades frente à acumulação histórica de investimentos públicos e privados. Reinseridas no contexto urbano atual, estas áreas se tornam mais atrativas para a realização das funções urbanas e territoriais que podem exercer em seu interior e em sua área de influência imediata, cumprindo sua função social para a coesão urbana.

Vargas e Castilho (2009) enumeram variadas motivações abrangendo os diversos atributos já citados dos centros urbanos. Como referência e identidade, os centros exercem um papel essencial, pois é principalmente neste espaço que se encontram as sedimentações e fragmentações da história de uma cidade; a variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos como espaço de sociabilidade; a presença de infra-estrutura consolidada, que ao ser utilizado de maneira mais racional, garante melhor gestão do espaço urbano disponível; a concentração de bens, serviços e postos de emprego (mesmo com a dispersão locacional de negócios) facilita e reconduz ao retorno de habitações nas áreas centrais, reduzindo sensivelmente a necessidade de deslocamento diário moradia-trabalho; entre outros.

Se há consenso da necessidade de intervenção nos centros urbanos, esta se sustenta por um claro processo de deterioração destas áreas, e pela necessidade de reinvenção da realidade urbana através da restituição da centralidade. Se num momento da urbanização, o processo de periferização urbana e descentralização diluem a noção de centralidade única em razão do surgimento de centralidades periféricas, o que responde pela degradação do centro urbano, o período indutor da urbanização que se vive atualmente, caracterizado pela internacionalização da economia e desenvolvimento das telecomunicações, conduz a uma alteração no significado de espaço e tempo, e a necessidade de se restituir a centralidade.

A descontinuidade do tecido urbano, proporcionada pela periferização e o surgimento de subcentros, é consensualmente, entre os diversos autores citados, o principal responsável pela diluição da noção de centro principal. Este processo foi um

dos maiores responsáveis pela aceleração da degradação dos centros urbanos, que passaram a ser objeto de preocupação desde a década de 1950 na Europa e América do Norte, e no Brasil mais intensamente após a década de 1980.

Segundo Vargas e Castilho (2009), os conceitos de deterioração e degradação urbana estão frequentemente associados à perda de função, ao dano de suas estruturas físicas, ou o rebaixamento do valor de troca de uma área. De maneira geral, a referência à degradação destes espaços associa-se à reverberação da mesma situação nos grupos sociais que ocupam este local. “Atribui-se à condição de empobrecimento e de marginalização a destruição das bases da solidariedade entre os indivíduos e o descrédito na noção do bem comum.” (GUTIERREZ, 1989 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 04).

Contudo, a deterioração ou degradação dos centros urbanos afetam não apenas os atores sociais diretamente envolvidos, já que, tendo em vista a noção de centro urbano como articulador da cidade, por meio de sua função e significado, este processo envolve todos os agentes que compõem a cidade. Atingindo de maneira distinta estes agentes, de acordo com os respectivos interesses e segundo a conjuntura local, as intervenções urbanas propostas e executadas de modo a conter este processo e restituir a centralidade, apresentam objetivos, estratégias e resultados variados.

Desta forma, a recuperação do centro das metrópoles implica na tomada de uma decisão política e de um posicionamento ideológico (o que, para quem e como recuperar), que ao materializar-se no espaço por meio de políticas de planejamento, gestão urbana, ou decisões projetuais, legitima as formas imateriais das relações humanas, podendo acirrar ou reduzir as tensões provocadas por relações de poder nem sempre explícitas.

4.1 POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS NAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS CENTRAIS: PARA QUEM E COMO

De acordo com Vasconcellos e Mello (2009) é a partir da década de 1960 que as ações em áreas com preexistências significativas introduzem o reconhecimento do valor histórico cultural do meio ambiente construído. Essa nova postura indicou uma atitude crítica às práticas precedentes de intervenção em áreas centrais, que no período de 1940

até meados de 1960, baseadas nas propostas de urbanismo do Movimento Moderno, tiveram como propósito demolir e construir para renovar.

Com objetivos e estratégias conjunturais, o desejo de *tabula rasa* que marcou o período do Movimento Moderno, como explicita Moreira (2004), correspondeu à proposta de ruptura total com o modo de vida, objetos, formas e princípios considerados pertencente ao passado. A supressão da condição anterior para a implantação da ordem moderna, teve como impulso o princípio de que só a partir do vazio seria possível pensar sobre o novo. Este pensamento ganhou força especialmente em países arrasados pela II Guerra Mundial, que possibilitou a reconstrução das cidades em bases modernas, ou em países que acumularam riquezas com a guerra, o caso dos Estados Unidos.

Essa manifestação do desejo de *tabula rasa* na gênese da ação de intervenção, deve ser compreendido, contudo, na dualidade e tensão existente com o desejo de preservação. Em meio à postura radical de ruptura do movimento moderno, ocorreu a busca de princípios organizativos que determinassem certa qualidade urbana nas cidades não modernas. Essa tensão foi também consequência das primeiras percepções dos resultados alcançados com as reformas urbanísticas utilizando parâmetros do urbanismo moderno. (MOREIRA, 2004).

Modernistas e membros do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) observaram que as práticas modernas conduziram à perda da qualidade urbana e da espontaneidade presente nas cidades pré-modernas, que provocou embates iniciados no CIAM 8, de 1951. A percepção de que a urbanidade que estava sendo criada reduzia as qualidades ligadas à vida coletiva, levou à uma especulação sobre os modos de recuperar a espontaneidade no núcleo das cidades, e o desejo de preservar características de uma urbanidade anterior à moderna.

O desejo de preservação nesse contexto surge, porém, da perspectiva da destruição, propondo-se apenas a determinar alguns exemplares materiais a serem salvaguardados. De acordo com Moreira (2004), esse posicionamento preservacionista não surge como uma posição alternativa à *tabula rasa*, mas como um complemento justificado pelo próprio movimento de destruição e de reconstrução da cidade em novas bases.

As propostas de intervenção onde o desejo de preservação parecia explicitar-se, se concentravam nas materialidades da cidade, como estudo e conservação de objetos

históricos, numa preocupação intrinsecamente modernista. A questão da preservação da cidade e da urbanidade imaterial ainda não estava sendo pensada. As primeiras cartas patrimoniais¹³, anteriores à década de 1960, não problematizam o tema da preservação, sendo sintomáticas de um modo de lidar com a questão do patrimônio de maneira isolada e não sistêmica, traço que persistente no discurso preservacionista em práticas contemporâneas.

O aprofundamento destas questões patrimoniais na década de 1960, mesmo que numa perspectiva limitada preservacionista, permitiu o surgimento de críticas à renovação urbana com mais força na década de 1970, apontando principalmente para a falta de visão empresarial dirigida aos planos e projetos realizados, especialmente quanto à dinâmica urbana. Este período marcou a crise do movimento moderno, com a percepção de que os edifícios isolados, monofuncionais e fechados em si mesmos não estabeleceram sinergias fundamentais para o estímulo e manutenção da vitalidade urbana. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Um significativo impacto da renovação modernista verificou-se na expulsão da população residente das áreas centrais e substituição por estratos sociais de mais alta renda, caracterizando um processo de gentrificação nas áreas degradadas. Este processo permanece latente em grande parte dos projetos de intervenção contemporâneos, marcados pela valorização imobiliária das áreas recuperadas.

Em meados da década de 1970, com um discurso baseado na estética, no patrimônio e na questão ambiental, se iniciou uma nova fase na ideologia e na prática de intervenção em áreas centrais. Os projetos do período 1970/1990, aproximaram-se mais da versão européia de intervenção, ao privilegiarem a preservação urbana, incorporando os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nos centros e abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviço.

Organizações como a Unesco ampliaram a preocupação com a preservação em escala mundial, participando ativamente do processo de reconhecimento das áreas históricas como parte integrante do cotidiano. Por meio de recomendações, os órgãos de preservação relacionavam as áreas históricas

¹³ As Cartas Patrimoniais são recomendações no que diz respeito, entre outros temas, àqueles ligados à preservação e conservação dos bens culturais. São documentos resultantes das conferências mundiais sobre o tema do patrimônio histórico, e tratam da proteção, tutela, gestão, etc. dos bens culturais.

[geralmente coincidentes com os centros urbanos] com o planejamento urbano, com a intenção de salvaguardar a vida e a integridade da sociedade [...] não raramente, resultaram em intervenções isoladas, dirigidas à restauração de edifícios históricos, sem a devida consideração do entorno urbano. (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 17, p. 18).

Os objetivos das intervenções em áreas centrais deste período centraram-se, de maneira geral, na preservação do patrimônio histórico e arquitetônico como elemento fundamental para o resgate da identidade e da cidadania. À parte da mitologia social deste discurso, os empreendedores imobiliários reconheceram que o modelo periférico estava apresentando sinais de enfraquecimento devido à forte concorrência com projetos similares, como os *shopping centers*, tornando os centros urbanos fortes aliados para empreendimentos diferenciados. Por sua vez, os gestores urbanos, viram na intervenção em áreas centrais degradadas, possibilidades de desenvolver projetos com maior apelo popular nos locais onde seus eleitores freqüentavam. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Desta forma, as intervenções realizadas entre as décadas de 1970 e 1990 foram estabelecidas em três frentes estratégicas: a intervenção física por meio de projetos arquitetônicos (empreendimentos); o estabelecimento de políticas urbanas; e o desenvolvimento de programas de gestão compartilhada. Essas frentes possibilitaram o fortalecimento da parceria entre o setor público e o privado, legitimada pelo envolvimento da comunidade, através de projetos viáveis para a economia urbana e para os negócios empresariais.

Este período é também fortemente marcado pela fomentação de centralidades culturais. O programa básico dos empreendimentos nos centros urbanos foi a associação entre museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e espaços de compra, transformando o centro urbano em lugar de consumo e consumo do lugar. Os gestores públicos que encontraram na cultura um nicho entenderam-na como alternativa para camuflar suas responsabilidades econômicas e sociais por meio das atividades lúdico-culturais. Um dos empreendimentos mais representativos desta centralidade foi a construção do Centro Pompidou (1974), em Paris, que apresenta indícios da importância da arquitetura na promoção da gestão urbana, através de propostas de impacto visual e base cultural como elemento de integração social. (LEFEBVRE, 2001; ARANTES, 1991).

Na Europa, em geral, devido ao maior controle do estado sobre o desenvolvimento das cidades, as intervenções mantiveram-se no campo das políticas urbanas. As políticas, de maneira mais inclusiva, consideraram não apenas o comércio central, mas a habitação de baixa renda, o sistema de transporte, os espaços públicos e o ambiente urbano. Na América Latina, contudo, as estratégias direcionaram-se, predominantemente, às ações normativas e criação de agências, a exemplo do Brasil, com a criação simultânea de duas entidades na estrutura do Ministério de Educação e Cultura: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-memória, em 1979. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

A criação de secretarias de cultura e patrimônio como principais gestores do espaço urbano dos centros, acanhou boa parte das práticas de intervenção no Brasil neste período, estando estas associadas à tendência preservacionista e desvinculadas de políticas urbanas inclusivas. Baseadas em ações normativas e discursos políticos, as intervenções se deram de maneira isolada, voltadas, em grande parte, à exclusiva restauração de edificações. Por outro lado, absorvendo parte dos debates internacionais, a política do patrimônio no Brasil ampliou a possibilidade de sua apropriação pelos diversos segmentos da sociedade, o que conferiu, na forma de diretrizes, uma visão mais democrática ao processo de preservação.

É preciso destacar que o posicionamento ideológico de desejo de preservação, de entidades destinadas à preservação de bens culturais, facilitou a inserção do patrimônio histórico na vida contemporânea como produto de consumo cultural. Segundo Choay (2001 *apud* MOREIRA, 2004), os procedimentos de valorização do patrimônio, em termos de valor de uso, acompanharam sua apropriação econômica, valorizando simultaneamente seu valor de troca.

Exemplo relevante deste tipo de intervenção preservacionista é o caso do Pelourinho, em Salvador (Bahia), que se tornou obsoleto funcionalmente a partir da década de 1970, ao ser transformado em cenário urbano. As bases para a recuperação de seu patrimônio material já haviam sido formuladas em 1967, com a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, tendo como ênfase, por orientação da Unesco, o incentivo ao turismo cultural. Em 1985, o Pelourinho foi tombado como Patrimônio da Humanidade, assistindo, simultaneamente, um processo geral de saída da população residente e substituição da função habitacional por entretenimento, comércio

e lazer. Para Moreira (2004), esta intervenção é um típico caso de *tabula rasa* operacionalizando a preservação da forma urbana. Nas palavras da autora:

O conceito de parque temático [...] explicita o entendimento do modo pelo qual a simples preservação de formas do passado adquire uma dimensão caricatural, sendo uma experiência filtrada e pasteurizada, manipulada cenograficamente com objetivos “educativos” e comerciais. (MOREIRA, 2004, p. 61)

Para além de suas conseqüências negativas e ideologias políticas arbitrárias, deve-se reconhecer que as práticas de intervenção realizadas nas décadas de 1970-1990, permitiram a ampliação do debate sobre como e porque intervir em áreas centrais degradadas. Segundo Vargas e Castilho (2009), percebem-se a predominância de quatro discussões referentes à intervenção nos centros urbanos: o caráter ideológico na discussão sobre a privatização do espaço público; atividades de comércio e serviço como estratégia de recuperação dos centros; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico. Estes debates agiram como embriões de um novo período nos processos de intervenção, iniciado a partir da década de 1980.

A partir da década de 1980, as práticas de intervenção em áreas centrais, já com um aprofundamento teórico, modificaram-se em relação a dimensão dos projetos, o foco de intervenção, a forma de gestão e a intensa divulgação na mídia, motivadas por uma nova conjuntura. Esse novo momento, cujas práticas atuais se inserem, acompanha o terceiro período indutor de urbanização identificado por Ascher (2001), caracterizado pelo aumento de complexidade das cidades e por um quadro urbano metropolitano.

As novas referências no urbano, dentre elas o fortalecimento da concentração metropolitana; desenvolvimento da telemática e a evolução dos meios de comunicação, aliadas às técnicas mais sofisticadas de indução do consumidor denominada *city marketing*¹⁴, permitiram que o território se reforçasse como mercadoria consumível por cidadãos de alta renda, investidores e turistas, transformando o centro urbano em *locus* de consumo.

¹⁴ O *city marketing*, segundo Sanchez (2003), é o instrumento central de planejamento urbano orientado para o mercado, entendido como mecanismo institucional de promoção e venda das cidades. Segundo Ashworth e Voogd (1991 *apud* SANCHEZ, 2003), o *city marketing* é definido como a percepção das vantagens dos investimentos privados e parcerias na gestão urbana, no qual a publicidade urbana é utilizada como forma de vender a imagem da cidade para atração destes investimentos.

Segundo Vargas e Castilho (2009), o capital imobiliário e o poder público estreitaram relações nesse processo. O primeiro foi capaz de criar localizações privilegiadas e induzir demandas através da oferta e especulação imobiliária. O segundo concentrou-se na valorização positiva da imagem da cidade para a captação de investimentos externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana. Ambas as práticas se consolidaram pelas técnicas de *city marketing* e um planejamento urbano voltado para o mercado e orientado para a demanda dos consumidores, atuais e potenciais.

A união dos setores públicos e privados, principalmente empreendedores imobiliários, para reinventar o ambiente construído, permitiu que entre os anos de 1980 e 2000, a cidade passasse a ser pensada efetivamente como um empreendimento a ser gerenciado, mediante a adoção de princípios de planejamento estratégico¹⁵ e o uso eficiente do *city marketing*. A ênfase à gestão urbana, assumida como política de governo, somada ao grande projeto urbanístico como elemento catalisador de intervenções, reforça a necessidade de reflexão sobre a privatização do espaço público, os limites da parceria público-privada e as formas de controle das intervenções urbanas.

Ganhou também caráter relevante nas práticas de intervenção mais recentes, o crescimento do papel econômico do turismo, que reforçou ainda mais a reapropriação de centros com *status* de sítio histórico para fins econômicos, transformando-os em cenários. Nas novas cidades globais, como denomina Sassen (2000 *apud* MOREIRA, 2004), o papel da produção, grande responsável até então pelas transformações espaciais, se subjeta ao papel dos serviços e negócios, fortalecendo o turismo como importante fonte de renda. Para Moreira (2004), isso explica o fato de o patrimônio histórico passar a ocupar importante função econômica, como produto de consumo cultural, de onde se desdobram inúmeras questões como a criação de cenários e o entendimento do que deve ser preservado.

Essa observação revela que, neste período onde se reencontra ou se reinventa a realidade urbana – reflexão, apontada por Lefebvre (2001)-, a prática de intervenção em centros históricos, tem sido em grande parte direcionada para uma população flutuante.

¹⁵ Segundo Sanchez (1997), planejamento estratégico envolve procedimentos mediante os quais o espaço urbano é adaptado às necessidades de determinados grupos com o objetivo de criar condições favoráveis à operação eficiente de suas atividades, normalmente referentes a promoção da cidade como um bem a ser comercializado e consumido.

A valorização exacerbada da imagem e da estética faz com que predomine a idéia de preservação vinculada a uma lógica da *tabula rasa*:

[...] para preservar o que se considera patrimônio histórico, dentro do modelo econômico capitalista, muitas vezes é necessário suprimir usos e população e inserir novos usos e público economicamente mais valorizados. [...] o chamado patrimônio histórico é esvaziado de sua urbanidade e reapropriado por atividades como *shopping centers*, lojas, centros culturais, museus e habitação de melhor padrão econômico. (MOREIRA, 2004, p. 61).

Ao valorizar formas ditas históricas como cenários, o urbanismo do “espetáculo” simula a reabilitação de áreas centrais e legitima a atuação do poder público nas diversas instâncias, de modo a ofuscar conflitos sociais e desigualdades. Estas práticas nada mais são que uma das formas de materialização do fenômeno de gentrificação.

O fenômeno de gentrificação é atual e reconhecidamente um elemento que se destaca na transformação dos centros urbanos. A noção mais usual do termo compreende, ao mesmo tempo, dois processos de natureza diferente: a transformação da composição social de residentes de certas áreas centrais, por meio da substituição de camadas populares pelas camadas de maior poder aquisitivo; e por um processo de investimento, reabilitação e apropriação de um estoque de moradias e de bairros populares por estas camadas sociais. De maneira mais ampla, a gentrificação é entendida, como explicita Hamnet (1984 *apud* BIDOUC-ZACHARIASEN, 2006), como um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico e cultural.

[a gentrificação] implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos. (HAMNET, 1984 *apud* BIDOUC-ZACHARIASEN, 2006, p. 23)

Segundo Silva (2006), este fenômeno tende a ocorrer por influência de dois processos, pelo lado da demanda e pelo lado da oferta, que podem ser combinados ou não. No primeiro caso seriam as estratégias das classes médias de (re)conquista de territórios e de volta a cidade, passado o encantamento pelos conjuntos e loteamentos fechados, estimuladas pelo setor imobiliário. No segundo caso, seriam as estratégias do

poder público em acordo com o setor privado para tornar mais competitivas as novas cidades globais, atribuindo aos centros, características atrativas (de consumo ou lazer) para as classes com maior poder aquisitivo.

Na perspectiva da demanda, a partir da recuperação teórica sobre o tema de gentrificação, Bidou-Zachariassen (2006) aponta para uma outra tendência na literatura, que se dedica a explicar esse fenômeno em relação a uma estratégia de atores individuais, e não apenas sobre o peso econômico da promoção imobiliária. Essa corresponderia a uma atração por um modo de vida urbano e de consumo emergentes no novo regime de acumulação capitalista nas economias em transformação (discutido anteriormente). Smith (2006) acentua que, inicialmente, esta atração é uma anomalia local do mercado imobiliário, para posteriormente ser apropriada pelos promotores imobiliários e se desenvolver como componente residencial específico de uma reformulação econômica, social e política do espaço urbano.

Para Smith (2006), o fenômeno de gentrificação, pelo lado da oferta, se generalizou quando a “regeneração urbana” passou a representar uma estratégia central na competição entre as cidades. Ou seja, o processo que antes era resultante do comportamento de atores privados, e posteriormente da estrutura do mercado imobiliário, foi instituído como política urbana por diversas municipalidades para valorizar seus centros, tornar suas cidades mais atrativas, e favorecer sua reconversão econômica.

É principalmente ao ser transformado em estratégia de acumulação de capital para economias urbanas em competição, que Silva (2006) aponta para o risco da gentrificação dos centros urbanos nas práticas de intervenção contemporâneas. Se as diferenças entre as cidades latinoamericanas, européias, americanas, etc. são enormes, quando consideramos seus processos de formação, expansão, inserção na economia mundial ou distribuição de renda, há, contudo, semelhanças no que se refere aos processos dos centros, e principalmente aspectos comuns nas práticas e discursos (mitologias sociais) para suas transformações. (SILVA, 2006).

No Brasil, a prática de intervenção nos centros urbanos é relativamente nova se comparada a outros países. Isso é uma vantagem ao permitir a reflexão e aprendizado com as experiências anteriores. Contudo, segundo Smith (2006), as cidades brasileiras não passaram pelas fases iniciais do processo de gentrificação, sendo, estas práticas de

intervenção, inseridas diretamente na fase atual de especulação imobiliária excludente dos centros urbanos, e da difusão cultural como estratégia produtiva, ao se utilizar do patrimônio como bem de consumo cultural e de políticas urbanas que buscam instituir no centro as centralidades culturais.

Como nos períodos anteriores, a questão da preservação do patrimônio nas últimas duas décadas (1990-2010) permanece interna aos processos de transformação da cidade. A difusão cultural como estratégia produtiva, promove a discussão patrimonial em consonância com as políticas urbanas de valorização econômica dos espaços e da competitividade entre as cidades. Dentro da perspectiva de turismo e negócios, a preservação de centros históricos geralmente passa apenas pela conservação da sua imagem meramente visual, implementando usos que realimentam a lógica do sistema e o fenômeno de gentrificação, legitimados pelo *marketing* urbano.

De acordo com D’Arc (2006), os atuais promotores nacionais de programas de ‘revitalização’, expressão consagrada no Brasil para as intervenções nas áreas centrais degradadas, ainda não reconheceram o cenário desejado para os centros urbanos diante à força declarada destas grandes tendências contemporâneas. As proposições dos urbanistas responsáveis por esses programas incluem valores sociais, culturais e estéticos supostamente capazes de responder às demandas. Contudo, é clara a consciência de dispor de poucos instrumentos de regulação para serem aplicados diante das grandes forças de mercado e da concorrência internacional, que fragmentam o espaço cada vez mais rapidamente.

Antes de expor os instrumentos de regulação e refletir sobre os aspectos diretamente ligados aos programas de centros urbanos, propostos e desenvolvidos atualmente no Brasil, faz-se necessário refletir sobre a nomenclatura de projetos para intervenções urbanas, voltados para a preservação do ambiente construído. De acordo com Vasconcellos e Mello (2009), as várias nomenclaturas utilizadas para definir as práticas de intervenção implicam uma confusão de conceitos, geralmente reforçada pelo poder público, que se utiliza da legitimação de novos termos para manter o privilégio de definir quais os espaços e culturas a serem valorizados, associando o tipo de intervenção ao *marketing* político.

As variadas nomenclaturas conceituam diferentes estratégias de ação, orientadas por interesses divergentes. Embora cada país utilize os termos de maneira própria e

contextual, observam-se tentativas de universalização não apenas da nomenclatura, mas da prática que a acompanha, especialmente nas cartas patrimoniais. A Carta de Lisboa, de 1995, é uma das primeiras a direcionar a nomenclatura para os temas urbanos e não apenas para as edificações ou monumentos, mas, como as cartas que a precedem, apresenta confusões dos termos.

Esse documento define o conceito de renovação em tecidos urbanos degradados, baseado na demolição de estruturas morfológicas e tipológicas e substituindo-as por tipologias arquitetônicas contemporâneas. Essa definição se aproxima da atribuição lançada por Maricato (2001), que reconhece na renovação urbana uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas e desvalorizadas por edifícios novos e invariavelmente de estética pós-modernista.

Na renovação há uma mudança do uso do solo devido à instalação, na área central, de novos serviços, ligados aos setores dinâmicos da economia: comunicação, publicidade, gerenciamento, informática, além de serviços de luxo [...] a população moradora [como os pequenos negócios de características tradicionais] também é expulsa, especialmente pela forte valorização imobiliária que acompanha esses processos. (MARICATO, 2001, p. 125).

Curiosamente, a definição de renovação na Carta de Lisboa é incluída como uma das técnicas utilizadas para a reabilitação urbana. Esta seria uma “estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais.” (CARTA DE LISBOA, 1995). Nesta, toda intervenção deveria manter a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. Mas como manter a identidade através da substituição de tipologias? Aproximando-se da definição de reabilitação urbana, a revitalização urbana englobaria operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência, com ou sem identidade e características marcadas.

Vasconcellos e Mello (2009) pontuam que a Carta de Lisboa, ao apresentar o conceito de reabilitação como uma estratégia de gestão urbana, induz a compreensão de seu significado como sinônimo de requalificação, para em seguida aproximar esse conceito da definição de revitalização. Em todos os casos está explícita a importância de trazer novas atividades econômicas para dar vida às áreas degradadas. A principal

diferença é que no termo de reabilitação se exige a manutenção da identidade e das características (mesmo em discordância com a renovação ser descrita como uma de suas técnicas), e a revitalização admitir o mesmo procedimento em áreas sem identidade. Como apontam as autoras, em nenhum momento parece haver a preocupação de definir o significado de identidade, o que seria determinante em uma intervenção urbana.

A definição de reabilitação em Maricato (2001) parece mais promissora. Esta é então entendida como uma ação que preserva ao máximo o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, etc.) e dessa forma os usos e a população moradora. Nesta prática, tanto o patrimônio histórico, artístico e paisagístico dito de primeira grandeza, como o patrimônio comum ou “banal” é preservado, e isto representaria conservar a identidade do lugar.

No final do século XX outro termo começou a ganhar força, utilizado para descrever grandes projetos, como a reconstrução das docas de Londres: a regeneração. Este termo se aproxima principalmente da renovação, e está associado ao novo modelo econômico, pautado na privatização de áreas públicas e de gestão urbana por meio de parcerias, nas quais o capital privado prevalece. Mais uma vez está implícita a intenção de recuperação econômica. (VASCONCELLOS; MELLO, 2009).

Este prefixo RE, empregado em todas as definições, representa referências explícitas às preexistências, que na própria terminologia aponta para “voltar a” refazer uma relação temporal. Vasconcellos e Mello (2009) apontam para os riscos da utilização desta terminologia como estratégia que considera a inclusão do tempo na análise do espaço, sem, contudo, precisar uma definição, abrindo caminho para o modismo oportunista e sua adoção como elemento promocional de *marketing* urbano.

A utilização destes termos segue por meio de inúmeras injunções políticas e econômicas, as quais esbarram com questões de propriedade privada e do capital, e que, portanto, a nomenclatura acaba se tornando discurso fácil de que um projeto, por si só, poderá garantir uma “volta” ou “nova” vida para uma determinada área.

Contudo, algumas mudanças percebidas no uso dessa nomenclatura, assim como nas práticas de intervenção contemporâneas, que apontam para um processo de gestão integrado do espaço urbano, parecem traçar possibilidades mais promissoras para os centros urbanos degradados. Neste aspecto pode-se destacar o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, criado em 2003, coordenado pelo Ministério

das Cidades, através da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, ainda que este aconteça mais no discurso que na prática.

Parte integrante de uma nova política urbana que se tenta estabelecer no Brasil, o programa tem como suporte a utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade e a articulação entre os mais diversos agentes públicos e privados. Seu objetivo principal é reverter o processo de esvaziamento e degradação das áreas centrais brasileiras através da recuperação do estoque imobiliário subutilizado, promovendo a inclusão de todos os grupos sociais, inclusive o grupo de zero a três salários mínimos. Ao aproveitar imóveis urbanos ociosos nas áreas centrais, especialmente direcionados para a moradia, busca-se construir formas para reverter o modelo de urbanização baseado na contínua expansão das fronteiras das cidades, além do estímulo à diversidade funcional na recuperação de atividades econômicas, complementaridade de funções e da preservação do patrimônio cultural e ambiental. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

No encarte de apresentação do programa elaborado pelo Ministério das Cidades, o termo reabilitação é apresentado como processo de recuperação e adaptação de áreas urbanas consolidadas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, para reintegrá-las à dinâmica urbana, criando condições e instrumentos necessários para conter os processos de esvaziamento de funções e atividades.

Se, contudo, o programa foi estabelecido em 2003 como uma forma de crítica à prática de expansão urbana baseada na construção nova como provisão habitacional em detrimento da recuperação do estoque construído, a contradição da política nacional se transparece com a instituição do programa Minha Casa, Minha Vida, em 2007, também pelo Ministério das Cidades e Governo Federal.

A principal contradição, além dos princípios ideológicos e interesses político-econômicos envolvidos, é que no encarte do programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, se afirma que existem 4.580.147¹⁶ de domicílios vagos em áreas urbanas, enquanto a meta do programa Minha Casa, Minha Vida, é proporcionar a construção de 1.000.000 de moradias para famílias com renda mensal até dez salários mínimos. Pelos números, é possível concluir que as novas habitações propostas pelo segundo programa, com investimento federal de R\$ 34 bilhões, atingem apenas um quinto do estoque imobiliário subutilizado no país, a maioria situada em áreas

¹⁶ Dados do Censo IBGE de 2000, utilizado no encarte do Ministério das Cidades.

consolidadas e centrais. É preciso destacar, que grande parte das edificações que atendem as camadas populares está distante dos centros urbanos, e promovem o adensamento populacional de baixa renda em áreas não servidas de infra-estrutura e distantes dos locais de trabalho, em novas frentes de expansão imobiliária.

Ao ser legitimado por “concretizar” a ideologia da casa própria, o poder público promove mais uma vez uma forma de crescimento urbano que se caracteriza pela separação das diferentes classes sociais na cidade e pela má utilização dos espaços e recursos públicos. Esse quadro é apenas um reflexo da política urbana brasileira, em que se dá “um passo à frente e dois atrás”. Esta atuação contraditória reforça a necessidade de discussões mais profundas sobre a temática urbana, a questão da propriedade privada e da habitação no Brasil, assim como a politização da população frente a negligência quanto à utilização socialmente justa do território, e a continuidade de uma política nacional urbana em prol do capital imobiliário.

A perpetuação de programas como o ‘Minha Casa, Minha Vida’, tendem a retardar a discussão acerca da reabilitação urbana em áreas centrais, e afastar possibilidades efetivas de atuação democrática nos centros urbanos.

4.2 ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NAS ÁREAS URBANAS CENTRAIS

Considerando a reabilitação da área central de Curitiba através do Setor Histórico como tema deste estudo, reforça-se uma tomada de decisão política que implica em estratégias determinadas. Para tanto, se faz necessário refletir sobre as estratégias, os instrumentos e os programas possíveis de serem propostos no Brasil, que podem permitir a prática de intervenções de maneira mais democrática.

Para refletir sobre as estratégias é necessário retomar a discussão sobre a centralidade. Como expõem Portas (2001), a centralidade da cidade fragmentada de hoje ainda precisa de centros, mesmo que estes não pareçam com os de antes. O que distingue o centro principal dos novos centros periféricos é justamente a coesão de usos dominantes e as formas materiais que expressam a singularidade ou a diferença do resto, as suas qualidades estéticas, ou seja, o seu valor de uso.

É necessário reconhecer, ao pensar nas possibilidades de atuação nas áreas centrais tradicionais, que estas deixaram de ser únicas, ainda que hegemônicas, para

serem cada vez mais complementares de outras áreas centrais na configuração contemporânea das cidades, que atinge escala metropolitana. Na realidade, são também as exigências de preservação do centro e muitas práticas de intervenção nesta área, que fomentam o surgimento de outros centros, e por isso deve-se ter cautela ao lidar com a restituição de centralidade.

A reflexão de Portas (2001), neste aspecto, é de grande interesse, pois o autor, ao remeter à necessidade de imagens e símbolos para a identidade coletiva, aponta que as questões atuais, neste contexto de múltiplas centralidades, não são mais as do centro principal, mas sim as de legibilidade. Neste aspecto, o centro principal possui maior legibilidade que os outros, mas legibilidade enquanto rede de centralidades, e ao que esta imagem representa para a coletividade, inclusive no nível simbólico da expressão arquitetônica (o caso do patrimônio cultural edificado).

Estas questões de legibilidade devem ser tratadas com maior atenção, reconhecendo que o centro principal atualmente é um sitio especial de trabalho e não-trabalho, de consumo e de não-consumo, de encontro e de não-encontro, de anonimato, e também de transgressão. (PORTAS, 2001). Este reconhecimento permite afirmar que a restituição de centralidade em centros tradicionais (ou históricos) não é apenas problema dos arquitetos, mas da coletividade, e, portanto, a intervenção nesta área deveria ser pensada por todos os agentes que produzem e transformam este espaço.

A partir dessa compreensão, a prioridade da estratégia de intervenção deveria ser definida por um diagnóstico tão participado quanto exija a formação de consensos entre os agentes individuais, públicos e privados, aproximando-se da gestão participativa e democrática do espaço urbano. Neste aspecto, cabe a constatação, de que na falta de um programa político para o desenvolvimento urbano, qualquer intervenção estaria condenada ao fracasso em relação aos seus objetivos iniciais. (PORTAS, 2001; MARICATO, 2001).

Villaça (1995) reforça que qualquer plano, inclusive os planos de intervenção urbana, só pode ser conseqüente se for um instrumento político, e jamais um instrumento puramente técnico. Num país como o Brasil, pouco experiente em democracia e em planejamento democrático costuma-se ignorar que o espaço urbano é fonte de inúmeros conflitos, de difícil solução. Os planos e a técnica nada valem, se não forem expostos estes conflitos de interesse nos quais estão envolvidos e ofereçam

oportunidades para o confronto transparente entre os agentes sociais. (VILLAÇA, 1995).

Cabe destacar, que num contexto de economias urbanas em competição, onde o *city marketing* é utilizado como instrumento fundamental para aumentar a capacidade de atração da cidade, sob influência do planejamento estratégico, os centros urbanos em processo de abandono, especialmente os considerados históricos, são estigmatizados como áreas degradadas, especialmente pela mídia. Ao serem estigmatizados, são convenientemente interpretadas como áreas possíveis da atuação do setor privado que, contando com a intervenção estatal, dependente das exigências dos agentes privados, permite que os interesses de mercado se sobreponham ao processo de planejamento. (SANCHEZ, 1999; MOREIRA, 2008).

Por outro lado, se regulado pelo setor público, o setor privado possibilita a multiplicidade e diversidade desejável para o centro urbano, já que a cidade é onde o público e o privado se mesclam. Para Solà-Morales (2001), é da contínua e complementar relação entre o público e privado que surge o coletivo. A sociabilidade contemporânea é também definida por estas formas de convivência, onde o espaço privado define a qualidade do espaço público, e neste ponto de contato a cidade é produzida. Para o autor, o esforço das cidades não deveria se concentrar em ter muito o público, mas de coletivizar o privado, de que o privado seja cada vez mais público.

O conceito de ‘público’ e ‘privado’ não deve ser encarado como de oposições extremas, de ‘coletivo’ e ‘individual’. Compreender o espaço desta maneira é um dos sintomas da desintegração das relações humanas básicas: a polarização entre a individualidade exagerada de um lado, e a coletividade exagerada do outro. Segundo Hertzberger (1999), não existe uma única relação humana que interesse aos arquitetos que se concentre exclusivamente em um indivíduo ou em um grupo. É uma questão de inter-relação e compromisso mútuo, “é uma questão de coletividade e indivíduo, um em face do outro”. (HETZBERGER, 1999)

Estes conceitos são relativos, e podem ser compreendidos como uma série de qualidades espaciais, mesmo que diferindo gradualmente, e se referem ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e o espaço público. Assim, as ações sobre os centros devem ser pensadas com base em programas híbridos, para serem mais efetivos.

Outro argumento em relação à coletividade de Solà-Morales (2001) é de extrema relevância para a reflexão sobre as possibilidades de atuação nos centros. Utilizando de referências da área da biologia e da física, o autor discorre sobre a entropia¹⁷ da cidade, e como consequência desta visão chega ao conceito de “profusão do pequeno como lei do progresso das coletividades”. Através deste conceito, o autor justifica que num sistema, a multiplicação de partes pequenas permite o aumento da diversidade, ou seja, ações no centro urbano não precisam de grandiosidade para ser efetivas, pois muitas vezes intervenções mínimas, sejam materiais, sociais, culturais ou econômicas, por sua estratégia se convertem em reflexões de grande escala.

Destas reflexões outras conclusões sobre estratégias para a reabilitação de centros urbanos são possíveis: (i) as ações nos centros urbanos devem considerar as demais lógicas que interferem na produção da cidade, no seu desenvolvimento e funcionamento, vistos como um sistema aberto e contínuo de transformação; (ii) numa perspectiva integrada da ação de preservação urbana, as estratégias devem buscar estabelecer pontos de interseção e procedimentos convergentes entre os modelos de preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano, articulando linhas de atuação; (iii) na interação físico-territorial das áreas de intervenção e o resto da cidade, deve-se reconhecer as suas especificidades no contexto urbano, evitando o tratamento homogêneo para áreas urbanas que são diversas e com valores agregados dispares; (iv) as especificidades da área de intervenção, especialmente suas referências culturais locais, devem ser consideradas determinantes nesta atuação. (BRITO, 2002).

Das estratégias de intervenção percebem-se alguns aspectos ligados diretamente aos programas implementados em áreas centrais, dentre eles a diversidade social, a política habitacional, o processo de gestão, possibilidades de financiamentos e a questão do patrimônio.

A diversidade social se relaciona ao objetivo de que o centro urbano não deve permanecer como território exclusivo de qualquer estrato social específico, seja como símbolo, moradia ou lugar de consumo. Como exposto anteriormente, a sensação de que

¹⁷ Solà-Morales (2001) utiliza dos conceitos da termodinâmica para refletir sobre os centros urbanos. O autor discorre sobre as trocas de energia entre sistemas abertos e fechados, e sua conclusão é que um centro com um perímetro muito definido pode apresentar o comportamento de um sistema fechado, ou seja, é regido pela lei sucessiva do aumento de entropia, onde a troca de energia produz um aumento de desordem. O aumento de contato com o exterior, no caso dos centros com os outros espaços da cidade, é que permite a um sistema aberto a continua exportação de entropia e, portanto, manter sua própria vida. (SOLÀ-MORALES, 2001).

o centro pertence a todos, reflete a necessidade de consenso constante entre forças e interesses dos diversos agentes sociais, assim como a exposição transparente da realidade dos conflitos da qual o território é objeto.

Esta diversidade é também garantida por uma política habitacional, entendida como financiamento à demanda ou à oferta, apoiada em instrumentos de gestão. Como explicita o encarte do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, a promoção do uso residencial das áreas centrais possibilita, sobretudo, que estas tenham uso 24 horas; reflexão bastante explorada por Jacobs (2000) sobre as condições para a diversidade urbana e sensação de segurança. É comum existirem centros urbanos que se tornam vazios durante o período noturno e nos finais de semana, pois o uso quase que exclusivo para atividades comerciais e de serviços faz com que essas áreas sejam usadas apenas no horário comercial.

Como espaço subutilizado nos outros períodos, gera-se a idéia de que o centro é um lugar vazio e desta forma possibilita a instalação de grupos marginalizados, que não encontram a resistência pela reduzida circulação noturna. Como processo de produção do espaço, concomitantemente a esta ocupação, gera-se a sensação de insegurança e medo, pela falta dos 'olhos da rua', que reduz ainda mais a circulação nos horários não comerciais. (JACOBS, 2000).

Através da recuperação do estoque imobiliário subutilizado promove-se o uso e a ocupação democrática e sustentável dos centros urbanos, propiciando o acesso à habitação com a permanência e a atração de população de diversos estratos sociais, principalmente as de baixa renda. Segundo Maricato (2001), as experiências realizadas nos últimos anos provam, que são os programas habitacionais que efetivam a reabilitação de áreas centrais, pois "permitem deslanchar uma reação em cadeia que incorpora financiamento e mercado". A eficiência destes programas possibilita também conter o fluxo de expansão urbana periférica em novas frentes imobiliárias, assim como os assentamentos irregulares, ao incluir a oferta de habitação social.

Contudo, programas de habitação, geralmente com recursos públicos, geram a valorização imobiliária da área reabilitada, e com isso a sobreposição dos interesses de promotores imobiliários, expulsando geralmente as camadas sociais de menor renda. Para se evitar o processo de gentrificação dos centros urbanos através dos programas de

habitação, deve-se estabelecer a gestão participativa destes, assim como financiamentos específicos e instrumentos de controle do mercado imobiliário.

Tem-se como exemplo a política habitacional da França que, mesmo com as críticas feitas por parte da sociedade em relação ao montante de subsídio aplicado, possibilita linhas de financiamento exclusivas ao imóvel alugado, combinadas à legislação imobiliária, e aos planos de gestão exclusivos para este fim. (MARICATO, 2001). Antes de tudo, o programa de locação social permite a discussão sobre a propriedade privada e questiona a ideologia da casa própria, além de uma ocupação dinâmica das áreas centrais.

Uma outra questão envolve a disponibilidade de recursos públicos para as reabilitações urbanas. No Brasil, em geral, os municípios possuem poucos recursos próprios e tendem a buscar recursos externos. Segundo Silva (2006), além do endividamento, o risco dos financiamentos internacionais é a influência que podem exercer sobre as agendas de reabilitação, cujo principal critério de êxito é a valorização imobiliária. Destaca-se, portanto, que os financiamentos e recursos de programas de habitação e reabilitação urbana devem partir principalmente de investimentos locais e nacionais, e nos casos de parcerias público-privadas, as condições devem ser coordenadas pelo poder público em prol dos interesses coletivos.

Sem aprofundar os detalhes do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais do Ministério das Cidades, em termos de recurso ele se propõe a apoiar, através do Orçamento Geral da União (OGU), a elaboração dos planos de reabilitação, o conjunto de ações, estratégias e projetos locais de intervenção integrada, e junto com linhas de financiamento, a produção habitacional através da reforma de imóveis subutilizados. Outras fontes de investimentos financeiros, citados pelo programa, são os empréstimos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), do Prodetur (Ministério do Turismo) e do Monumenta (Ministério da Cultura), recursos onerosos e não onerosos do Ministério dos Transportes, do Ministério da Cultura (IPHAN) e financiamentos da Caixa Econômica Federal. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

Há no Brasil, sobretudo, uma necessidade de politização das intervenções em áreas centrais. As dificuldades de desenvolvimento de uma política urbana, que estabeleça como premissa básica a utilização socialmente justa do território, são inúmeras, especialmente considerando o quadro urbano brasileiro, que materializa no

território: a baixa qualidade de vida urbana, a ineficiência de serviços urbanos, a utilização inadequada de mecanismos e instrumentos de gestão, a desarticulação de políticas urbanas, a descaracterização do patrimônio edificado e urbanístico, etc.

Um avanço jurídico e social no país, especialmente no que concerne ao direito à propriedade privada, foi o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que, ao regularizar diretrizes de política urbana, estabeleceu normas de ordem pública e interesse social, que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo.

Na legislação brasileira, segundo Mota e Torres (2009), a propriedade contemporânea é propriedade segundo uso e não segundo a substância do bem (valor de troca). Esta é legítima se estiver em conformidade com os limites impostos pelo bem comum, sendo qualidade intrínseca da propriedade a sua função social. Portanto, o direito de propriedade não pode mais ser compreendido como direito subjetivo (poder do indivíduo que expressa e realiza sua liberdade na posse), apenas se justificando se a esta é dado um uso social. “O cumprimento da função social da propriedade, deste modo, consubstancia um requisito preliminar, uma causa [valor de uso] para o deferimento da proteção jurídica. Sem causa, inexistente garantia constitucional à propriedade”. (MOTA; TORRES, 2009).

O próprio Código Civil de 2002, no art. 1.276, inciso 2º, estabelece que o proprietário não tem o direito de não usar o bem. O imóvel abandonado, como é o caso de grande parcela do estoque imobiliário nas áreas centrais, poderá ser arrecadado, como bem vago, e após três anos, passar à propriedade do Município ou à do Distrito Federal. (MOTA; TORRES, 2009).

A função social da propriedade já estava prevista na Constituição Federal de 1988, nos arts. 5º, XXIII, 170, III e 182, devendo ser considerada, sobretudo como princípio constitucional, e não apenas como diretriz de planejamento urbano. Seu conteúdo é dado pelo Estatuto da Cidade, que estabelece os instrumentos para sua efetivação, e é complementado pelo Plano Diretor de cada município, com a aplicação dos instrumentos urbanísticos, tributários e de gestão democrática. (MACIEL, 2009). É preciso destacar que as áreas urbanas centrais reúnem os elementos mais favoráveis para a implementação dos princípios e de instrumentos urbanísticos que possibilitam a efetivação dos programas de reabilitação urbana segundo os princípios contidos no Estatuto da Cidade, detalhados na tabela a seguir. (QUADRO 01).

QUADRO 01- Instrumentos urbanísticos do estatuto da cidade

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
(i) Zonas Especiais de Interesse Social	Áreas da cidade destinados à produção de habitações de interesse social
(ii) A Concessão de Direito Real de Uso	O direito real resolúvel, pelo qual se transfere o domínio útil de um imóvel, aplicável a terrenos públicos ou particulares, de caráter gratuito ou oneroso, para fins de urbanização ou outra utilização de interesse social
(iii) Usucapião Especial de Imóvel Urbano	Utilizado para regularização fundiária de áreas privadas
(iv) Direito de superfície	Através deste instrumento o proprietário de imóvel urbano poderá conceder a outro o direito de fazer e manter construção em propriedade alheia
(v) Direito de Preempção	Constitui o instituto jurídico que visa conferir em determinadas situações o direito de preferência para o poder público municipal adquirir um imóvel que esteja sendo alienado pelo seu proprietário
(vi) Transferência do Direito de Construir	Possibilidade de um proprietário exercer um direito de construir que não pode ser exercido em determinado local em função de uma necessidade social ou ambiental, em outro local da cidade. Este direito é concedido quando o imóvel for necessário para a preservação histórica, ambiental, social, paisagística ou cultural, entre outros
(vii) Operações Urbanas Consorciadas	Caracteriza a parceria público-privada para a implementação de um conjunto integrado de intervenções e medidas, a ser coordenado pelo poder público
(viii) Consórcio imobiliário	Instrumento de cooperação entre iniciativa pública e privada para realizar urbanização em áreas que tenham carência de infra-estrutura e serviços e contenham imóveis urbanos subutilizados ou não utilizados
(ix) Parcelamento e Edificações Compulsórias e Imposto Progressivo no Tempo	Instrumentos urbanísticos a serem utilizados como forma de induzir os proprietários de imóveis urbanos vazios ou subutilizados a utilizar esses imóveis segundo sua função social
(x) Estudo de Impacto de Vizinhança	Instrumento de mediação entre os interesses privados dos empreendedores e os moradores e usuários do local, democratizando a tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos urbanos, dando voz à população diretamente afetada pelos impactos desses empreendimentos

FONTE: ESTATUTO DA CIDADE (2001). Trabalho da autora

Infelizmente, os obstáculos encontrados na gestão da política urbana, geralmente movida por interesses individuais, partidários e de mercado, dificultam a efetivação da função social da propriedade e da cidade, permanecendo muitas vezes como carta de intenções. Todavia, isso não significa que estes princípios não devam ser perseguidos por todos os agentes envolvidos nos programas de intervenção em centros urbanos, especialmente pela sociedade civil organizada, no seu papel de agentes de mobilização, e pelo Estado no seu papel de regulador dos interesses individuais com vistas ao coletivo.

5 ANÁLISE DE CORRELATOS: INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS CENTRAIS CARACTERIZADAS PELA PRESENÇA DE PATRIMÔNIO CULTURAL RELEVANTE

No presente capítulos serão analisados três projetos/programas, escolhidos em função da temática do presente estudo: a reabilitação de áreas urbanas centrais caracterizadas pela presença de patrimônio cultural relevante. Os correlatos localizam-se em grandes centros urbanos, sendo dois brasileiros, Porto Alegre e Belo Horizonte e um internacional, Nápoles, Itália. Cada intervenção possui características específicas em relação ao tratamento do patrimônio cultural edificado, o que permite uma análise comparativa, de maneira a fornecer subsídios para elaboração de diretrizes para a reabilitação do Setor Histórico de Curitiba.

5.1 PROJETO VIVA O CENTRO – PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL

O Projeto Viva o Centro, do município de Porto Alegre, é um programa instituído pela Prefeitura Municipal há aproximadamente 30 anos. Incluído numa visão sistêmica de governo, este projeto possui a especificidade de se propor a ser contínuo, com um acompanhamento periódico e a análise crítica do andamento dos diversos projetos que o integram. Seu principal objetivo é coordenar as diversas ações realizadas no Centro Histórico de Porto Alegre, através do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central, articulando os organismos da administração pública com os setores da iniciativa privada, associações civis e população local.

5.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Porto Alegre, dentre as capitais brasileiras, pode ser considerada de urbanização tardia, sendo elevada à categoria de cidade em 1822. Apenas na segunda metade do século XIX, com a confluência da riqueza do interior do Estado, de origem pecuarista, e a incipiente industrialização, assume seu papel de centro comercial, administrativo e militar, principalmente graças ao escoamento, através do porto, da produção das colônias de imigração alemã e italiana.

O crescimento da cidade, a partir de 1850, foi marcado pela construção do edifício da alfândega e da Praça da Alfândega, edifício dos correios, do mercado público e do paço municipal, assim como a Praça do Comércio. Na porção mais alta da região central, os edifícios emblemáticos das funções de governo, legislativas e eclesiásticas se distribuíram no entorno da Praça da Matriz, configurando um eixo transversal à linha d'água, que compreende a Rua Borges de Medeiros desde a praça até o Pórtico do Cais Mauá (porto). Na porção mais baixa, a principal via é a Rua da Praia, paralela à orla, cujo perfil inicial foi marcado pela Igreja Nossa Senhora das Dores e no outro extremo pela Santa Casa de Misericórdia, constituindo o principal eixo longitudinal da cidade, e ao longo do qual se estabeleceu, no final da década de 1920, a usina de energia elétrica do Gasômetro, centro cultural, e uma das referências da cidade. (BICCA, 2009).

A área central de Porto Alegre, notadamente marcada pela concentração de monumentos e contendo um número significativo de imóveis privados de valor cultural, no que tange à área delimitada como Centro Histórico, concentra diversas funções, entre elas o uso habitacional, não ocorrendo de maneira relevante o processo de esvaziamento que caracteriza a maioria das cidades brasileiras. Desde as últimas décadas do século XX, identifica-se a perda de dinamismo e desvalorização econômica e simbólica da região, assim como um lento processo de degradação dos espaços públicos, crescendo significativamente as iniciativas em favor da preservação do bairro. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008; BICCA, 2009).

Em 1995, na atualização do Plano Diretor¹⁸, a área central não foi objeto de proposta, pois não se enquadrava nas características gerais definidas pelo plano devido a sua complexidade e peculiaridade. Posteriormente, em 1999, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental aprovado, a área foi destinada para revitalização e objeto de estudo específico no macrozoneamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2010). Contudo, o plano de diretrizes para a área começou a ser elaborado apenas em 2006, possibilitado pelo fortalecimento do Projeto Viva o Centro, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento Municipal.

¹⁸ Datam de 1914 as propostas de medidas reguladoras para o crescimento da cidade de Porto Alegre, mas o Plano Diretor é de 1959, tendo recebido sucessivas atualizações. (BICCA, 2009).

Pode-se dizer que o fortalecimento do Projeto Viva o Centro foi resultado de várias iniciativas da administração municipal, que levaram a área central a ser assumida como receptáculo do principal conjunto histórico da cidade. Segundo Bicca (2009), com o objetivo de revalorizar o Centro, a reunião das entidades relacionadas à área, em vários foros para discutir seus problemas e propor um conjunto articulado de iniciativas, definiu que cabe à municipalidade uma ação conjunta, coordenada e diferenciada em relação ao patrimônio edificado da cidade.

A especificidade do Viva o Centro é que ele se propõem a ser um projeto contínuo e construído por todos os agentes da sociedade, aplicando a noção de centro urbano como articulador da cidade, por meio de sua função e significado. Até recentemente, o programa atuava com diversas ações pontuais na área central, sendo reformulado na primeira gestão de José Fogaça (2004-2008), incluindo-o numa visão sistêmica de governo. (BRESSIANI, 2010).

O modelo de gestão municipal adota o conceito de Governança Solidária Local¹⁹, instituindo instrumentos de participação popular. Com o estabelecimento de objetivos estratégicos de governo, construído em interface com a sociedade através de redes sociais de participação política, foram estabelecidos 12 programas de governo (PPA)²⁰, compostos por ações integradas e convergentes, mas respeitando a especificidade de cada um. Desta forma, o Viva o Centro passou a ser um projeto do

¹⁹ Segundo Busatto (2005) governança não é o governo, mas um “conceito que reconhece que o poder existe dentro e fora da autoridade formal e das instituições do governo. Em muitas formulações, a Governança inclui o governo, o setor privado e a sociedade civil. A Governança enfatiza o processo e reconhece que as decisões são adotadas com base em relações complexas entre muitos atores com diferentes prioridades”. Em Porto Alegre, o significativo estoque de capital social acumulado, somado a um período de desbloqueamento das relações políticas e sociais (através de quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores_PT, de 1989 a 2004), possibilitaram um entendimento específico de Governança, denominada Solidária Local e que é a base da atual Administração Municipal. A Governança Solidária Local é uma rede intersetorial e multidisciplinar que se organiza territorialmente para promover espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local, com o objetivo de estimular parcerias baseadas nos princípios da participação, autonomia, transversalidade e na co-responsabilidade em favor da inclusão social. O programa visa desenvolver um sistema de governança por meio da articulação de redes sociais de participação política democrática, inicialmente em 17 regiões do município e, em seguida, nos seus bairros e vilas, através dos conselhos de vizinhança. (BUSATTO, 2005; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2010).

²⁰ Os programas são expressos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, e buscar se adequar às especificidades locais, planejados para exigir obrigatoriamente contrapartidas de seus participantes (público-alvo ou beneficiários) e flexíveis de permitir monitoramento e avaliação constantes como mecanismos ou procedimentos previstos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2010).

Programa Cidade Integrada que, objetivando a valorização do Centro Histórico, supôs a necessidade de articular suas ações por meio de um plano estratégico específico para a área, já identificada no macrozoneamento, em consonância com o Plano Diretor. (FIGURA 04).

5.1.2 PLANO ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE PORTO ALEGRE E AÇÕES INTEGRADAS

Em parceria com o Ministério das Cidades, aportando recursos do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, em 2006 iniciou-se a execução do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre, aprovado no final de 2009, que constitui a base conceitual de atuação do Projeto Viva o Centro atualmente. O plano, instrumento operativo e político, possibilitou melhor articulação das iniciativas em estudo e das já em desenvolvimento, determinando objetivos estratégicos e diretrizes gerais na implementação das ações e projetos. (VIVA O CENTRO, 2010).

A metodologia de trabalho para sua execução contemplou encontros e oficinas com a sociedade, possibilitando a construção conjunta de soluções e a potencialização de oportunidades para a área central de Porto Alegre. Segundo Bressiani (2010) o convite para a participação foi ampliado para as diversas esferas e setores sociais da cidade, mas contou com a presença apenas dos envolvidos diretamente com o Centro (moradores, entidades não governamentais, sindicatos, etc.).

Compreendido contextualmente, a área de atuação do plano estratégico é delimitada por dois perímetros, um operacional e um de investigação. O perímetro operacional é o Bairro Centro Histórico, com 228 hectares e 36.862 habitantes (FIGURA 03). O perímetro de investigação é composto por áreas contíguas, com funções relacionadas ao Centro Histórico, que caracterizam uma interface já identificada pela população como pertencente à área central e que influenciam diretamente nas relações que ali se estabelecem: o Cais Mauá, o Centro Administrativo, a Usina do Gasômetro, o Setor 05 da Orla do Lago Guaíba, o Parque da Harmonia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2010).



FIGURA 03 – Centro histórico de Porto Alegre e lago Guaíba

FONTE: BICCA (2009). Trabalho pela autora

O diagnóstico participativo da área de intervenção e a definição da visão estratégica guia, determinaram no plano três direções principais: (i) a promoção da imagem, com o objetivo de reverter a leitura negativa que é atribuída ao Centro Histórico, devido à degradação do ambiente urbano, à falta de segurança e à marginalização social; (ii) a qualificação do espaço urbano, por meio da recuperação e proteção do patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico; e (iii) o fortalecimento da dinâmica funcional, objetivando revitalizar as atividades econômicas, turísticas, culturais e residenciais, e fortalecer o Centro Histórico como o bairro da diversidade econômica e social.

A partir delas definiram-se os objetivos estratégicos e as linhas de atuação do plano conceitual em quatro frentes específicas (FIGURA 04), que orientam a seleção das ações e os projetos de intervenção no Centro Histórico (QUADRO 02). A primeira determina o desenvolvimento de características das chamadas “zonas de uso”, a partir da identificação de uma área de uso regional, caracterizada pela concentração dos principais equipamentos institucionais e culturais da cidade, e uma área de uso local. A segunda linha é um desdobramento da primeira, com enfoque mais específico, onde se identificam as “zonas de uso” por predominância de atividades e vocações preferenciais,

objetivando potencializar e fortalecer a identidade de cada uma delas. O instrumento urbanístico utilizado para a concretização destas linhas foi o zoneamento de uso e ocupação do solo.

A terceira linha de atuação identifica os espaços orientadores no tecido urbano destacados por seus valores paisagísticos e simbólicos, buscando a concretização de um sistema de espaços abertos e a potencialização dos deslocamentos entre as zonas de atividades.

A quarta linha se define pela integração do tecido urbano do centro histórico com as áreas adjacentes, por meio de conexões qualificadas que possibilitem a integração e o deslocamento de veículos e pedestres, acentuando a acessibilidade e a atração do centro. O principal instrumento nestas duas últimas linhas de atuação é o Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Centro, além de ações de qualificação e melhorias urbanas (iluminação, reurbanização de praças, revitalização asfáltica, etc.).



FIGURA 04 – Fluxograma de programas da prefeitura de Porto Alegre

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2010); VIVA O CENTRO (2010). Trabalho pela autora

QUADRO 02 – Projetos articulados pelo ‘viva o centro’

AÇÕES/ PROJETOS	PROPOSTAS	PARCERIAS
Centro Popular de Compras	Construção do camelódromo para 800 comerciantes na Praça Ruy Barbosa como solução para o comércio informal, anteriormente instalado nas vias públicas da área central.	Investimento privado oriundo de concessão de uso do espaço público por tempo determinado
Restauração da Fonte Talavera	Restauração da Fonte Talavera em frente ao Paço Municipal de Porto Alegre. Encontra-se gradeada agredindo a percepção do espaço.	Fundo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Funphac) com apoio do governo espanhol
Mercado Público	Recuperação física da edificação: pintura; estrutura metálica; gradis e cobertura; mobiliário.	PMPA e FUNMERCADO
Restauração de Imóveis Públicos	MARGS; Memorial do Rio Grande do Sul; Palácio Piratini; Pórtico do Cais; Biblioteca Pública Estadual; Pinacoteca Ruben Berta; Praça da Alfândega, Avenida Sepúlveda; Rua General Câmara e Largo dos Medeiros	PROGRAMA MONUMENTA (Programa do Ministério da Cultura com recursos do Orçamento da União e financiamento do BID, com a cooperação da Unesco e da Caixa Federal e contrapartidas do município e dos proprietários privados
Restauração de Imóveis Privados	Catedral da Santíssima Trindade; Clube do Comércio; Hotel Praça da Matriz; Prédio na Avenida Borges de Medeiros, 464; Prédio na Rua Duque de Caxias, 1350; Prédio na Rua General Auto, 123; Prédio na Rua João Manoel, 440; Prédio na Rua Riachuelo, 838; Prédio na Rua Riachuelo, 933; Residência na Rua Demétrio Ribeiro, 535; Residência na Rua Cel. Fernando Machado, 506; Sobrados Rua dos Andradas, 673/677/679/683	PROGRAMA MONUMENTA (Programa do Ministério da Cultura com recursos do Orçamento da União e financiamento do BID, com a cooperação da Unesco e da Caixa Federal e contrapartidas do município e dos proprietários privados
Caminho dos Antiquários	Valorização da região caracterizada pela concentração de lojas de antiguidades através de ações de qualificação e melhorias urbanas e implantação de um projeto de divulgação e animação da área.	Prefeitura Municipal e comunidade local
Escadaria 24 de Maio	Reurbanização da escadaria, através de obras de pavimentação, rede de recolhimento pluvial, iluminação, paisagismo, o que estimulou iniciativas de recuperação e melhoria das edificações do entorno.	Executada com recursos do Orçamento Participativo, atendendo solicitação da comunidade local
Praça General Osorio	Revitalização da praça para resgatar a importância histórica e social do espaço. Criação de espaços de lazer abertos a comunidade.	Secretarias da PMPA e comunidade local
Praça Conde de Porto Alegre	Revitalização da Praça Conde de Porto Alegre.	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Conselho do Patrimônio Histórico Cultural e Aracruz S.A
Praça Revolução Farroupilha	Reurbanização da praça através da transferência dos terminais de ônibus localizados no local, modernização da estação de metro, prolongamento da Av. Borges de Medeiros, nova pavimentação, iluminação e tratamento paisagístico.	PMPA, TRENSURB e empresa Cia Zaffari
Revitalização do Largo Edgar Koetz	Cercamento da área do largo para evitar depredação e ocupação da área, assim como retirada dos moradores de rua. A ação desqualifica o espaço urbano, ao contrário do que se propõe, e exclui a população pobre sem inclusão social.	A ação resultou do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental, firmado entre Smam e oito empresas de mídia externa
Viva o Centro a Pé	Caminhadas promovidas por professores universitários e estudiosos que narram a história de edificações e espaços públicos da cidade.	Professores e estudantes
Convênio UFRGS	Estabelece uma aproximação institucional que permite o aproveitamento da capacidade intelectual da universidade em favor de desenvolvimento de projetos para a área central. Durante um semestre todas as disciplinas do curso de Arquitetura trabalham com temas na área.	PMPA, Domus Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da UFRGS
Iluminação Rua dos Andradas (Rua da Praia)	Substituição da iluminação pública do calçadão, na busca de eficiência energética e economia de consumo, assim como melhor a qualidade da iluminação.	Programa Cidade Integrada, na ação Conservação da Rede de Iluminação Pública
Revitalização Asfáltica	Obras de recuperação do pavimento asfáltico em 25 vias da área central, com execução de novo pavimento e renovação da sinalização.	Programa Cidade Integrada, na ação Conservação de Vias Urbanas
Plano de Circulação	Intervenções que visam melhorar as condições de tráfego, fluidez e acessibilidade local, priorizando a segurança do pedestre, também em relação ao processo de desertificação noturna.	EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação)
Renovação Linhas Circulares	Renovação das frotas de ônibus, com design e conforto para as linhas circulares que atendem especificamente o Centro.	Companhia Carris Porto-alegrense
Bonde Histórico	Reativação do antigo trajeto do bonde elétrico com o resgate da memória do transporte público da cidade. Um "museu" vivo percorrendo o "corredor cultural" da cidade projeto também em desenvolvimento.	TRENSURB, Ministério das Cidades, diversas instituições públicas e privadas
Corredor Cultural	Melhorias no setor entre Usina do Gasômetro e Mercado Público; alta concentração de Equipamentos culturais; Projeto de reurbanização do Espaço Público; plano de qualificação das edificações; recuperação de fachadas da área; valorização do Patrimônio plano de potencialização das atividades; plano de Gerenciamento.	Sem informações
Aumento da Comportamento Central	Abertura do acesso à frente d'água, através do alargamento do vão da comporta das cheias do Lago Guaíba. O objetivo é possibilitar o desenvolvimento futuro de atividades culturais e de lazer com o acesso à área portuária.	Programa Nacional de Reabilitação (Ministério das Cidades) e Monumenta (Ministério da Cultura)

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2010); VIVA O CENTRO (2010).
Trabalhado pela autora

Pode-se destacar na elaboração do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre a preocupação com a definição de frentes de atuação nos planos conceitual e operacional. Ele não se limita a definir diretrizes para ações de intervenção, mas também uma estrutura operacional baseada em oito macroações, que podem sofrer reformulações de acordo com o contexto, contanto que respeitadas as diretrizes estratégicas definidas pelo plano conceitual (FIGURA 05).



FIGURA 05 – Mapa plano conceitual

FONTE: VIVA O CENTRO (2010)

Dentre as macroações, a mais visível enquanto transformadora do espaço do centro histórico é a revitalização de áreas e imóveis subutilizados ou degradados. (FIGURA 06). Em parceria com o Ministério da Cultura, por meio do Projeto Monumenta²¹, instituído em 2002, o município recebe 70% de recursos para as obras de restauração a fundo perdido com contrapartidas locais de 30%. A contrapartida é integralizada com recursos oferecidos pela iniciativa privada, possibilitado pelo convênio firmado em 2003 entre o município e a Caixa Econômica Federal. Ao tomarem o financiamento do Monumenta para a restauração de seus imóveis, os

²¹ O Projeto Monumenta é um programa que conta com recursos do BID e apoio da UNESCO, especialmente para financiar projetos de intervenção em imóveis privados de valor cultural.

proprietários comprometem-se a arcar com os custos da obra interna do edifício, que tomando por parâmetros as obras já executadas em Porto Alegre, estima-se em 50% de investimentos diretos além do financiado. (BICCA, 2009).

No período da montagem do perfil do Projeto Monumenta, aprovou-se a lei que instituiu o Fundo Municipal de Preservação Monumenta, mantido por um período de 20 anos, e destinado à conservação permanente, sistemática e preventiva das edificações históricas de valor cultural. Com iniciativas do Projeto Viva o Centro também foi firmado o convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, para a restauração de cinco monumentos de propriedade estadual, entre elas o Palácio Piratini, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e a Biblioteca Pública.



FIGURA 06 – Mercado público de Porto Alegre restaurado

FONTE: A AUTORA/2009

Nas zonas determinadas como concentradoras de imóveis subutilizados estão sendo realizados projetos de transformação urbanística com diretrizes de uso e ocupação do solo diferenciadas, a fim de evitar os processos de deterioração da zona. O efeito visível desta ação são as restaurações de edificações privadas, que seriam originalmente beneficiadas pelo financiamento do Monumenta e que, por razões diversas, foram realizadas com recursos dos proprietários. Outro reflexo desta ação foi a destinação de um imóvel do INSS para fins de habitação social, desenvolvido em parceria entre o Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Porto Alegre, Ministério das Cidades, INSS e Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Crédito Solidário. A alienação deste imóvel, pela primeira vez na história do Fundo Geral da Previdência e

do INSS, se fez diretamente à cooperativa de moradores, e é o primeiro prédio público do Brasil transformado em habitação de interesse social²². (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

5.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas ações do Projeto Viva o Centro possibilitam as condições para que a população aproprie-se cada vez mais do Centro Histórico, revertendo gradativamente a imagem produzida de que o centro é perigoso, e o seu consequente esvaziamento. A valorização de imóveis particulares de relevância cultural, segundo Bicca (2009), tem demonstrado o crescente desejo, por parte de alguns estratos da população, de morar no Centro. A confirmação desta tendência é o cadastro de reserva feito pelo Departamento Municipal de Habitação de 6.000 interessados em habitar prédios centrais no Programa de Arrendamento Residencial (PAR)²³ da Caixa Econômica Federal.

O PAR vem adquirindo edificações desabitadas no centro de Porto Alegre, já contando com cinco obras de valor cultural, e adequando-as ao uso residencial, ampliando a população residente e fomentando as atividades relacionadas à habitação. Contudo, algumas reflexões quanto ao tipo de população atraída a residir no centro são possíveis. De maneira geral, o PAR é voltado para famílias de baixos a médios ingressos, de dois a seis salários mínimos, no entanto ações de reabilitação do centro sem definição de instrumentos de regulação fundiária²⁴, possibilita o fortalecimento da

²² A habitação de interesse social (HIS) refere-se a faixa de zero a três salários mínimos.

²³ O PAR é uma operação de aquisição de empreendimentos a construir, em construção ou a recuperar/reformar, destinados ao atendimento da necessidade de moradia da população - com renda familiar mensal até 6 salários mínimos - com opção de compra ao final do prazo contratado, em geral de 15 anos. O Ministério das Cidades é o “Agente Gestor do Programa”, cuja função é estabelecer as diretrizes, regras e demais condições que regem a aplicação dos recursos. Já a CAIXA operacionaliza o PAR e tem a função de gerir o “Fundo de Arrendamento Residencial” (FAR), o qual é proprietário das unidades pelo período total do arrendamento. O arrendatário adquire o direito à propriedade do imóvel quando vencer o prazo contratual do arrendamento, estando todas as taxas pagas. O arrendatário pode igualmente desistir do contrato, sem direito à devolução das parcelas pagas. Dentre as condições necessárias para a aceitação como arrendatário se encontra: ser maior de 18 anos ou emancipado; possuir renda familiar mensal até 6 salários mínimos; possuir capacidade de pagamento compatível com as despesas mensais do arrendamento; não ser proprietário ou promitente comprador de imóvel residencial no local de domicílio nem onde pretende fixá-lo, ou detentor de financiamento habitacional em qualquer local do país. (MEDVEDOVSKI; ROESLER; COSWIG; 2010).

²⁴ Segundo Bressiani (2010), funcionária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre pelo projeto Viva o Centro, o plano estratégico de reabilitação do centro de Porto Alegre não define, ou se propõem a definir, instrumentos de regulação fundiária. Esses instrumentos de maneira generalizada são apresentados no

atuação do capital imobiliário ao criar localizações privilegiadas e induzir demandas através da oferta. Essa indução do mercado dificulta a inserção destas famílias na área central, ao mesmo tempo em que atrai estratos sociais mais altos, podendo direcionar a ocupação do centro num processo de gentrificação.

A possibilidade deste processo ocorrer em Porto Alegre não é contudo em relação a compra de imóveis, já que a maioria dos imóveis residenciais é de propriedade de moradores com rendimentos acima da média de renda da população brasileira (BICCA, 2009), e vários dos novos investimentos residenciais tem se direcionado para habitação de dois a seis salários, o caso do PAR, e alguns poucos para habitação de interesse social, como o edifício do INSS. A gentrificação poderia vir a ocorrer principalmente com o aumento do valor dos aluguéis, comprometendo significativamente a renda das famílias de baixo ingresso, representando um percentual bem maior sobre o valor do imóvel. Em relação aos imóveis não-residenciais, que são ocupados em sua maior parte por locatários, o aumento do aluguel poderia expulsar os negócios populares e pequenos negócios, concentrando serviços culturais atraídos pelo direcionamento das ações que fomentam a centralidade cultural, tanto do Projeto Viva o Centro como do Monumenta.

Em ações concentradas dentro da perspectiva de turismo e negócios, que constitui a visão do plano estratégico do centro histórico de Porto Alegre, a preservação deste espaço geralmente passa apenas pela conservação da sua imagem visual. Há também que se ter em mente na análise do Projeto Monumenta, que sua estratégia supera os aspectos arquitetônicos da preservação, tendo como uma de suas principais metas a dinamização econômica das áreas de intervenção. A prioridade do programa não é a simples recuperação de áreas de valor histórico, mas prioritariamente a “revitalização” de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos investidos, (LEITE, 2007), como é o caso do centro histórico de Porto Alegre.

Mesmo não explorando instrumentos urbanísticos de controle para monitorar a valorização imobiliária, e numa perspectiva que leva a constituição de centralidade

Plano Diretor da cidade, e o papel do plano estratégico do centro se concentrou apenas em fazer sugestões de adequação ao PD, para torná-lo mais condizente.

cultural, o fortalecimento do Projeto Viva o Centro na administração municipal é alicerçado na constatação da crescente dinâmica da área central. Da intensificação das obras de intervenção na área desde 2005, e também no direcionamento de recursos municipais por meio do orçamento participativo, nota-se um crescente interesse pelo centro histórico e, de fato, pode se dizer que o Projeto Viva o Centro acumula reflexões e iniciativas que lhe permitem avançar na discussão participada e na realização de seus objetivos.

5.2 PROGRAMA CENTRO VIVO – BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

O Programa Centro Vivo, instituído em 2004 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para atender ao Plano Diretor municipal, procura articular um conjunto de obras e projetos sociais da prefeitura. O objetivo principal do programa é a requalificação dos espaços coletivos da área central de Belo Horizonte, denominada Hipercentro²⁵. A especificidade deste programa é que ele pode ser considerado exemplo no avanço da discussão de habitação em áreas centrais no Brasil, aparentando uma preocupação legítima com o incentivo à moradia e inclusão social.

5.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Elevada à categoria de município e capital de Minas Gerais em 1893, Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira moderna planejada, projetada pelo engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1897. Elementos-chaves do seu traçado incluem uma malha perpendicular de ruas cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões de dimensões regulares e uma avenida em torno de seu perímetro, a Avenida do Contorno.

A cidade concebida por Aarão Reis, concentrava no centro as atividades capazes de lhe assegurar a polarização sobre o espaço de Minas Gerais, e a fazer do estado um pólo moderno de uma nova fase de crescimento que se pretendia consolidar no Brasil.

²⁵ O Hipercentro, ou zona hipercentral, de Belo Horizonte encontra-se definida através da Lei nº 7166, de 1996, que regulamenta o uso e a ocupação do solo na cidade, sendo conformado pela Av. do Contorno, Av. Bias Fortes, Av. Augusto de Lima, Rua Guajajaras, Av. Afonso Pena, Rua da Bahia, Viaduto Santa Tereza, Rua Sapucaí e novamente Av. do Contorno. Ela é a parte de ocupação mais antiga da Zona Central de Belo Horizonte, composta pelo perímetro da Av. do Contorno, área urbana do traçado original de Aarão Reis. Essa definição tem caráter normativo, com fins de regulação urbanística. (PONTES, 2006).

Desta forma, Belo Horizonte buscava garantir, para o estado, a construção de um espaço conduzido pelas elites nacionais, e portanto, uma cidade voluntarista. Esta peculiaridade da capital mineira auxilia na compreensão da lógica do espaço belo-horizontino, que obedece a uma concepção técnica de um momento específico, mas que determinou os processos seguintes do século XX, cuja metropolização continuou a encontrar na área central as principais atividades econômicas da metrópole e as condições materiais para consolidar este espaço como símbolo do espaço metropolitano. (SOUZA, CARNEIRO; 2003).

Segundo o Ministério das Cidades (2008), a área central de Belo Horizonte, que compreende o Hipercentro e as áreas correspondentes a Praça da Liberdade, Praça Afonso Arinos e a Praça da Estação (FIGURA 07), vêm sofrendo um relativo esvaziamento populacional desde a década de 1980, associado à deterioração das condições ambientais e da qualidade de seu espaço público. Contudo, um estudo mais aprofundado desta área realizado por Souza e Carneiro (2003), concluiu que a perda de população, entre outros fatores socioeconômicos e políticos, não reduziram a força polarizadora da centralidade que o Hipercentro exerce na Região Metropolitana, especialmente do ponto de vista das atividades de prestação de serviços. De maneira geral, a área central consegue manter, sem alterações sensíveis, a posição de destaque na geração de oportunidades de negócio e de ocupação produtiva ligadas ao terciário. Se durante as décadas de 1980 e 1990 o Hipercentro perdeu população residente, ampliou sensivelmente as oportunidades de trabalho, mesmo com o “enobrecimento” das funções terciárias nele prestadas.

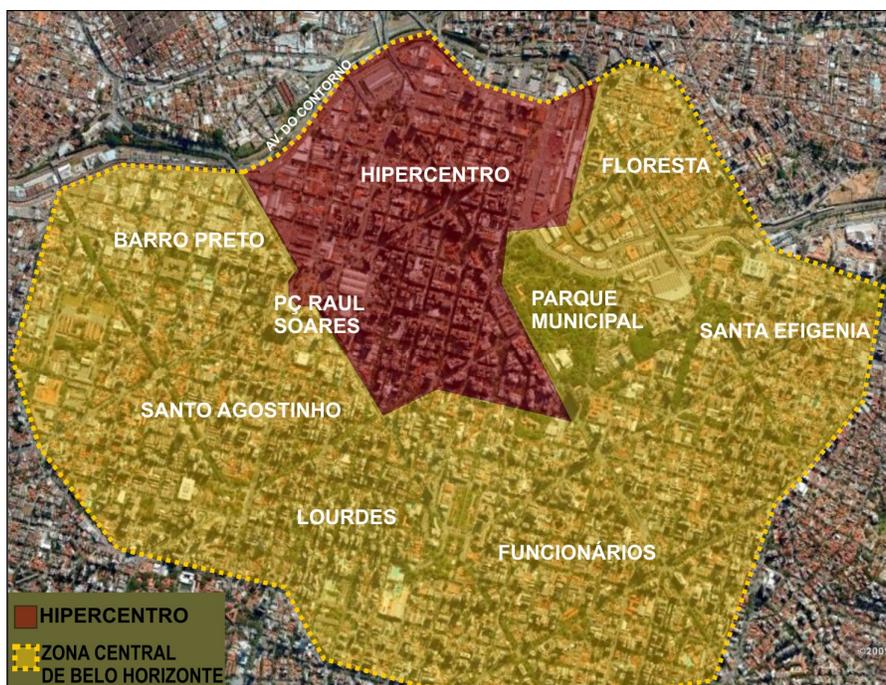


FIGURA 07 – Zona central e hipercentro de Belo Horizonte

FONTE: PONTES (2006); IMAGEM GOOGLE EARTH (2010). Trabalhado pela autora

A grande questão do Hipercentro, definida como macrozona pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1996, e que concentra as principais edificações do final do século XIX e início do século XX, é que as áreas que o compõem não deixaram de ser atraentes para investimento imobiliário, mantendo-se altamente atrativas para a locação de imóveis de classe média, e a manutenção da propriedade como reserva de mercado pelos proprietários que abandonaram o local.

Os valores médios de aluguel e de condomínio apresentam variações expressivas entre as áreas do Hipercentro, mas de regra geral, são compatíveis apenas com o padrão de rendimento das famílias de classe média, exigindo uma renda domiciliar próxima a 13 salários mínimos. Contudo, a importância da área central no que tange ao provisionamento de empregos como espaço de compras e lazer, se dirige especialmente para os moradores da área denominada Periferias no macrozoneamento, cuja renda média familiar é de 6 salários mínimos. Mesmo sendo ocupado pelas classes populares como local de permanência, serviço e lazer, o espaço da área central de Belo Horizonte continua a não atender largamente esta população, ao contrário, o alargamento das vias com o estreitamento de canteiros e praças para permitir o melhor fluxo de veículos tem sido a marca dos órgãos de planejamento do município nos últimos anos. (SOUZA; CARNEIRO, 2003).

A partir de reflexões dos autores já apresentados, o processo de esvaziamento do Hipercentro pode ser analisado sobre a ótica do discurso social, pois se trata especialmente da preocupação com o abandono das classes médias e altas, já que os estratos de baixo ingresso continuam a usufruir e frequentar a área central. Para Souza e Carneiro (2003) o esvaziamento desta área é seletivo, e a tentativa de transformá-lo de acordo com funções consideradas mais "nobres" e mais adequadas ao papel de centro metropolitano, não consegue se impor sobre os processos que apontam na direção de um espaço "popular", voltado aos interesses, preferências e necessidades de uma população caracterizada por restrições de poder aquisitivo.

5.2.2 PLANO DE REABILITAÇÃO DO HIPERCENTRO E AÇÕES INTEGRADAS

O Plano Diretor do município, presente na Lei 7165/96, já apontava a região central como uma área merecedora de atenções especiais, destacando-se o resgate de sua habitabilidade e sociabilidade. Uma das diretrizes gerais do plano para o hipercentro é “a criação de condições para preservar a paisagem urbana e manter o patrimônio cultural; a valorização urbanística do hipercentro, visando resgatar sua habitabilidade e a sociabilidade do local” (PBH, 1996). Além da menção específica do uso, coloca-se também a necessidade de recuperação da qualidade de lugar de permanência. A recuperação dos espaços públicos, outra das diretrizes específicas, tem se consolidado por meio de intervenções em algumas áreas do Centro, a partir da instituição em 2004 do Programa de requalificação da área central, denominado Centro Vivo.

O Programa Centro Vivo, instituído para atender ao Plano Diretor municipal, inserido na reflexão anterior sobre as tentativas de restituição de uma centralidade metropolitana, pode ser interpretado como um instrumento para reforçar o centro como região simbólica e valorizar a diversidade de suas atividades, consolidando-o como local de encontro. O programa procura articular um conjunto de obras e projetos sociais da prefeitura que prevê a requalificação de espaços coletivos da área central de Belo Horizonte, a partir de quatro eixos: inclusão social, econômica e cultural; requalificação urbanística e ambiental; e segurança social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010).

Contudo, grande parte das ações do Programa Centro Vivo já desenvolvidas se concentra na requalificação do espaço físico, como a reforma das praças Sete, da

Estação e Raul Soares (FIGURA 08) e Rui Barbosa, requalificações das ruas Rio de Janeiro, dos Caetés, dos Carijós, trechos da avenida Amazonas e ruas do entorno do Mercado Central, etc. Ao todo foram investidos mais de R\$ 100 milhões, entre 2004 e 2009, e todas as intervenções buscaram recuperar as características originais dos espaços sob a ótica da preservação, funcionalidade e segurança, com a troca do mobiliário urbano, instalação de novos sistemas de iluminação, recuperação e alargamento das calçadas e jardins.



FIGURA 08 – Praça Raul Soares reformada
FONTE: MINISTERIO DAS CIDADES (2005)

Talvez a mais promissora das ações do programa tenha sido a execução do Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, iniciado em 2005 e aprovado em outubro de 2007, com recursos do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais em parceria com o Ministério das Cidades. Este plano insere-se tanto nas ações do programa como na política específica do Plano Diretor para a área central.

O Plano de Reabilitação do Hipercentro reforça as ações do Centro Vivo, tendo sido elaborado com a participação de técnicos da Prefeitura e representantes da sociedade civil. Destaca-se, no entanto, que a metodologia de trabalho adotada para sua execução não é clara e nem amplamente divulgada pelos canais de comunicação municipal. Desta forma, supõe-se que a participação se restringiu às esferas e setores sociais diretamente envolvidos com o centro, mesmo que o plano proponha uma gestão democrática de implementação e monitoramento das ações indicadas, o que deveria, então, envolver uma rede ampla de agentes sociais da cidade.

Em relação ao patrimônio cultural edificado, o Plano aponta mecanismos legais e urbanos já existentes no conjunto urbano tombado, tais como: o direito de construir como incentivo para a recuperação de imóveis tombados (mecanismo utilizado nos *shoppings* populares); isenção de IPTU para recuperação de imóveis; ateliê de acompanhamento de projetos; projeto de despoluição visual; e inventário de patrimônio por bairro. Neste sentido, objetiva a melhoria da paisagem, a valorização do patrimônio e dos espaços públicos, o tratamento paisagístico e a despoluição visual dos espaços. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

É interessante destacar que o plano diretor já indicava claramente a criação de instrumentos e incentivos urbanísticos para atingir os objetivos ao qual o plano de reabilitação propôs em relação ao hipercentro da cidade, entre eles: a transferência do direito de construir (TDC); a operação urbana; o convênio urbanístico de interesse social e o IPTU progressivo. Durante a vigência do plano diretor, a TDC foi o instrumento que ganhou maior relevância, sendo utilizada de forma regular, uma vez que ela atende aos interesses do mercado imobiliário. Quatro operações urbanas²⁶ foram propostas, sendo duas relacionadas ao Hipercentro para a implementação dos *shoppings* populares. Segundo Pontes (2006) estes instrumentos foram pouco desenvolvidos e aplicados, aparentemente, pela falta de iniciativa do poder público em atuar diretamente sobre a cidade, postura que vem sofrendo uma alteração gradual.

Um dos mecanismos instituído pela prefeitura como estratégia para implementação das disposições do plano de reabilitação, foi a criação do Comitê do Centro, pela portaria n° 4.262 de 2005, que constituiu o grupo gerencial para o Hipercentro. Este comitê foi encarregado de estudar e definir procedimentos relativos à implantação de empreendimentos residenciais, com o objetivo de aumentar a atratividade da habitação na área central, resultando no projeto de lei 810/06, de autoria do Executivo, dispendo sobre normas específicas de adaptação de edificações, situadas na área central, para serem transformadas em moradia popular. (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010).

Considerando que os parâmetros urbanísticos definidos, tanto pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, quanto pelo Código de Obras, não viabilizavam

²⁶ As operações urbanas, referentes às leis 9065/2005, 7928/1999, 8728/2003 e 9058/2005 são respectivamente a regularização fundiária de Capitão Eduardo, a implementação de estações BHBUS, a instalação do Shopping Popular. (PONTES, 2006).

a adequação da maioria das edificações existentes para uso residencial e misto, o projeto propôs parâmetros urbanísticos diferenciados para regular especificamente a readaptação e reciclagem de edifícios para uso residencial. Depois de dois anos em tramitação na Câmara Municipal, o projeto foi sancionado com alterações na forma de Lei nº 9.326, em 2007, dispondo sobre normas de adaptação e implantação de atividades específicas situadas no Hipercentro.

Além da elaboração da lei que flexibiliza parâmetros para possibilitar a reforma de imóveis que tenham seu uso direcionado para habitação, outras providências interessantes foram tomadas no decorrer do processo de elaboração e implementação do plano de reabilitação do hipercentro, sendo as principais: (i) revisão da estratégia da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em relação ao planejamento e operação do sistema viário e de transporte coletivo, de modo a efetivamente utilizá-lo como indutor da proposta de estruturação geral da cidade e da estrutura interna desejada para o Hipercentro; (ii) prioridade ao pedestre nas áreas de interesse histórico-cultural, a exemplo da Rua Caetés, na região da Praça da Estação (FIGURA 09); (iii) utilização da área da Casa do Conde para parque linear e centro de convenções; (iv) implantação do “Boulevard Turístico” da Av. Amazonas, entre a Praça da Estação e Praça 7.



FIGURA 09 – Alargamento de calçadas e restauração de imóveis na rua dos Caetés

FONTE: <http://www.flickr.com/photos/hitlodeu/478647068>

Face às expectativas de valorização imobiliária com o conjunto de medidas de melhoria e incentivo de usos, a discussão sobre a legislação para o hipercentro teve a preocupação de viabilizar a manutenção e promoção de habitação de interesse social, e de renda média baixa no centro. A legislação municipal já apresentava instrumentos

como o direito de preempção, para facilitar a aquisição de imóveis, e o Convênio Urbanístico de Interesse Social, objetivando regulamentar parcerias entre a prefeitura e o setor privado para promover parcelamentos e construção de habitação social na cidade. O avanço na discussão, contudo, se deu no aumento de viabilidade das AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) na área central, articulando-se com os instrumentos dispostos no Plano Diretor Municipal, e outros previstos no Estatuto da Cidade, especialmente os que induzem a função social dos imóveis subutilizados. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008).

A preocupação em definir instrumentos de regulação fundiária pode ser considerada um avanço no sentido de adequar a legislação às diretrizes mais amplas do Estatuto da Cidade, com o intuito de romper com a tendência a segregação expressa em grande parte da política urbana nacional, que induz a promoção de habitação social apenas em áreas distantes e desvalorizadas da cidade. Nesse sentido, outro projeto que conta com recursos do Ministério das Cidades, e constitui uma ação do Centro Vivo, é o Plano de Uso e Ocupação dos viadutos e passarelas²⁷ da Área Central de Belo Horizonte. Este projeto trata dos baixos de viadutos ao longo da Via Expressa Leste-Oeste, propondo sua reabilitação físico-ambiental e integração ao patrimônio da cidade como áreas funcionais e socialmente úteis.

5.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que, em geral, as ações do Centro Vivo mais visíveis se limitem a qualificação física do espaço urbano e uma discreta revitalização de imóveis subutilizados ou degradados, o programa tem uma preocupação legítima com o incentivo à moradia, visto que é no uso habitacional o esvaziamento mais preocupante verificado na área central. Neste ponto, as ações de inclusão social, mesmo que não se disponham de dados para avaliar efetivamente a implantação e o funcionamento das AEIS, é garantido na legislação do plano de reabilitação do Hipercentro, o que a permite

²⁷ Entre as alternativas para aproveitamento desses espaços estão a construção de unidades habitacionais, pequenos comércios, postos de inclusão digital e internet, postos policiais, médicos e de outros serviços de apoio à comunidade, banheiros públicos, áreas de lazer e oficinas de capacitação, pontos de apoio para taxistas, agências de emprego, agências de prestação de serviços na construção civil, fábricas não poluentes de produtos derivados de materiais reciclados, postos policiais, áreas para camelôs, postos de triagem/reciclagem, hortas comunitárias, lanchonetes, áreas de exposição e eventos culturais, áreas esportivas voltadas para funcionários do comércio local, estacionamentos, áreas de lazer públicas e feiras. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2008).

considerar como um exemplo de avanço da discussão de habitação social em áreas centrais no Brasil.

Outro aspecto relevante do programa Centro Vivo é que mesmo sendo a sua área de atuação (o Hipercentro) uma das maiores concentradoras de elementos simbólicos da cidade, o seu enfoque em conservá-los não se limita à sua preservação estética, mas ensaia garantir um uso para esses imóveis, como na sua ocupação por *shoppings* populares ou habitação social. Desta forma, percebe-se, mesmo que timidamente, a concentração de esforços nos usos sociais dos espaços e lugares do patrimônio. O programa Centro Vivo, neste quesito, aproxima-se de uma visão de apropriação coletiva e democrática do patrimônio, possibilitado, se forem criadas condições materiais e simbólicas, que todas as classes possam encontrar nele um significado e compartilhá-lo.

5.3 ‘RENASCIMENTO’ DO CENTRO STORICO DE NÁPOLES – NÁPOLES - ITÁLIA

O “renascimento” do centro histórico de Nápoles, na Itália, não constitui um projeto ou programa único de reabilitação da área central da cidade, mas uma série de ações do poder público e de associações civis. Este correlato foi escolhido, pois foi através da valorização de seu patrimônio histórico e investimentos sociais que se possibilitou transformar a imagem da cidade, o que permitiu dar corpo a um processo identitário, e principalmente uma aproximação entre política e sociedade. Trata-se principalmente do renascimento de um orgulho participativo, que surgiu em torno do patrimônio do centro histórico.

5.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nápoles teve sempre sua imagem associada ao extraordinário. A beleza de sua paisagem com castelos, ricos palácios, igrejas, conventos; expressões da cultura popular associadas a uma idéia de “italianidade” tradicional; a criatividade associada a “norma” caótica da cidade, e uma espécie de “pertencimento participativo” dos seus habitantes, com a adoção dos valores e códigos de referência urbana por todos. (CATTEDRA; MEMOLI, 2006).

Contudo, Nápoles é também a cidade italiana mais facilmente associada à criminalidade organizada (Camorra), ao desemprego, ao trabalho informal, à

especulação fundiária e imobiliária, ao caos de suas ruas, de suas praças e da sua circulação. Permanece na memória como a cidade onde a política se confunde com o poder. É somente na década de 1990, na prefeitura socialista de Antonio Bassolino, que essa imagem começa a se reverter com a implementação de um “plano regulador geral”, cuja proposta era uma melhor articulação entre a periferia e o centro. Mais é principalmente o hipercentro, e particularmente o centro histórico, que se torna objeto de intervenção. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Se o município de Nápoles, a terceira maior cidade da Itália, tem apenas um milhão de habitantes, apresentando uma redução populacional, a área metropolitana atingiu mais de três milhões no início do século XXI. O conjunto da aglomeração metropolitana possui uma das densidades mais altas do país e da Europa, superior a dois mil e quinhentos habitantes por quilometro quadrado, enquanto o município central possui uma média de dez mil, com picos de até oitenta mil habitantes por quilometro quadrado. (RIVIÉRE, 2000 *apud* CATTEDRA; MEMOLI, 2006). Esta densidade produziu desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, problemas de infra-estrutura, de serviço, circulação, higiene, etc.

Essa longa lista de problemas urbanos, já histórica na cidade, levou a aprovação constante de uma série de leis especiais para resolvê-los, a primeira datada de 1885, denominada lei do *Risanamento* (re-saneamento). Posteriormente, da fase do pós-guerra até o ano de 1972 (quando foi adotado o novo Plano Diretor), a cidade foi marcada por leis de incentivo à expansão demográfica, notadamente marcada pela especulação fundiária, com a apropriação do poder político pelos empresários da construção. Esta expansão iniciou o processo de esvaziamento da área central e do centro histórico, na sequência dos estragos causados pelos bombardeios americanos na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Gianni (1999 *apud* CATTEDRA; MEMOLI, 2006), o período de 1972 a 1993, que seguiu a implantação do Plano Diretor (em vigor até hoje), se caracterizou pelo consumismo urbanístico. Foi uma época de medidas e financiamentos públicos destinados a compensar a crise da indústria e à reconstrução posterior ao terremoto de 1980, movidos pela crença que induzia considerar inúteis as normas urbanísticas. Deste período datam as primeiras construções ilegais (*condono edilizio*).

5.3.2 O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

De 1993 a 2000, com a entrada de Antonio Bassolino na administração pública, iniciou-se uma fase de normalização, ou seja, de restabelecimento de normas urbanísticas, assim como a simplificação de regras. Essa ação se fundamentou sobre a valorização da imagem de Nápoles, destinada aos seus habitantes e aos turistas, com a implementação de um novo instrumento urbanístico, a “*Variante al Piano Regolatore Generale*”²⁸ (PRG), que propôs modificações no Plano Diretor de 1972.

Em consonância com a estratégia do prefeito em aproximar o centro e a periferia²⁹, o conjunto de projetos foi orientado para a reabilitação do patrimônio histórico e do ambiente do *Centro Storico*, passando por uma reformulação legal de seus limites, pela valorização de áreas verdes, pela reconquista da ligação com o mar e estruturas de serviço nunca terminadas, assim como a requalificação dos setores urbanos industriais. Todos os projetos se articularam especialmente por um plano de mobilidade e rearticulação de transportes na escala metropolitana.

As restrições do PRG de 1972, que conseguiam proteger as construções históricas de potenciais operações especulativas, mas que com sua rigidez impediam qualquer melhoria das edificações, estagnou obras e projetos legais no centro histórico durante duas décadas, ao mesmo tempo em que permitiram todas as formas de abuso urbanístico, na lógica de “se nada é possível, tudo é possível”. Desta forma, o plano técnico “*Variante del Centro Storico*”, incluso na nova política urbana, estabeleceu, em primeiro lugar, uma nova extensão do centro histórico, incluindo todos os setores urbanos anteriores a 1943, porém flexibilizando os parâmetros urbanísticos da área. Esta nova delimitação de 1.917 hectares aumentou em quase três vezes a superfície definida pelo PRG de 1972. (FIGURA 10).

²⁸ *Piano Regolatore* na Itália equivale ao Plano Diretor brasileiro.

²⁹ Periferia é entendida aqui como a zona periférica ao centro, as áreas suburbanas.



FIGURA 10 – Modificação da delimitação do centro histórico de Nápoles (1972 e 1999)

FONTE: CATTEDRA; MEMOLI (2006). Trabalho pela autora

Para os formuladores dessa política, tratava-se de transformar a imagem da cidade através da valorização de seu patrimônio histórico. O programa de valorização do centro foi desenvolvido primeiramente pela requalificação das construções degradadas. Um dos exemplos foi a transformação das antigas *bassi*³⁰ em novos comércios ou locais artesanais. Num lugar caótico, com construções degradadas, considerado vazio e perigoso, o patrimônio arquitetônico foi redescoberto, e em poucos anos, edifícios, ruelas e praças foram reabilitados, permitindo que o bairro se abrisse para outras funções. Em 1997 Antonio Bassolino apresentava suas opções estratégicas para o centro histórico:

Para o centro, queremos a qualificação sem agregar um só metro quadrado de construção nova. Como princípio de base, apostamos tudo na reabilitação física, no ordenamento na gestão e na retomada do Centro, que deve se tornar o maior museu aberto do mundo, mas guardando sua complexidade social, ou seja, sem expulsar as camadas populares. (BASSOLINO, 1997 *apud* CATTEDRA; MEMOLI, 2006, p. 183).

Um dos maiores impulsionadores deste processo de reabilitação foi a oportunidade de Nápoles sediar o encontro do G7 em 1994, utilizando-se da valorização de recursos frente aos eventos de caráter internacional, que “relançou” cidades como Barcelona (Jogos Olímpicos de 1992), Sevilha (Exposição Universal de 1994), entre outros. A opção foi dar andamento a intervenções de manutenção dos lugares e monumentos públicos de acolhimento a manifestações, sendo símbolo de sucesso em

³⁰ *Bassis* são moradias compostas de um ou dois aposentos, situadas no térreo, e mal equipadas do ponto de vista sanitário. Primeiramente eram utilizadas como depósito, estábulo ou passagem que conduzia ao pátio interno de um edifício.

Nápoles a grande *Piazza del Plebiscito*, até a época do evento encoberta por um estacionamento particular e por um terminal de ônibus, cortando a praça em duas. Com a expulsão dos veículos, o espaço se transfigurou, tornando-se um novo lugar. Segundo Cattedra e Memolli (2006), a reabilitação da praça tratou-se de uma reterritorialização altamente simbólica, passando a acolher as grandes manifestações coletivas e os grandes momentos rituais e comunitários. (FIGURA 11).

Além de começar a interessar a imprensa nacional e internacional atraindo novamente para Nápoles o turismo, os próprios napolitanos passaram a enxergar a cidade de modo diferente, e a perceber certos lugares, especialmente os do centro histórico, como símbolos de sua própria identidade. A partir do momento chave da *Piazza del Plebiscito*, o chamado renascimento dos anos noventa de Nápoles, passou-se a concentrar medidas de intervenção no setor da cidade que os próprios napolitanos consideravam como centro, espaço que corresponde à representação espacial dos problemas da cidade.



FIGURA 11 – Piazza del Plebiscito

FONTE: <http://www.yukiba.com/upl/server/uploads/1262888139-Naples-Italy-Europe-Naples.JPG>

Tratava-se de um espaço residencial das camadas populares, na qual se manifestava todo tipo de atividade econômica, de um lado informais, mas também atividades artesanais herdadas da organização urbana medieval. Degradado do ponto de vista arquitetônico e social, em poucos anos, o centro histórico passou por uma transformação profunda das temporalidades sociais, da paisagem e da sua própria representação, possibilitada especialmente pela reapropriação simbólica deste espaço pelos napolitanos.

Neste processo percebeu-se efetivamente um retorno das classes médias ao centro histórico, especialmente de casais de profissão liberal e de estudantes, mais a dinâmica mais marcante continuou a ser o uso pendular dos espaços públicos e dos espaços de caráter coletivo (bares, cafés, universidades, etc.). Desta forma, mesmo com o retorno de estratos sociais mais abastados, e de opções claramente gentrificadoras do plano de reabilitação do centro histórico (que explicita a vontade do poder público em atrair as classes médias para o centro), a reapropriação simbólica do espaço por todos os habitantes permitiu a superposição de classes e atores heterogêneos na cena urbana. Segundo Cattedra e Memolli (2006), por mais que a gentrificação do centro histórico constitua um risco, ainda não se pode falar deste processo, pois o retorno das classes médias é ainda inexpressivo se comparada à força de apropriação do espaço pelas camadas populares.

A mudança de função que é possível captar em relação ao Centro Antico, não nos autoriza a perceber [...] a manifestação de um verdadeiro processo de gentrificação. O que ao contrario nos parece surgir dessa dinâmica de “normalização” da cidade de Nápoles é uma construção identitária de participação que engloba o conjunto da cidade. (CATTEDRA; MEMOLI, 2006, p. 189).

A especificidade do “renascimento” do Centro Histórico, por meio da transformação progressiva do espaço com a recuperação dos espaços públicos, é que a adesão de variados meios culturais e intelectuais, assim como econômicos, ao projeto de reabilitação do centro, efetivou claramente o sentido de participação coletiva na vida urbana. A construção do projeto contou com todas as esferas sociais da cidade, que responderam às solicitações participativas da prefeitura, reapropriando-se dos espaços públicos da cidade. A partir do investimento social por parte dos órgãos públicos, os habitantes de Nápoles mostraram finalmente a vontade de desempenhar um papel de atores políticos. Isto permitiu dar corpo a um processo identitário e uma aproximação entre política e sociedade. (CATTEDRA; MEMOLI, 2006).

Foi o renascimento de um orgulho participativo que surgiu em torno do patrimônio do centro histórico. Praças, igrejas, cafés, museus, passaram a se regenerar com a redescoberta da cidade por seus moradores. A reapropriação dos lugares simbólicos do centro foi também possibilitada pelo apoio de outras instituições públicas

motivadas pela prefeitura. Foi frequentemente a ação judicial que permitiu tomar os espaços públicos dos que haviam se apropriado ilegalmente deles, como o caso da *Piazza del Plebiscito* por um estacionamento particular.

Além do trabalho de reordenamento material e institucional, em torno de dispositivos de financiamento, por exemplo, todo um trabalho simbólico foi desenvolvido, considerado como o principal motor das transformações do espaço da cidade. Como exemplo tem-se o projeto ‘A escola adota um monumento’, promovido pela associação ‘*Nápoli 99*’, que encarregava os estudantes secundários do papel de mediadores da redescoberta do patrimônio, servindo de guias a parentes e amigos. As oportunidades deste tipo de redescoberta se multiplicaram, ultrapassando até mesmo as expectativas voluntaristas da política urbana. Às manifestações e celebrações, tais como ‘*Il Maggio del Monumenti*’³¹, se somaram os ciclos de concertos nas igrejas e praças e, durante o Natal, as manifestações em torno das ruas onde são fabricadas imagens de presépios.

Assim, além dos aspectos estritamente normativos, jurídicos e técnicos do plano de reabilitação do centro histórico de Nápoles, a legitimação do patrimônio constituiu-se principalmente da produção de um valor patrimonial de certos espaços, que pela apropriação dos próprios moradores, de diversos estratos sociais, adquiriram uma mais-valia em relação a outros elementos urbanos. Esse reforço no valor de uso de determinados espaços permitiu, efetivamente, a apropriação coletiva e democrática do patrimônio, fazendo com que todas as classes encontrassem nele um significado compartilhado. (FIGURA 12).

³¹ Através do programa “*Il Maggio del Monumenti*” (A Magia do Monumento), um grande número de sítios, monumentos, igrejas e lugares, normalmente fechados, ficam abertos ao público, gratuitamente, durante um mês. (COMUNE DI NAPOLI, 2010).



FIGURA 12 – Centro histórico de Nápoles

FONTE: http://farm4.static.flickr.com/3273/3034810773_5132292118.jpg

5.3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilitado pela apropriação do patrimônio pelos napolitanos, foi instituído em 2009 pela prefeitura em parceria com a UNESCO, o “Grande Programma per il Centro Storico di Napoli Patrimonio UNESCO”, que visa alcançar o desenvolvimento e melhorar significativamente a qualidade ambiental e de vida dos habitantes deste setor. Não se restringe a restauração de monumentos e edifícios inseridos no tecido histórico, mas a uma série de intervenções na estrutura física da cidade “velha” (por sistemas tecnológicos e serviços de metro) e nos aspectos intangíveis (medidas de segurança interna e políticas de inclusão social). A possibilidade de atingir este objetivo está relacionada à qualidade dos projetos de natureza diferente, e, sobretudo na integração e articulação dos mesmos. (COMUNE DI NAPOLI, 2010).

Para este fim, o desenvolvimento do Programa uniu-se à definição consensual de Protocolos Adicionais de acesso a fontes de financiamento em setores específicos: turismo, assistência e bem-estar, segurança, transporte, empresarial, estudantes, etc. O programa se articula, portanto, em duas ações desenvolvidas no âmbito da *Cabina di regia*³² constituída pela atuação do protocolo de entendimento entre a Região da Campania, a *Comune di Napoli* (câmara municipal), Direção Regional de MIBAC e Arquidiocese de Nápoles: O Documento de Orientação Estratégica (D.O.S.) e o Projeto Urbano de Nápoles (P.I.U).

³² *Cabina di regia* é uma espécie de instituto de controle de ações urbanas.

O DOS toma como referência a zona delimitada em 1995 como Patrimônio Mundial da UNESCO (coincidindo com a área classificada como Cidade Velha a partir do Plano Diretor de 1972, acrescentando monumentos e parques) e identifica um grande número de monumentos, prédios e grupos da área urbana merecedoras de intervenção e iniciativas de caráter imaterial, num total estimado de 570 milhões de euros. A segunda ação, PIU, se enquadra dentro do limite de financiamento de cerca de 240 milhões de euros, relativos à área de intervenção do centro histórico delimitada pela “*Variante del Centro Storico*” e da faixa costeira da *Piazza Mercatto* até a *Piazza Municipio*.

Ambas as ações estão articuladas com iniciativas público-privadas, incluindo os Protocolos Adicionais, com metas de: envolvimento e participação, valorização e fortalecimento da cultura, integração e distribuição da riqueza, e adequação da infraestrutura e serviços em relação ao desenvolvimento sustentável. A articulação destas iniciativas visa salientar principalmente as medidas propostas para o alívio de tráfego e recuperação de espaços urbanos (criação de zonas de tráfego limitado e zonas especiais para pedestres, garagens subterrâneas no perímetro, a compra de ônibus ecológico, estrutura de ligação entre os museus, etc.) e para reduzir os níveis de congestionamento.

O programa se encontra em fase de discussão e desenvolvimento, aberto para a comunidade através da *Manifestazione d’Interesse*, que se concluirá em setembro de 2010. A partir do convite público, os interessados em participar da execução do projeto podem propor intervenções materiais e imateriais consistentes com a estratégia regional, através do DOS e do PIU. Os interessados podem sugerir: (i) intervenções públicas a serem implementadas com o apoio de recursos privados; (ii) intervenções públicas a serem implementadas com recursos públicos; (iii) intervenções privadas com recursos privados; (iv) intervenções privadas com a ajuda de recursos públicos. (COMUNE DI NAPOLI, 2010).

5.4 SÍNTESE DA ANÁLISE DE CORRELATOS

Os três casos escolhidos para a análise permitem a apropriação de aspectos positivos que possibilitam uma definição mais profunda de diretrizes para programas de reabilitação urbana. Ao mesmo tempo, o estudo de suas deficiências permite identificar aspectos negativos e conseqüências das intervenções em áreas de interesse patrimonial, que muitas vezes, por tangerem a mitologia social, são largamente reproduzidas. Tem-se

como exemplo o discurso do esvaziamento dos centros urbanos, que muitas vezes é utilizado para o enobrecimento destas áreas, e, por se restringir ao discurso, ignora mudanças sociais contemporâneas, como: mudanças na estrutura familiar, o aumento da faixa etária média dos países, transformações nas dinâmicas de ocupação, entre outros.

Os casos do projeto Viva o Cento de Porto Alegre e do programa Centro Vivo de Belo Horizonte, por serem realidades brasileiras, se aproximam mais da realidade de Curitiba, pois possuem problemas urbanos similares, mesmo que em escalas diferentes. A partir destes elementos, especialmente no que tangem os instrumentos urbanísticos de Belo Horizonte e as políticas de gestão aplicadas em Porto Alegre, permite-se desenvolver novas alternativas para a questão da reabilitação urbana.

Já o caso do “renascimento” do centro histórico de Nápoles, por se tratar de uma valorização do território através da apropriação simbólica, apresenta uma concepção de preservação patrimonial integrada à política urbana, tipicamente européia. Mesmo que esta concepção seja muito distante de como se pensa o patrimônio no Brasil, o caso de Nápoles traz à luz diversos elementos de como a política e a sociedade podem se aproximar a partir de um processo identitário em torno do patrimônio cultural.

Pode-se apontar como uma fragilidade do Projeto Viva o Centro e do Programa Centro Vivo, a participação de apenas os diretamente envolvidos com as áreas de intervenção. Esta constatação baseia-se na compreensão de que, uma vez que o centro é de difícil apropriação por um setor social claramente definido, intervir neste espaço exigiria o consenso, ou a possibilidade de entendimento, entre grande parte dos agentes da cidade e não apenas os diretamente envolvidos, num processo de reivindicação de uma representatividade deste território, operativa ou simbólica. (VILLAÇA, 1998; TOURINHO, 2009; LEITE, 2007).

É justamente essa característica que possibilitou a transformação progressiva do espaço do centro histórico de Nápoles, ou seja, a adesão de variadas esferas sociais que responderam às solicitações participativas da prefeitura, reapropriando-se dos espaços públicos da cidade. O sentido de participação coletiva na vida urbana foi efetivado a partir do investimento social por parte dos órgãos públicos, possibilitando que os habitantes de Nápoles passassem a desempenhar um verdadeiro papel de atores políticos.

Em Nápoles, o reforço no valor de uso de determinados espaços permitiu, efetivamente, a apropriação coletiva e democrática do patrimônio, fazendo com que todas as classes encontrassem nele um significado compartilhado. Essa reflexão é também válida em relação aos centros urbanos brasileiros, pois sendo o centro o espaço de maior concentração de símbolos culturais é o lugar de maior referência simbólica na cidade. Desta forma, a apropriação e construção deste espaço pelas práticas de interação social que ocorrem em seu interior lhe conferem sentido identitário, não podendo os projetos de reabilitação urbana se restringir a uma reinvenção de centralidades tradicionais ou culturais voltadas à demanda do mercado.

Esse direcionamento de políticas urbanas voltadas à demanda de mercado é percebido no caso de Porto Alegre na definição da visão estratégica guia do plano, ao se propor como objetivo principal o reconhecimento do centro histórico como pólo de atração turística e cultural. O Programa Centro Vivo, mesmo atuando na área de maior concentração de elementos simbólicos de Belo Horizonte, não tem o incentivo ao turismo e a usos culturais como objetivo, mas ensaia garantir um uso social do patrimônio cultural edificado, como na sua ocupação por *shoppings* populares ou habitação social. Neste quesito, aproxima-se de uma visão de apropriação coletiva e democrática do patrimônio, como no caso de Nápoles.

Mesmo não explorando instrumentos urbanísticos de controle para monitorar a valorização imobiliária, e numa perspectiva de constituição de centralidade cultural, a atuação do Projeto Viva o Centro, é direcionada por um processo de planejamento que de fato existe, aproximando-se da gestão participativa e democrática a que Maricato (2001) se refere, não se concentrando somente em ações pontuais.

Já a preocupação do Programa Centro Vivo em definir instrumentos de regulação fundiária pode ser considerada um avanço no sentido de adequar a legislação às diretrizes mais amplas do Estatuto da Cidade. Desta forma, Belo Horizonte, mais do que Porto Alegre, se aproxima de uma visão de inclusão social para a reabilitação de áreas centrais, rompendo com a tendência a segregação, que induz a promoção de habitação social principalmente em áreas distantes e desvalorizadas da cidade.

QUADRO 03 – Síntese da análise de correlatos

	PROJETO VIVA O CENTRO	PROGRAMA CENTRO VIVO	CENTRO STORICO DI NAPOLI
Localização	Porto Alegre - Rio Grande do Sul	Belo Horizonte - Minas Gerais	Napoles - Italia
Ano	Atuação desde a década de 1980	Program instituido em 2004	Iniciado em 1993
Area de abrangencia	Bairro Centro Historico - Area de 228 hectares e 36.862 habitantes	Area do Hipercentro, inserido na zona central de Belo Horizonte	Area do Centro Historico de Napoles - 1917 hectares
Motivações indutoras do projeto	Identificação da perda de dinamismo e desvalorização econômica da região; processo de degradação dos espaços publicos	Relativo esvaziamento populacional associado à deterioração das condições ambientais e qualidade do espaço publico.	Desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais; problemas de infra-estrutura, serviços, circulação e higiene; alta apropriação privada ilegal dos espaços publicos.
Metodologia de trabalho	Desenvolvimento do Plano Estratégico de Reabilitação da area central de Porto Alegre, a fim de articular as iniciativas e ações do Projeto Viva o Centro. A execução do plano contemplou encontros e oficinas com a sociedade civil diretamente envolvida com o bairro.	Desenvolvimento do Plano de Reabilitação do Hipercentro, a fim de articular as iniciativas e ações do Programa Centro Vivo. Não se dispõem de dados sobre a metodologia de execução do plano.	Implementação da Variante al Piano Regolatore Generale, propondo modificações ao Plano Diretor. A construção do projeto contou com todas as esferas sociais da cidade que responderam às solicitações participativas da prefeitura.
Princípio norteador	Visão estratégica de reconhecimento do centro historico como polo de atração turística e cultural	Reforçar o centro como região simbolica e valorizar a diversidade de atividades, consolidando-o como local de encontro	Transformar a imagem da cidade através da valorização do seu patrimônio historico.
Principais objetivos	(i) Promoção da imagem do Centro Historico, com o objetivo de reverter a leitura negativa que lhe é atribuída; (ii) qualificação do espaço urbano, por meio da recuperação e proteção do patrimonio cultural; (iii) fortalecimento da dinâmica funcional, revitalizando atividades econômicas, turísticas, culturais e residenciais.	Requalificação dos espaços coletivos do Hipercentro, a partir de quatro eixos: inclusão social, econômica e cultural; requalificação urbanística e ambiental; e segurança social.	Qualificar o espaço no Centro Historico sem agregar construções novas; reabilitação física guardando a complexidade social; reterritorialização simbolica através da reapropriação de espaços publicos tomados ilegalmente pela iniciativa privada.

Ações desenvolvidas	Renovação e reconversão de uso de lotes e imóveis subutilizados – Projetos Especiais (operações privadas); Potencialização paisagística das conexões referenciais do tecido urbano e dos ingressos significativos ao Centro Histórico; Potencialização paisagística de percursos temáticos; Urbanização e restauração das áreas verdes; Implementação do Plano de Estacionamentos Públicos e Privados; Otimização do transporte coletivo de massa e redução do número de terminais de transbordo; Estruturação da microacessibilidade.	Ações se concentram na requalificação do espaço físico: a reforma das praças Sete, da Estação e Raul Soares e Rui Barbosa, requalificações das ruas Rio de Janeiro, dos Caetés, dos Carijós, trechos da avenida Amazonas e ruas do entorno do Mercado Central, troca do mobiliário urbano, instalação de novos sistemas de iluminação, recuperação e alargamento das calçadas e jardins.	Reabilitação de espaços públicos; reabilitação física de edificações degradadas; adesão de variados meios culturais, intelectuais e econômicos ao projeto de reabilitação; Investimento social por parte dos órgãos públicos; reordenamento institucional em torno de dispositivos de financiamento; 'Il Maggio del Monument'
Tratamento do património cultural edificado	Predominância do desejo de preservação, porém ainda vinculado ao desejo de <i>tabula rasa</i> . A preservação do património baseia-se principalmente na fomentação de centralidade cultural.	Predominância do desejo de preservação ao desejo de <i>tabula rasa</i> . A preservação do património baseia-se na determinação de usos sociais para os mesmos.	Predominância do desejo de preservação ao desejo de <i>tabula rasa</i> . A preservação do património baseia-se na determinação de usos sociais para os mesmos, na reterritorialização simbólica através de investimento social e reapropriação do património pela sociedade.
Instrumentos urbanísticos principais	Plano Estratégico de Reabilitação da área central de Porto Alegre; Zoneamento - Uso e ocupação do solo; Plano de Mobilidade e Acessibilidade; Concessão de uso do espaço público.	Operações urbanas consorciadas; IPTU progressivo; transferência de potencial construtivo; promoção de habitação de interesse social (AEIS); Plano de Ocupação e Uso dos viadutos e passarelas.	Variante al Piano Regolatore Generale'; dispositivos de financiamento (Protocolos Adicionais de acesso)
Parcerias efetuadas	Ministério das Cidades (Plano Plano Estratégico de Reabilitação da área central de Porto Alegre); Ministério da Cultura (BID/MONUMENTA); Caixa Econômica Federal (PAR); parcerias publico-privadas.	Ministério das Cidades (Plano de Reabilitação do Hipercentro); Caixa Econômica Federal (financiamento de HIS); parcerias publico-privadas através de operações urbanas consorciadas.	Parcerias publico-privadas; 'Napoli-99' (projeto 'A escola adota um monumento'; parcerias direcionadas à educação patrimonial.
Programa de Gestão	Inserido no programa de governo da PMPA, denominado Cidade Integrada, através do modelo de gestão Governança Solidária.	Criação do Comitê do Centro, que constitui o grupo gerencial para o Hipercentro. Inserido no programa de governo da PMBH.	Não há informações.

FONTE: A. AUTORA

6 ANÁLISE DA REALIDADE: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A POLÍTICA URBANA NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA

A análise do Setor Histórico (SH) de Curitiba, objeto deste estudo, ultrapassa seu limite formal, institucionalizado pelo Decreto nº 185/2000, porque se acredita que a apreensão da especificidade desta área, contextualizada na produção do espaço urbano contemporâneo, impõem uma reflexão dialética sobre processos múltiplos que caracterizam a produção espacial da metrópole³³ curitibana.

Como parte da área central, a dinâmica interna do Setor Histórico é permeável ao seu território imediato, e, portanto, à dinâmica metropolitana. Caracterizando-se por um tipo de centralidade específica de núcleo urbano inicial, ao englobar os principais símbolos culturais da cidade, constitui uma referência identitária para um universo amplo de atores sociais, e, portanto, sua apropriação é marcada por variadas forças e interesses dos diversos agentes sociais urbanos. Em função dessa característica justifica-se a necessidade de analisá-lo à luz da sua relação com a cidade, dos conflitos sociais do qual é palco, e “explorado” nas suas possibilidades de lugar identitário, pelas práticas sociais que nele ocorrem.

Desta forma, o recorte espacial para a análise da realidade, a fim de compreender as dinâmicas do Setor Histórico, e por consequência das áreas de interesse patrimonial, considerará o núcleo urbano inicial e a área central de Curitiba. O núcleo urbano inicial, ou núcleo tradicional, constituiu-se do núcleo histórico onde se iniciou a ocupação da cidade até o início do século XX: um raio aproximado de 700³⁴ metros em torno da Praça Tiradentes. Como área central compreende-se a área definida no estudo de Ferri (2009), que concluiu que esta área extrapola a do bairro Centro, sem limites bem definidos e concretos, mas sim com um alto grau de permeabilidade. (FIGURA 13).

³³ A Região Metropolitana de Curitiba é composta por 26 municípios, dos quais os que mantêm relações socioespaciais mais intensas com a metrópole são: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (PEREIRA; SILVA, 2009).

³⁴ O raio aproximado de 700 metros para definir o núcleo urbano inicial deu-se baseados nos antigos mapas de Curitiba, dos períodos entre 1850 e 1894, presentes no Boletim Casa Romário Martins (2006).

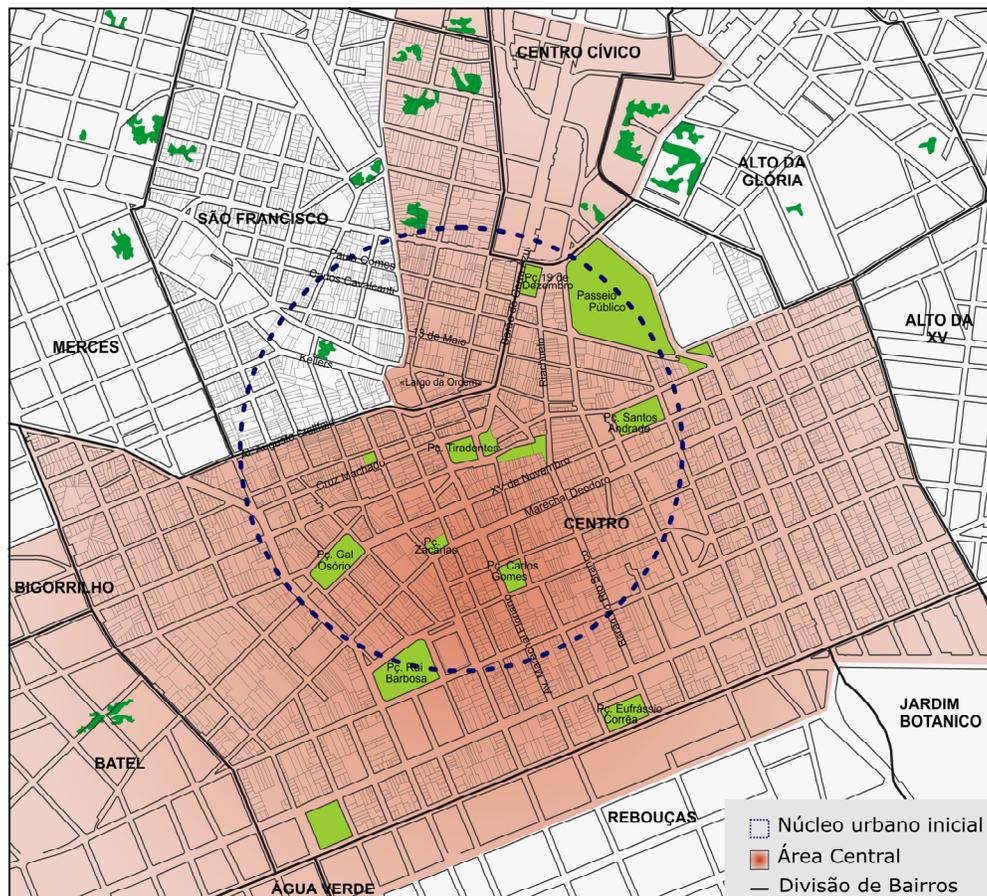


FIGURA 13 – Recorte espacial para análise da realidade

FONTE: FERRI (2009); BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS (2006). Trabalho pela autora.

A área central se insere na Administração Regional Matriz³⁵, caracterizada, segundo Siviero (2000), como a zona que mais claramente testemunhou o avanço do espaço urbano, com suas transformações e modificações, inerente à contemporaneidade e ao planejamento urbano municipal. Esta porção do território é a que melhor expressa, em termos qualitativos e quantitativos, a soma dos diferentes tempos e a materialização dos processos de reestruturação do espaço urbano de Curitiba. O núcleo urbano inicial localiza-se na “borda-limite” dos bairros Centro e São Francisco, ambos encerrando a maior parte das edificações originárias do processo de ocupação da cidade do fim do século XIX e início do século XX, caracterizando-se como a centralidade de maior expressão histórica e cultural de cidade. (FIGURA 14).

³⁵ Em 1986, o Decreto 142, estabeleceu a divisão de Curitiba em 8 Administrações Regionais. Em 1988 elas foram reduzidas para 6 Administrações Regionais. A partir desta divisão, o planejamento passou a ser executado com o objetivo de estruturar estes novos espaços, buscando identificar as características e similaridades de cada uma destas regiões (SIVIERO, 2005).



FIGURA 14 – ‘Largo da Ordem’, expressão histórica e cultural de Curitiba
 FONTE: A AUTORA/2010

Estes valores históricos e culturais representam o seu valor de uso, criando os principais espaços de sociabilidade e encontro da cidade. Ao mesmo tempo, a área central se caracteriza por ser o maior concentrador de atividades do setor terciário (IPPUC, 2008), segmentos que se destacam pelo forte apelo na oferta e geração de bens de consumo, serviços e empregos, o que determina o seu alto valor de troca, na indução de um elevado preço do solo e especulação imobiliária.

A área central materializa o valor concreto da figura do centro na medida em que é o ponto que cristaliza a maior quantidade de trabalho socialmente despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração (VILLAÇA, 1998). É, portanto, a área de maior potencial urbanístico, frente aos investimentos públicos e privados acumulados ao longo do processo de produção do espaço da metrópole. Nenhuma outra centralidade de Curitiba supera a área central em termos de atratividade, mesmo que a constituição de núcleos secundários³⁶ tenha sido induzida pelo planejamento urbano a partir da década de 1970.

Neste sentido, a área central, em processo de reestruturação, como será analisada em sequência, constitui uma saliência positiva de atração por seus componentes antropológicos, políticos, econômicos e arquiteturais, determinada por trajetórias

³⁶ A constituição de novas centralidades foi possível à medida que o plano diretor de 1966 limitou o crescimento da área central com a lei de uso e ocupação do solo, e incentivou a expansão das novas demandas comerciais e de serviços de forma linear, ao longo dos eixos denominados estruturais. Esse processo será analisado posteriormente.

convergentes³⁷. Ao considerar que esta área encerra o núcleo histórico a partir do qual a cidade de Curitiba se expandiu, e a mais importante centralidade funcional do qual irradiam as economias dessa cidade e da própria metrópole, é possível constatar, também, o impacto do desdobramento do processo de metropolização sobre suas estruturas espaciais.

Toda a rede integrada e não integrada de transporte converge ao centro, com desembarque em ruas e praças da área central, transformando espaços públicos de convivência em áreas de transbordo. (MAPA 03). Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba, (IPPUC, 2008), a área central recebe atualmente o impacto diário de aproximadamente 450 mil usuários, o equivalente a mais de dez vezes a população do bairro Centro, de aproximadamente 33 mil habitantes. Somados ao impacto do transporte individual, que ocorre através de grandes corredores de escoamento, como as vias rápidas dos setores estruturais, vias setoriais e sistemas binários de tráfego, acentuam-se os problemas de congestionamento e de ordem ambiental na área central, decorrentes da concentração metropolitana.

Há atividades que claramente migraram do centro, a exemplo daquelas ligadas a administração pública, que se concentram atualmente no Centro Cívico, e atividades de lazer enobrecidas, como casas noturnas e restaurantes, que migraram para o bairro Batel. É clara, ainda, a tendência de distanciamento do centro quando se trata do uso residencial. Entre as décadas de 1970 a 2000, reduziu-se em aproximadamente 4,5 mil habitantes a população absoluta do bairro Centro, com taxas de crescimento negativas a partir da década de 1990, iniciando o século XXI com uma taxa de -2,33%. Esse número é ainda mais relevante no bairro São Francisco, que no período entre 1996 e 2000 apresentou uma taxa de crescimento anual de -3,66%, enquanto Curitiba apresentava uma taxa de 1,83%. (IPPUC, 2010). Contudo, a densidade do bairro Centro manteve-se, e mantém-se, a mais elevada do município, na proporção 98,95 hab/ha em 2008, em função da verticalização predominante.

³⁷ Recuperam-se aqui os conceitos de posições e trajetórias politicamente reguladas, como unidades estruturais recíprocas e definidoras de um “percurso estrutural”, que consiste no processo que origina as formas espaciais urbanas. As trajetórias, desenhadas pelos agentes envolvidos, geram impactos visíveis no espaço urbano, seja na forma de disposição das construções, como nas diversas funções que assumem os espaços ocupados. Essa discussão é apresentada no capítulo 2.

No entanto, a constatação que emerge da leitura dos dados censitários publicados pelo IPPUC, e que apontam na direção de um progressivo esvaziamento populacional da área central de Curitiba, devem ser avaliados com cuidado. A ocupação dos domicílios da área central por grupo de moradores cada vez menores reflete também mudanças na composição média das famílias (queda que vem ocorrendo nas taxas de fecundidade do país como um todo), assim como características de uma estrutura etária com concentração nos estratos correspondentes à idade adulta.

Observa-se claramente a crescente participação de adultos, e idosos, no conjunto de moradores locais, tendo o bairro Centro e o São Francisco as maiores médias de idade do município, 35 e 37 anos. (IPPUC, 2010). Percebe-se também o aumento de pessoas que moram sozinhas, em detrimento de unidades familiares mais numerosas, em particular de famílias com filhos em idade escolar, conclusão possível na análise das pirâmides etárias por bairro, cuja base, que representa os estratos correspondentes à idade infanto-juvenil, é consideravelmente menor. (GRÁFICO 01 e 02).

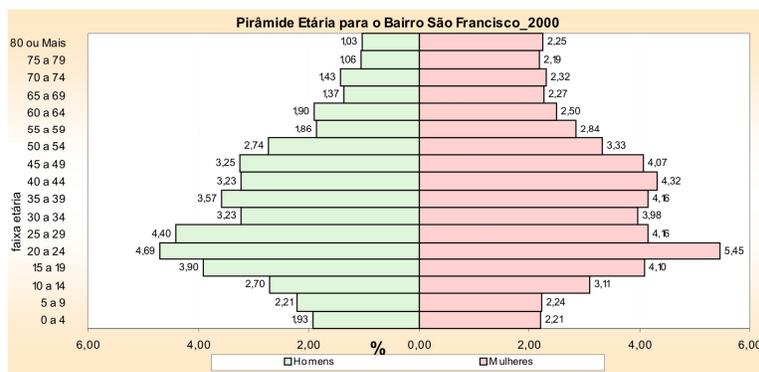
GRÁFICO 01 - Pirâmide etária do bairro Centro de Curitiba - 2000



FONTE: IPPUC 2010

NOTA: IBGE - Dados do Censo Demográfico 2000

GRÁFICO 02 - Pirâmide etária do bairro São Francisco de Curitiba - 2000



FONTE: IPPUC 2010

NOTA: IBGE - Dados do Censo Demográfico 2000

Isto prova que o centro não deixou de ser atrativo, mas apenas que está deixando de ser um lugar adequado para se “criar família”. A degradação da área central é, contudo, constatável por edifícios abandonados ou subutilizados, tanto de uso residencial como de comércio e serviços, que pela falta de manutenção e o mau estado de conservação afetam a imagem da área central, contribuindo para uma visão decadente de algumas de suas áreas. (FIGURA 15 e 16) Entretanto, apropriada pelo poder público como uma realidade a ser revertida, o “esvaziamento” é utilizado sobre a ótica do discurso social em intervenções que objetivam o enobrecimento do centro.



FIGURA 15 – Edificações em mau estado de conservação na esquina entre as ruas 13 de maio e Riachuelo

FONTE: A AUTORA/2010



FIGURA 16 – Edificações em mau estado de conservação na Rua Trajano Reis

FONTE: A AUTORA/2010

O esvaziamento e a imagem de degradação têm sido associados à fixação de um espaço de atividades do terciário “popular”, em contraste com as atividades “nobres”³⁸ do comércio e dos serviços metropolitanos que abandonam a área central. Trata-se, então, da preocupação do poder público com o abandono das classes médias e altas, já que as classes populares continuam a ocupar este espaço, seja através do mercado informal, atividades terciárias populares ou da ocupação de edifícios em forma de mocós e cortiços. (MAPA 03). Esse discurso pode ser percebido no Plano Regional Matriz (IPPUC, 2008) que ao se referir a degradação do cenário do centro e a perda da população residente afirma:

No atual estágio de crescimento há uma evidente desproporção entre o espaço construído do centro [...] assinalando um futuro preocupante se não forem desenvolvidas políticas e diretrizes que desconcentrem a dinâmica das funções urbanas da área central, com ênfase aos aspectos de mobilidade e da renovação física e funcional de áreas degradadas, que apresentam perda histórica da população residente, bolsões de estagnação econômica e de violência urbana. O cenário atual, revela a apropriação dos espaços e usos comerciais, antes muito diversificados e de bom padrão, por usos de caráter predominantemente popular, às vezes informais, que refletem a adequação da área central às novas demandas metropolitanas. (IPPUC, 2008, p. 08)³⁹.

Mesmo com a redução de inversões públicas na área com a transferência de investimentos para as novas centralidades propostas a partir de 1970, no entorno das vias estruturais, a área central não deixou de ser atraente para investimentos imobiliários. Apresenta os maiores preços por m² de Curitiba, assim como a manutenção da propriedade como reserva de mercado a fins de especulação. O preço da terra e os valores médios de aluguel e de condomínio apresentam variações na área central, mas de regra geral, são compatíveis apenas com o padrão de rendimento das famílias de classe média, exigindo uma renda domiciliar média de 10 a 15 salários mínimos no bairro Centro, e 15 a 20 salários mínimos no São Francisco. (IPPUC, 2010). Esta dinâmica do mercado imobiliário realimenta o processo de deterioração, ao expulsar atividades devido o elevado preço da terra e conseqüentemente de impostos.

³⁸ Restaurantes, casas noturnas, lojas de maior poder aquisitivo, e serviços considerados de luxo, como design, estética, migram cada vez mais em direção ao bairro Batel

³⁹ Grifo da autora

De maneira geral, a atratibilidade da área central é comprovada pela acentuada ação do mercado imobiliário, e a composição do mais importante e ainda diversificado núcleo de comércio e serviços da metrópole, que a caracterizam como o principal suporte econômico de Curitiba e Região Metropolitana. Esta atuação polarizadora confirma a intensa dinâmica que a caracteriza, ao mesmo tempo em que permite identificar um uso efetivo do espaço especialmente no horário comercial. No período noturno, e durante os finais de semana, há uma redução de circulação de pessoas, com o uso majoritário de atividades comerciais. A partir disso, é possível concluir que esta área passa a ser vivenciada principalmente como um local de permanência limitada, como espaço subutilizado nos períodos não comerciais, influenciando a idéia de que o centro é um lugar vazio. Concomitantemente a este idéia, gera-se a sensação de insegurança e medo, pela falta de “olhos da rua” (JACOBS, 2000), o que reduz ainda mais a circulação e a possibilidade de ocupação de atividades de uso 24 horas. (FIGURA 17).



FIGURA 17 – Praça Santos Andrade após as 20:00 hrs

FONTE: A AUTORA/2010

É válido destacar que a produção do espaço da área central de Curitiba e sua transformação acompanharam, e acompanham as ações do planejamento urbano. Planejamento e gestão do espaço urbano, que serão apresentados na sequência, e as múltiplas relações que nele ocorrem são, portanto, variáveis importantes para o entendimento ou interpretação do processo de produção da cidade. Eles expressam uma "lógica política" que atua no sentido de impor direcionamentos objetivos à lógica de mercado, consoante a visão que se tem de interesse público. Enquanto tal, tanto podem reforçar quanto refutar tendências que se revelam dominantes na decisão dos agentes privados quanto à apropriação e uso do solo urbano. (SOUZA; CARNEIRO, 2003).

Posto estas considerações, a análise a seguir se propõem a compreender a formação inicial da cidade junto ao processo de ordenação urbana, e investigar as propostas de renovação desta área, através da atuação do poder público na produção e gestão do espaço urbano.

6.1 PLANEJAMENTO URBANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ÁREA URBANA CENTRAL

A motivação econômica que determinou as primeiras incursões ao território paranaense tinha como propósito a procura e a exploração do ouro. A escala desta produção no século XVII na região, contudo, não causou reflexos significativos na economia nacional, como aconteceu em outras regiões do país, mas as características favoráveis do relevo do planalto curitibano colaboraram para a consolidação do assentamento, que em 1693 foi elevado à categoria de vila com o nome Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

A Curitiba colonial não teve grande expressão, ocupada sem intervenção direta da coroa portuguesa, na fase da política urbanizadora de Pombal (ação fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território brasileiro). A visita do ouvidor Rafael Pires Pardini, em 1721, instruiu a Câmara sobre a administração do município, e neste período a fisionomia urbana do núcleo inicial apresentava as mesmas características gerais de implantação de núcleos de igual porte, concebidos na tradição portuguesa de planejamento: a praça como elemento central da malha urbana (hoje Praça Tiradentes), onde se localizava o pelourinho, e o entorno dominado pela Igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. A partir da praça se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana, num arruamento que procurava evitar grandes declives, adaptado às condições topográficas do local. (IPPUC, 1970; TEIXEIRA, 2000).

O perímetro urbano ao longo do século XVIII reduziu-se ao entorno do Largo da Matriz (Praça Tiradentes), composto de ruas estreitas e lotes profundos cujas frentes eram ocupadas por fachadas construídas de acordo com o mesmo traçado. Estas ruas se alargavam em frente às Igrejas, a exemplo do Largo da Ordem, e da praça fronteira ao Rosário. Contudo, da produção arquitetônica do período colonial, sobreviveu apenas a Casa Romário Martins, sendo o restante das edificações substituídas a partir do século XIX, com a influência dos imigrantes europeus. (FIGURA 18).



FIGURA 18 – Casa Romário Martins

FONTE: A AUTORA/2010

O desenvolvimento advindo do comércio de gado, com a passagem de Tropeiros pela região, e posteriormente a exportação de erva-mate, possibilitou um novo e importante ciclo de desenvolvimento econômico e urbano em Curitiba. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a Vila de Curitiba passou a receber imigrantes⁴⁰ cujos assentamentos em torno da cidade assumiram tal importância que a paisagem urbana influenciou-se decisivamente por suas tradições culturais. O núcleo central primitivo, embora reduzido, representava a única alternativa estruturada, onde as relações de troca, de prestação de serviços e de comércio podiam ocorrer. O esquema básico das vias centrais era composto pelos eixos comerciais, da Rua XV e da Marechal Deodoro, e por um eixo cívico/institucional, a Rua Barão do Rio Branco, que terminava no edifício da Rede Ferroviária, de onde partia a via férrea em direção ao litoral.

Desde o século XIX, mesmo com a proliferação de colônias que posteriormente passaram a definir bairros e cidades da Região Metropolitana de Curitiba, o fator de polarização que o centro exercia sobre sua periferia já era determinante na estruturação urbana. A lacuna que a paisagem oferecia aos poucos foi sendo ocupada, surgindo moradias e entrepostos comerciais, na extensão dos caminhos que uniam o centro às colônias, resultando em conjuntos de edificações que seguiam padrões arquitetônicos e construtivos identificáveis com a cultura dos imigrantes locais. (FIGURA 19).

⁴⁰ Os imigrantes eram, em sua maioria, oriundos de regiões rurais da Europa, caso dos italianos, ucranianos, poloneses e silesianos. Tais grupos assentaram-se principalmente em áreas rurais mais periféricas, ao mesmo tempo em que menores grupos de cultura urbana, como os alemães, franceses, suíços, árabes e os próprios portugueses e seus descendentes, fixaram domicílio e atividades comerciais e industriais dentro do perímetro urbano.

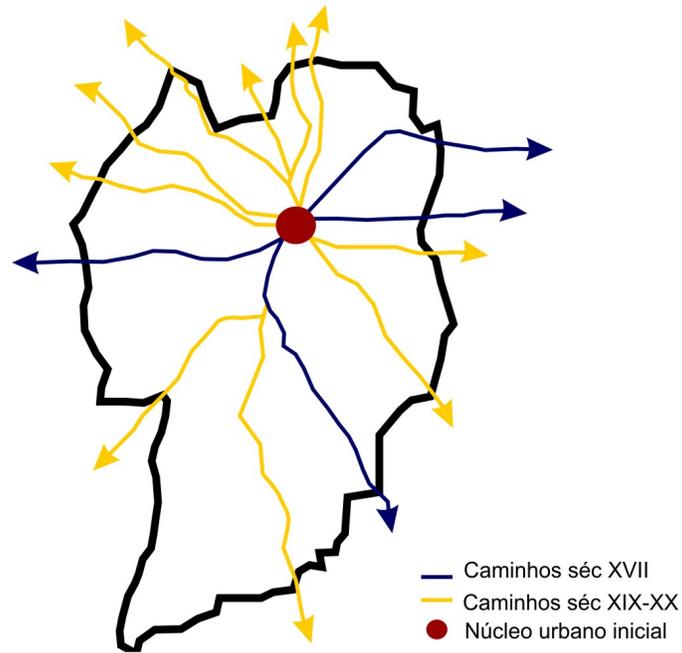


FIGURA 19 – Caminhos entre o núcleo urbano inicial e as colônias/ configuração viária até o início do século XX

FONTE: IPPUC (2004). Trabalhado pela autora.

Elevada à categoria de cidade em 1842, as primeiras ações de controle do uso do solo urbano em Curitiba ocorreram neste período, na iminência de tornar-se a capital da nova província. Em 1855 foi realizada a retificação de ruas tornando a malha viária ortogonal, pelo engenheiro francês Pierre de Taulois. Em 1895, com o aumento da população e mudanças no cenário urbano foi elaborado o primeiro Código de Posturas, com a finalidade de encontrar meios para “manter a ordem” da cidade (MENEZES, 2001 *apud* SIVIERO, 2005). No início do século XX, em 1903, iniciou-se o processo de hierarquização de usos, definindo áreas de especialização das atividades urbanas e determinados padrões construtivos, e em 1919, com a proeminência de automóveis, teve-se a elaboração de um novo código de posturas, dando ênfase a circulação de veículos, sinalização e estacionamento.

A área central foi, neste período, o cenário para grandes transformações urbanas e arquitetônicas, culminando por estabelecer os primeiros referenciais da nova paisagem construída, tanto em seu aspecto simbólico quanto na definição de usos. Alguns destes referenciais foram os edifícios Moreira Garcez, Universidade Federal do Paraná, Câmara Municipal, Palácio do Governo, Paço Municipal, edifício da RFFSA (estação

ferroviária), e os espaços do Passeio Público, ao norte, e da Praça Eufrásio Corrêa, ao sul. (IPPUC, 2004).

Contudo, a história formal do planejamento urbano de Curitiba teve início efetivamente em 1943, com a elaboração de um plano urbanístico executado pelo arquiteto francês Alfred Agache. O Plano Agache, de concepção radiocêntrica, estabelecia um sistema viário hierarquizado, mediante avenidas radiais e perimetrais, definia um zoneamento com setores funcionalmente especializados e implementava uma série de medidas de saneamento, da criação de novos parques com a finalidade de represamento de rios até cuidados com a infraestrutura, drenagem e normatização de aspectos construtivos. A estratégia, contudo, ultrapassava as questões higiênico-funcionais, com uma clara preocupação estética e com a monumentalidade, buscando afastar da área central tudo o que interferisse negativamente na imagem da cidade.

A total execução do Plano Agache não se viabilizou ao longo do tempo, por fatores de ordem jurídica, política e econômica que dificultaram o detalhamento de todas as diretrizes propostas. Mesmo assim, a paisagem da cidade foi profundamente marcada pelas intervenções do Plano, que previu preliminarmente a criação de novas centralidades, contribuindo para as transformações das funções da área central. (FIGURA 20). Cada uma destas novas centralidades caracterizou-se por uma função específica: desde o atual Centro Cívico, relocando as funções de ordem administrativas, ao Bairro Rebouças, onde a princípio estava definida a área industrial; do Parque Lagoa, atual Barigüi e espaço de lazer, à área esportiva do Tarumã; da Cidade Universitária, atual Centro Politécnico da UFPR, à Área militar, atual Quartel do Bacacheri.

Provavelmente, a atuação do poder público em termos de política urbana que mais impactou e transformou a paisagem de Curitiba foi a elaboração do Plano Diretor de 1965, a fase mais conhecida do planejamento urbano da cidade. Partindo de um plano preliminar de urbanismo elaborado pela empresa Serete Engenharia S.A. contou com a institucionalização do planejamento urbano através da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1966 (OLIVEIRA, 2000).

O Plano Diretor de 1966, que ainda constitui a base da orientação territorial curitibana, alterou a estrutura radial e concêntrica da cidade, propondo um Centro Linear que, progressivamente, levava em direção aos bairros todas as atividades até então restritas à área central. O zoneamento foi utilizado para redirecionar a ocupação

tradicional do solo. A Lei n.º 2.828, de 1966, na seção referente ao Zoneamento do Solo Urbano, disciplinou a Zona Central, com o objetivo claro de limitar o seu crescimento, e estabeleceu os Setores Estruturais para a expansão linear da cidade. A partir dos setores lineares principais, definidos pelos “trinários” estruturais e por binários que os interligam entre si, estabeleceu-se a hierarquia do Sistema Viário Básico, criando alternativas de deslocamento não mais dependentes da área central. (IPPUC, 2004).

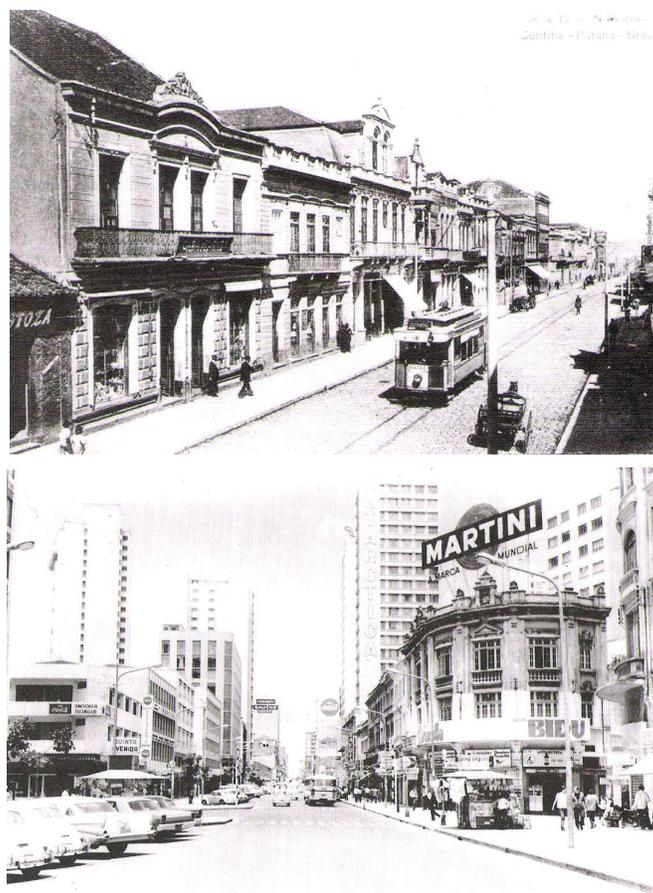


FIGURA 20 – Modificação da paisagem da Rua XV de novembro com o início da verticalização da área central (década de 1910 e 1960)

FONTE: BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS (2006)

Até meados de 1960, o crescimento populacional de Curitiba caracterizou-se pelo extravasamento de seu núcleo tradicional, tendo a mancha urbana um alcance de 7,5 km no entorno do bairro Centro. Pequenos núcleos correspondentes aos sítios urbanos de Araucária, São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo e Almirante Tamandaré, não se conectavam espacialmente com esta mancha. (PEREIRA e SILVA, 2008). Contudo, a aprovação do Plano Diretor, marcou o início da expansão do centro de Curitiba ao longo dos Eixos Estruturais, e o início de um dinâmico processo de

periferização, especialmente na direção a nordeste e sudeste de Curitiba, consolidando a conurbação do pólo com os demais municípios, bem como a expansão da ocupação da porção sul da cidade, em direção aos municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande. Segundo Pereira e Silva (2008), o processo de periferização, que ultrapassou os limites territoriais de Curitiba, entre outras características, foi marcado por uma nova forma de organização do mercado imobiliário. (FIGURA 21).

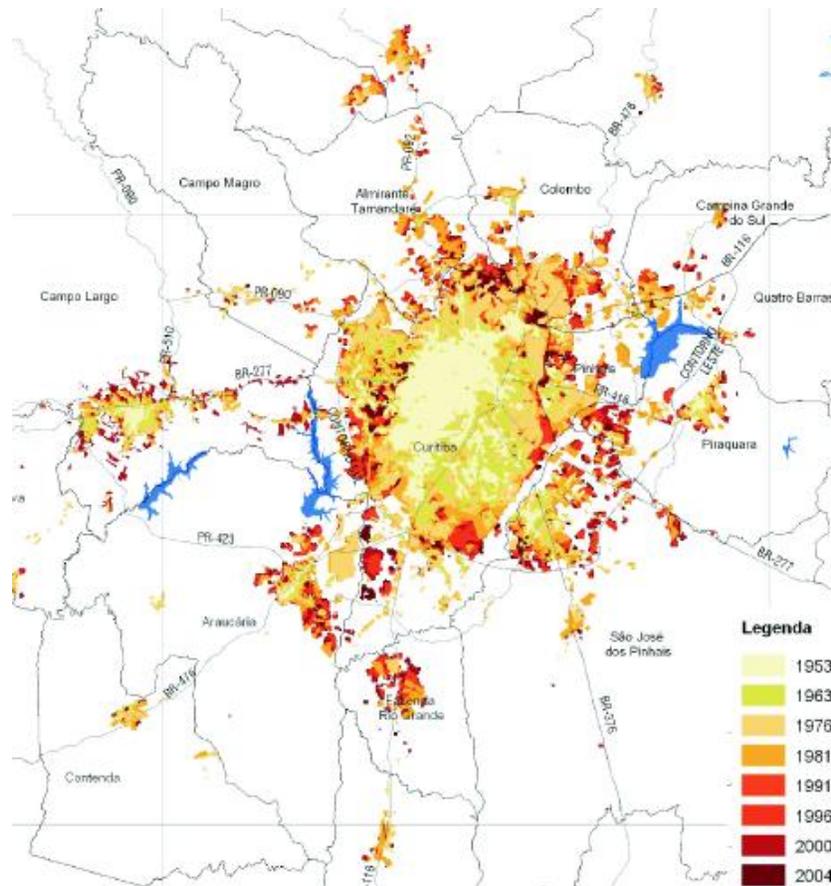


FIGURA 21 – Evolução da ocupação da rmc a partir da década de 1950

FONTE: COMEC (2006)

Se o Plano Agache criou as primeiras centralidades funcionais concorrentes e complementares ao Centro, o Plano Diretor promoveu a expansão e proliferação de centralidades secundárias, tornando-as novas frentes de investimento e valorização da terra nos novos eixos estruturais, diminuindo as inversões públicas na área central. Em função do incentivo para ocupação e adensamento através da lei de zoneamento, a maior parte dos empreendimentos imobiliários passou a se desenvolver de forma linear, configurando uma paisagem marcada pelos eixos estruturais, internacionalmente reconhecida. (FIGURA 22).



FIGURA 22 – Paisagem verticalizada de forma linear

FONTE: www.curitiba.pr.gov.br

Ainda em relação ao ordenamento urbano, a área central passou por transformações bastante significativas no que diz respeito ao transporte e ao deslocamento a partir da década de 1970. Apesar de concentrar os principais terminais de transporte coletivo de Curitiba, o que ainda o configura como ponto de ligação e distribuição com os demais bairros, essa área passou por um processo de pedestrianização. Esse processo trouxe a transformação de algumas das principais vias de trânsito de veículos em ruas de uso exclusivo de pedestres (OLIVEIRA, 2000 *apud* SIVIERO, 2005), ocorrendo especialmente no centro tradicional da cidade, com destaque para Rua XV de Novembro.

Tal medida fazia parte da diretriz do Plano Serete de pedestrianizar a região central da cidade. No ano de 1971, o Decreto nº 1.160, posteriormente substituído pelo Decreto nº 185/2000, delimitou o Setor Histórico de Curitiba, transformando o Largo da Ordem numa via também pedestrianizada. Cabe salientar que a proteção do patrimônio cultural edificado em Curitiba, se restringiu à lei de zoneamento e desapropriação de unidades para orientar o uso urbano da área delimitada, sendo a legislação incidente no Setor Histórico independente de leis de tombamento.

Assim, as medidas de preservação do Setor Histórico, restritas aos instrumentos indiretos, mediante alvarás de construção e reforma oferecidos pelo Departamento de Urbanismo em que o IPPUC era consultado, foram direcionadas pelo Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba de 1970. O Decreto nº 1.160/71 definiu que projetos e obras desenvolvidas no setor, de iniciativas públicas ou privadas, deveriam obedecer às diretrizes do Plano em questão.

O Plano de Revitalização do Setor Histórico justificou-se pela estagnação presente no núcleo tradicional, decorrente do crescimento do centro comercial na direção sul do bairro Centro. Desta forma, viu-se a possibilidade de substituição do tipo de comércio do núcleo tradicional, de maneira que as medidas de salvaguarda patrimonial se complementassem com medidas de revitalização de uso. O Plano, neste sentido, assume como partido da revitalização:

A preservação se efetivará de fato no momento em que passar a significar um investimento compensador. Nesse sentido este Plano vê a possibilidade de transformação da área em um centro que concentre equipamentos de cultura e determinadas atividades comerciais, ambos significativos como atração turística, e capazes de uma revitalização da área. (IPPUC, 1970, p. 32)

Neste momento é percebida a primeira iniciativa relevante de fomentação de centralidade cultural, frente aos objetivos do Plano de Revitalização do SH. Este Plano definiu como proposição principal a transformação do núcleo inicial urbano em centro turístico-cultural da cidade, definindo medidas urbanísticas de zoneamento direcionadas aos usos de atração cultural, na promoção de incentivos a atividades comerciais mais de interesse do turista que da população local, como: restaurantes típicos, lojas de antiguidades e *souvenirs*, galerias e *ateliers* de arte, etc. (IPPUC, 1970). É deste Plano a medida de transferência da feira de artesanato aos sábados da Praça Zacarias para o Setor Histórico, que atualmente se realiza aos domingos, e caracteriza uma das principais atividades recreativas e culturais da cidade. (FIGURA 23).



FIGURA 23 – ‘Feirinha do Largo da Ordem’

FONTE: A AUTORA/2007

Para dar forma e alimentar o processo de transformação pretendida, foi criada a Fundação Cultural de Curitiba (FCC), que passou a ser responsável pela política cultural da cidade (MENEZES, 2001 *apud* SIVIERO, 2005), e um dos principais responsáveis pela ocupação e determinação de usos para o patrimônio cultural edificado. A FCC fomentou ainda mais o direcionamento de usos ditos culturais (como museus, salas de concertos, galerias de arte, etc.) na ocupação do Setor Histórico.

A questão da preservação do patrimônio em Curitiba permaneceu interna aos processos de transformação da cidade. Isso parece explicar o fato de outras áreas de interesse patrimonial, inclusive tombadas e próximas à área delimitada como Setor Histórico, permanecerem excluídas desta delimitação constituindo diferentes setores especiais de preservação: a paisagem urbana do trecho da Praça Osório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade (inscrita no livro do tomo em 1974); Praça Eufrásio Corrêa (1986); Conjunto urbano da Rua Comendador Araújo, no trecho compreendido entre a Rua Desembargador Motta e a Rua Benjamin Lins (2004); Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo (decreto n° 186/2000); Setor Especial de Preservação da Paisagem Ferroviária (decreto n° 1033/2000); entre outros. É relevante a presença de edifícios tombados por seu valor histórico-cultural que não se encontram inseridos em nenhuma área de interesse patrimonial, assim como a presença de áreas de concentração de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs), que se revelam objetos culturais isolados na paisagem, sem preocupação com a influência do entorno imediato. (MAPA 01).

Outro fator com relação ao patrimônio cultural edificado que cabe destacar é a discrepância entre o que é institucionalizado e o que é considerado Centro Histórico. O Mapa Turístico de Curitiba, elaborado pelo Instituto Municipal de Turismo e Prefeitura Municipal, define este setor de forma muito mais abrangente que a lei de zoneamento, inclusive mais próximo da abrangência real de áreas de interesse patrimonial.

Curitiba chegou à década de 1980 com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes. Nesta mesma década a cidade produziu um amplo diagnóstico, utilizando como ferramenta de planejamento o PMDU (Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano) que propôs diretrizes para um modelo de desenvolvimento a partir da criação de centros secundários. Estes centros secundários serviram de referência para a implantação das Administrações Regionais em 1986 (IPPUC, 2004),

ao mesmo tempo em que propiciaram mais uma vez a diluição da noção de centro principal, sendo um dos responsáveis pela aceleração da degradação da área central.

A preocupação com a degradação do patrimônio cultural neste período, contou com uma das legislações mais inovadoras de Curitiba. No ano de 1982, o IPPUC propôs a criação de um instrumento destinado à preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da cidade, que se estabeleceu por meio da Lei 6.337 (Lei do Solo Criado). A lei instituiu a possibilidade de transferência de potencial construído em edificações de valor histórico, cultural ou arquitetônico, para outra área da cidade, desde que o patrimônio fosse preservado. Também foram concedidos incentivos para a preservação de imóveis de valor cultural histórico e arquitetônico, através da autorização para se construir na área remanescente do lote acima dos índices construtivos previstos pela legislação em vigor.

A concessão desses incentivos contribuiu para iniciativas de restauração e reciclagens de edificações de valor cultural de Curitiba. Nos imóveis considerados como Unidades de Interesse Especial de Preservação⁴¹, com a venda de cotas de restauro, adquiridas para acréscimos de construção, edificações importantes do Centro foram restauradas, como a Catedral Basílica de Curitiba, o edifício central da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Capela do Colégio Santa Maria, entre outros. Já o incentivo fiscal previu desconto no IPTU aos proprietários dos imóveis que investissem em sua preservação, sendo o desconto calculado conforme o grau de preservação e uso constatados. Entretanto, é possível afirmar que ainda persiste o problema da degradação de muitas edificações. Constata-se que muitas áreas de interesse histórico coincidem com as áreas consideradas mais degradadas, como é o caso de trechos da Rua Riachuelo, de grande importância histórica. (MAPA 01).

⁴¹ Outras Unidades de Interesse de Preservação (UIP's) existentes no Centro são: o Paço Municipal; a Galeria Haessler e o Hotel Jonsher (no Eixo Barão-Riachuelo); o Edifício Moreira Garcez, Palácio Avendida, Correio Antigo, e o Teatro Guaíra (na Rua XV de Novembro).

MAPA 01 - LOCAIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

A partir da década de 1990 e 2000, o crescimento acelerado da cidade, o aumento da população, e as novas diretrizes do Estatuto da Cidade, levaram Curitiba a rever e discutir uma nova lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (Lei 9.800 do ano de 2000). Para se estimular o uso residencial na área central, ampliar espaços de passeio para pedestres e considerando a pouca oferta de vagas em estacionamento no seu entorno, foram instituídos, através do decreto nº 184/00, incentivos para galerias comerciais e edifícios de habitação coletiva e condições para implantação de estacionamentos privativos ou coletivos.

Essas medidas legais instituídas na área central denotam a preocupação por parte do poder público, assim como dos agentes imobiliários, com a possibilidade de degradação da área, e conseqüentemente a perda do seu valor de troca. Percebe-se então, através das ações de planejamento urbano, que a definição de novas frentes imobiliárias concorrentes à área central acompanhou iniciativas para sua renovação. Contudo, a atuação do poder público na produção deste espaço urbano tem se caracterizado nas últimas duas décadas por intervenções de caráter pontual e por opções claramente gentrificadoras, não abrangendo as relações dinâmicas do centro, e de maneira geral ignorando questões de caráter social intrínsecos à ocupação da área. (FIGURA 24).

Dentre as iniciativas empreendidas pela prefeitura e pelo projeto Centro Vivo, de iniciativa da Associação Comercial do Paraná (ACP), desde a década de 1980 destacam-se: Cuore da Cidade, de 1984, propondo modificações na Rua XV de Novembro e Rua Barão do Rio Branco; Cores da Cidade, de 1995, com ações de revitalização de fachadas ao longo da Rua Riachuelo e Praça Generoso Marques; Revivendo Curitiba, de 1997, que propôs novamente alterações na Rua XV de Novembro e Rua Comendador Araújo.



FIGURA 24 – Paço da Liberdade restaurado
 FONTE: A AUTORA/2010

É, contudo, nas intervenções mais recentes que se explicita a vontade do poder público em atrair as classes de maior poder aquisitivo para o centro, assim como a falta de integração das políticas urbanas do IPPUC. Em entrevista cedida à Piva (2010), um gestor público, arquiteto do IPPUC, afirma que o instituto é um órgão planejador vivo que não age academicamente, mas sim sob situações reais. A esta afirmação se refere que os diversos projetos, assumidamente não integrados, não necessitam de diagnóstico, mas pela experiência do órgão se definem pela “percepção do olhar”. Segundo o gestor, o diagnóstico é desnecessário, pois as deficiências na paisagem urbana, problemas de iluminação, poluição visual, e especialmente as de público que frequenta esta área são óbvias e visíveis:

Quando as pessoas de bem param de trabalhar às 7 horas e voltam para as suas casas, o centro fica vazio e entra um outro povo, o povo da noite [se refere às prostitutas, travestis, usuários de drogas e marginais]. A nossa idéia é fazer uma série de intervenções no centro naquelas áreas mais degradadas, começando pela Riachuelo. (GESTOR PÚBLICO *apud* PIVA, 2010)⁴².

O gestor público acrescenta que o grande problema do centro é que, ao se tornar o maior ponto de ingresso em Curitiba por concentrar grande parte dos terminais de ônibus intra-urbanos, essa zona concentra a população da região metropolitana, que é de classe média baixa. O arquiteto, então, reforça que a degradação do centro está

⁴² Grifo da autora

vinculada a circulação de pessoas da classe C, que acabam por atrair um comércio de baixo padrão na área central, expulsando a classe A (que compra no bairro Batel ou nos *shopping centers*). Segundo o gestor público, o objetivo do instituto através de ações pontuais, como a recuperação da Riachuelo, Rua São Francisco (que se pretende tornar uma área enobrecida de restaurantes), a revitalização do Paço da Liberdade (projeto que integra o Centro Vivo em parceria com a Federação do Comércio do Paraná) é trazer uma clientela diferenciada para a área. (PIVA, 2010).

Segundo Piva (2010), Omar Akel, arquiteto do IPPUC, ao comentar sobre a revitalização da Rua Riachuelo, fala em uma "domesticação" do centro. Essa "moralização" consiste em fazer um shopping cultural a céu aberto na área, cuja atração das classes A e B depende da expulsão da população marginal, usuários de drogas, prostitutas e travestis. Essa opção, claramente gentrificadora, além de eximir o poder público da responsabilidade de inclusão social dos grupos marginais, conclui-se numa revitalização da ocupação e dos ocupantes da área central, removendo suas "deficiências" por meio de policiamento e câmeras de segurança.

A prática de inserção de câmeras de segurança, acreditada como um avanço na política urbana que contribui para a diminuição de incidências criminais, nada mais é que uma política de cunho controlador de intervenção no ambiente. A promessa de redução da criminalidade restringe, em princípio, o gozo de liberdades constitucionais, a exemplo do direito a intimidade daqueles que não dispõem de uma moradia nas áreas vigiadas. (CASTRO, 2006). Em Curitiba, a instalação de câmeras de monitoramento já se deu em áreas como a Rua XV de novembro, Terminal Guadalupe, Praça Tiradentes, Rua Marechal Deodoro, entre outros.

Segundo Castro (2006), essa prática, muito atraente a primeira vista, pode resultar em risco e opressão, e já é reconhecidamente impotente na mudança da realidade caótica de violência, criando grupos de risco que devem ser reprimidos e controlados pelo Estado, a fim de que a ordem urbana seja mantida em sua integridade. Essa intolerância a grupos marginalizados, portanto, passa a ser legitimada pelos discursos de urgentíssima segurança e de manutenção da ordem pública.

A estratégia dessas intervenções também se utiliza largamente do discurso de preservação patrimonial para justificar o que poderia ser qualificado como tentativa de gentrificação da área central. Parece quase um retrocesso o programa básico dos

empreendimentos nesta área serem a associação entre museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e espaços de compra, frente às vastas discussões de reabilitação de áreas centrais, especialmente pelo Ministério das Cidades. Inclusive, a área central já é a área que mais concentra estas atividades culturais em Curitiba. Os gestores públicos encontraram mais uma vez na cultura uma alternativa para camuflar suas responsabilidades econômicas e sociais por meio das atividades lúdico-culturais, fomentando a expansão da centralidade cultural, anteriormente concentrada no Setor Histórico.

Os procedimentos de valorização do patrimônio da área central de Curitiba, em termos de valor de uso, estão acompanhando sua apropriação econômica, valorizando simultaneamente seu valor de troca. Esse valor atribuído aos bens históricos faz parte do que se pode chamar de patrimônio turístico de uma localidade e que, na sua apropriação, podem se transformar em produtos de considerável potencial de comercialização. (DIAS, 2003 *apud* SIVIERO, 2005).

Ainda é cedo para afirmar as conseqüências das ações em realização na área central. Contudo, é possível especular o aumento da atuação do mercado imobiliário nestas áreas de intervenção, e a conseqüente expulsão de comerciantes do terciário popular e dos moradores de cortiços que nestas se concentram, como a Riachuelo, Barão do Rio Branco, entre outras. Dessas intervenções propostas para as áreas de interesse patrimonial na área central poderão resultar mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, para uma concepção que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares.

6.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA ÁREA URBANA CENTRAL DE CURITIBA

Como já afirmado, a área central de Curitiba se caracteriza por ser o principal cenário das grandes transformações urbanas e arquitetônicas da cidade, estabelecendo, então, os principais referenciais da paisagem construída, especialmente em seu aspecto simbólico. Embora a arquitetura de maior interesse das áreas patrimoniais não comporte obras primas, o fator de polarização exercido por este espaço, se mantém determinante na estruturação urbana, apresentando uma morfologia característica do seu processo de ocupação.

Segundo Pesserl (2005), a área central apresenta quatro grupos de tipologias arquitetônicas relacionadas aos diferentes períodos históricos. O primeiro grupo é formado por uma arquitetura colonial e neoclássica (IPPUC, 1970), apresentando poucos exemplares, a maioria encontrada no Setor Histórico. As edificações remanescentes abrigam essencialmente usos culturais ou usos privados de caráter público, como bares, casas noturnas, restaurantes. Estas edificações possuem um ou dois pavimentos e não são utilizadas, em geral, para habitação.

Este grupo tipológico identifica um primeiro setor de bens patrimoniais, caracterizado principalmente pelo Largo da Ordem, cujo nome oficial é, desde 1917, Largo Coronel Enéas, em homenagem ao coronel Benedito Enéas de Paula. Nele destacam-se três edificações de uso cultural: a Casa Romário Martins, a Igreja da Ordem III de São Francisco de Chagas e o Palacete Wolf. (FIGURA 25). É importante destacar que a feição original das edificações do núcleo tradicional foi altamente modificada devido à reforma que passaram no século XIX, com a instalação nos arredores da cidade de colônias de imigrantes. Neste setor identificado, permaneceu a estrutura urbana, mas modificou-se a arquitetura, ao gosto da população imigrada. (SIVIERO, 2005; IPPUC, 1970).



FIGURA 25 – Setor histórico/edificações de arquitetura colonial e neoclássica (à esquerda o palacete Wolf)

FONTE: A AUTORA/2010

O segundo grupo tipológico data do final do século XIX e tem como característica arquitetônica o estilo eclético, com no máximo dois pavimentos e pé direito elevado. A mudança do partido arquitetônico deste período foi influenciada também pelas exigências da Municipalidade, que a partir de 1861 impôs um pé direito

mínimo de 20 palmos⁴³. (IPPUC, 1970). A maior parte dos exemplares dessa tipologia é encontrada nas ruas Barão do Rio Branco, XV de Novembro e São Francisco. (FIGURA 26). Estas construções abrigam atualmente comércio no primeiro pavimento, e geralmente depósitos ou serviços nos pavimentos superiores. Mesmo quando o uso residencial ocorre nos andares superiores nas edificações de uso misto, este não é percebido claramente, já que no nível da rua o comércio é o uso mais marcante.



FIGURA 26 - Edificações de estilo eclético na Rua São Francisco

FONTE: A AUTORA/2010

Este grupo tipológico identifica um segundo setor de bens patrimoniais, localizado essencialmente nas imediações da Antiga Estação Ferroviária, destacando-se a Praça Eufrásio Correia e a edificação desta estação⁴⁴. A Praça Eufrásio Correia data do final do século XIX com o desenvolvimento da área urbana ao sul da atual Rua XV de Novembro, como núcleo dinamizador da cidade, a partir da construção da Estação Ferroviária (CPC, 2010). A inauguração da ferrovia, em 1885, que unia Curitiba ao porto de Paranaguá, contribuiu decisivamente para a transformação do entorno, que foi sendo ocupado por instalações industriais e de comércio exportador, arquitetura encontrada no bairro Rebouças.

Com a dinamização da área, não apenas por atividades econômicas, mas pela movimentação de passageiros, a Praça Eufrásio Correia assumiu o papel de principal ponto de encontro da cidade, e a antiga Rua da Liberdade, hoje Barão do Rio Branco, unindo a praça ao centro tradicional, a função de principal artéria urbana, sendo nesta

⁴³ A medida de 20 palmos refere-se a 4,40 metros, imposto pelo Código de Posturas Municipal.

⁴⁴ A Antiga Estação Ferroviária atualmente faz parte do complexo do Shopping Estação. A edificação do *shopping*, contudo, interfere significativamente na paisagem urbana, e reduz a visibilidade deste edifício.

implantada a antiga estação dos bondes A transformação da área em centro político e comercial da cidade, juntamente com a concessão de licença municipal à instalação de diversos tipos de comércios na praça e em seus arredores, atraiu vários hotéis, a maioria pertencente a alemães e italianos, dedicados à hospedagem de imigrantes, comerciantes e políticos. (CPC, 2010).

O terceiro grupo é formado pela arquitetura pré-modernista da primeira metade do século XX, com grande influência do *art déco*. (PESSERL, 2005). Caracterizam-se por apresentarem uma altura maior, com três pavimentos e pé direito alto. Estes exemplares são encontrados especialmente na Rua Cruz Machado, geralmente ocupados com uso comercial no térreo, e serviços no pavimento superior.

A combinação do segundo e do terceiro grupo tipológico identifica um terceiro setor de bens patrimoniais, que constitui o trecho da cidade que abrange duas praças, a Osório e a Santos Andrade, ligadas por uma via com duas denominações: a Rua XV de Novembro e Avenida Luis Xavier. A ocupação desta área deu-se na segunda metade do século XIX, com o enriquecimento da cidade durante o ciclo do mate. Nessa época o casario térreo, que predominava na área foi substituído por sobrados de uso comercial e residencial, o que, do final do século XIX até a década de 1930, consolidou três funções básicas desse espaço: comércio, habitação e lazer, identificando-o como eixo comercial, cultural e de convivência social (FIGURA 27). (CPC, 2010). A pedestrialização destas ruas em 1972 modificou o panorama da via pública pela substituição do asfalto pelo mosaico.



FIGURA 27 – Apropriação social do espaço da Avenida Luis Xavier/edificações de influência *art-déco*

FONTE: A AUTORA/2007

A Avenida Luis Xavier é o nome dado à extremidade da Rua XV de Novembro, em que a largura da via é maior conhecida pela sua reduzida extensão, e denominada popularmente por ‘boca maldita’. Sua vocação de lazer iniciou-se em 1916, com a instalação do *Palace Theatre*, casa de diversões para apreciadores de patinação. Entre os anos de 1929 e 1959, foram inaugurados o Cine Teatro Avenida, o Cine Palácio e o Cine Ópera. Destacam-se na avenida dois edifícios: o Palácio Avenida e o Moreira Garcez, que foram os primeiros prédios de apartamentos e escritórios da cidade.

A Praça Osório, na extremidade da Avenida Luis Xavier, é expressiva pela concentração de equipamentos recreativos em um espaço desenhado no século XIX e pela presença de arborização de grande porte. Já a Praça Santos Andrade, na outra ponta da paisagem tombada, tem como um dos elementos principais o prédio da Universidade Federal do Paraná e na outra extremidade, o Teatro Guaíra, projetado na década de 1950, pelo engenheiro Rubens Meister e construído no final dos anos de 1970. Os dois outros lados da praça são ocupados por edificações de comércio e residência, apresentando características do quarto grupo tipológico. (CPC, 2010).

O quarto grupo é formado por edificações que representam a arquitetura modernista. Em função das técnicas construtivas desse período, estes edifícios apresentam maior verticalização e densidade de ocupação. Seus exemplares têm como características arquitetônicas marcantes a ausência de ornamentos, larga utilização de vidro nas fachadas, e a presença de marquises.

O aspecto da paisagem da área central, atualmente, é caracterizado pelo quarto grupo tipológico, traduzido na conformação vertical predominante, resultado das políticas de adensamento aplicadas pela diferentes legislações de uso e ocupação do solo. (FIGURA 28). Seus edifícios, por serem em grande parte anteriores a década de 1980, possuem amplos espaços e pés direitos mais altos quando comparados aos construídos após a década de 1990. Entretanto, é visível a sua obsolescência devido ao fato de muitos não possuírem vagas de garagem, entre outras necessidades da vida contemporânea. Tais características contribuem para subutilização de diversas edificações, ou o uso exclusivo de escritórios e reduzido uso residencial.



FIGURA 28 – Paisagem da área central caracterizada pela verticalização

FONTE: A AUTORA/2010

Derivada dos parâmetros legais de uso do solo incidente na área central, caracterizada majoritariamente pela Zona Central (ZC), o padrão de ocupação dos lotes é extensivo em superfície. Somente no Setor Histórico e imediações, onde são encontradas as edificações coloniais e neoclássicas, verifica-se maior porcentagem de espaço não edificado nos lotes.

De maneira geral, tem-se a percepção de que o uso comercial é muito mais presente do que o residencial na área central. (MAPA 02). Dentro do perímetro formado pelas praças Tiradentes, Rui Barbosa, Passeio Público e Terminal do Guadalupe é predominante o comércio do terciário popular. Toda essa área é bastante utilizada durante o horário comercial. (FERRI, 2009; SOUZA, 2009).

Segundo o levantamento realizado por Ferri (2009), percebe-se que a área de serviços se concentra especialmente a oeste do bairro Centro, nas bordas-limites deste com os bairros Batel e Rebouças. No entanto, nas áreas de uso comercial, se observado os edifícios de uso misto, percebe-se que os serviços também ocorrem nos pavimentos superiores. A função residencial parece mais concentrada nas bordas-limites do bairro, especialmente em direção aos bairros São Francisco, Alto da XV, Alto da Glória e Batel, ou nas proximidades da Praça Osório, Círculo Militar e Passeio Público. (MAPA 02).

O uso residencial pode ser apontado como uso predominante em todos os horários, incluindo-se também os cortiços existentes na área central. As principais concentrações de cortiços se encontram próximas às áreas de interesse patrimonial, especialmente no eixo Barão-Riachuelo, na Rua Treze de Maio, nas bordas na área

institucionalizada como Setor Histórico, e nas proximidades da Praça Eufrásio Corrêa. São poucas as áreas que podem ser consideradas estritamente residenciais, encontrando-se principalmente na porção leste do bairro na direção do bairro Alto da XV. As ruas dessa área caracterizam-se por passeios mais largos e um baixo fluxo de veículos.

As lojas de grandes redes presentes na área central valem-se da estratégia de estarem localizadas de modo agrupado e por especialização de usos, o que atrai consumidores, a exemplo das lojas de eletrônicos e eletrodomésticos, na Rua Marechal Deodoro, e do terciário popular, na XV de Novembro. Há também lojas do tipo brechó, de móveis e roupas, que se concentram mais especificamente nas ruas Riachuelo e São Francisco. As grandes agências bancárias, corretoras e outros serviços relacionados ao setor financeiro têm sua área de concentração também ao longo da Rua Marechal Deodoro.

Percebe-se uma concentração do uso cultural e de lazer no Setor Histórico e o entorno próximo, como a Rua Carlos Cavalcanti, Rua Trajano Reis e Rua Treze de Maio, especialmente marcados por equipamentos privados de caráter público, como bares, cafés e teatros. (FIGURA 29). Também há uma concentração razoável destes equipamentos no entorno da Praça Santos Andrade. Destaca-se, ainda, em termos de uso, a realização de feiras sazonais em determinados espaços públicos, onde são comercializados o artesanato local, livros, produtos e comidas típicas, e possuem o diferencial de gerar a permanência de pessoas em horários fora do comercial, como a realizada na Praça Osório. (MAPA 02).



FIGURA 29 – Uso noturno do Largo da Ordem/equipamentos privados de caráter público

FONTE: A AUTORA/2010

MAPA 02 – USOS DO ESPAÇO DA ÁREA CENTRAL

Dessa maneira, entende-se que a área central apresenta duas dinâmicas distintas e complementares: uma durante o horário comercial e outra após este horário e durante os finais de semana. Os usos que se mantêm presentes em horários e dias diversos são principalmente os relacionados ao residencial e lúdico (cultural e lazer). São, contudo, os bares e casas noturnas, especialmente na região do Setor Histórico e proximidades, que garantem uma frequência de uso mais prolongado, e uma movimentação maior da rua. A área central destaca-se, portanto, por abrigar quantidade significativa de equipamentos culturais, que promovem circulação de pessoas nos horários pós-comercial. No bairro podem ser encontrados 46% do total de museus da cidade e 55% dos teatros. (BLASCOVI, 2006).

No que tange à educação de ensino superior, atividade também responsável por circulação de pessoas após o horário comercial, a área central abriga duas universidades, quatorze faculdades e quatro campus universitários, com cursos diversos, totalizando vinte instituições de ensino superior. Desse total cinco são públicas, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Quanto à infra-estrutura, a área central se destaca em relação aos outros bairros da cidade devido ao alto grau de consolidação verificado. A totalidade de suas ruas é pavimentada, há rede de energia elétrica e iluminação pública, abastecimento de água, coleta de lixo, e sistemas de esgoto e drenagem. É, portanto, a área de maior potencial urbanístico de Curitiba, frente aos investimentos públicos e privados acumulados ao longo do tempo na produção do espaço urbano.

A área central apresenta também grande oferta de transporte público. Toda a rede integrada e não integrada de transporte converge ao centro, com desembarque em ruas e praças da área central, que transformam, contudo, espaços públicos de convivência em áreas de transbordo. Existem cinco terminais, quatro destes terminais-praças. Além dos terminais, ruas como a Travessa Nestor de Castro, Dr. Muricy (metropolitano), Praça Dezenove de dezembro, Praça Osório, e áreas de conexão e transferência entre ônibus (estações tubos) nas Praças Eufrásio Correa e Círculo Militar, são ocupadas por uma série de pontos finais de linhas inter e intra-urbanas.

6.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

A primeira lei de zoneamento para a cidade de Curitiba, de 1953, instituiu para o bairro Centro parâmetros que visavam adensá-lo, não através da função residencial, e sim priorizando usos como o comercial. Na Lei de Zoneamento do Plano Diretor na década de 1960, também foram concedidos incentivos ao seu adensamento, mas dessa vez também direcionado ao uso residencial em especial nas áreas do bairro compreendidas pela chamada Zona Residencial 3. Na década de 1970, com um novo zoneamento, buscou-se coibir a suburbanização das áreas residenciais da cidade, assim como disciplinar a Zona Central, limitando o seu crescimento, direcionando frentes imobiliárias e de adensamento nas áreas ao longo dos eixos estruturais. O zoneamento para o bairro Centro nesta lei contemplava uma única zona, a Zona Central, ainda com altos coeficientes de aproveitamento, mas reduzidos à metade em comparação com os parâmetros de ocupação anteriores.

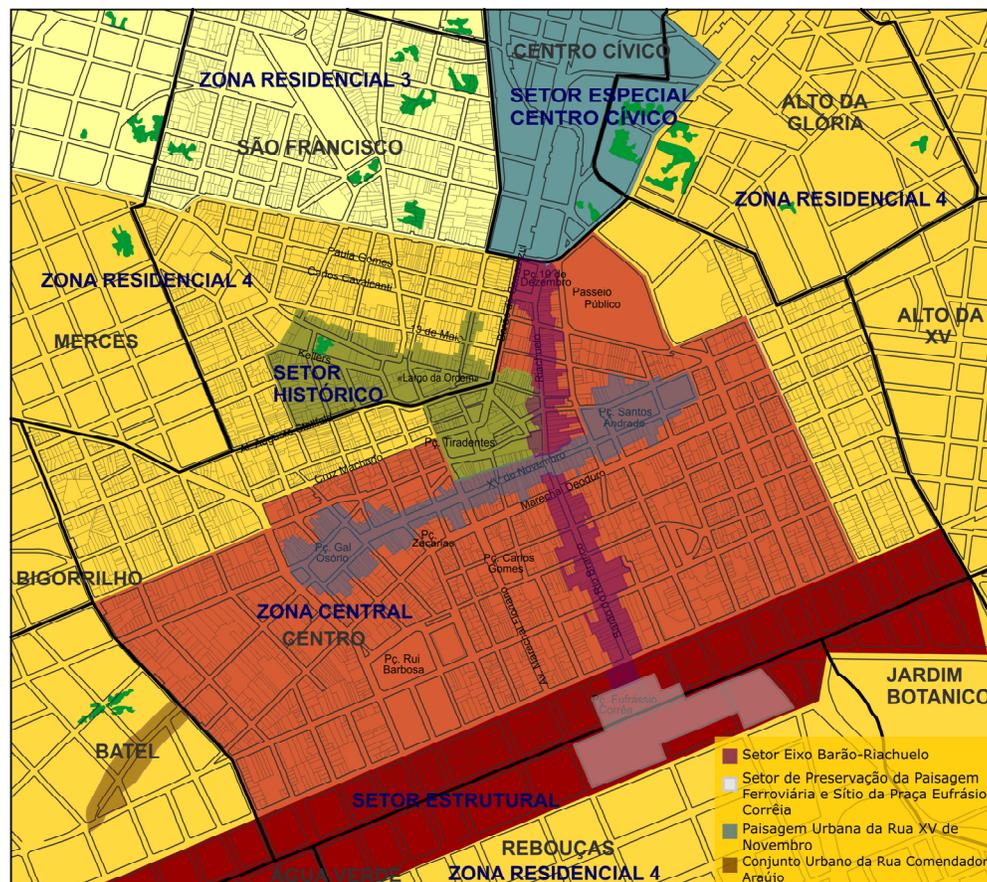


FIGURA 30 – Zoneamento da área central

FONTE: IPPUC (2010) – LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DECRETOS MUNICIPAIS. Trabalho pela autora

O zoneamento atual de Curitiba é determinado pela Lei Municipal nº 9800/2000, que propõe a criação de novos eixos de adensamento e de áreas de preservação. (FIGURA 30). Por essa legislação, a área central de Curitiba está dividida em: Zona Central (ZC), Zona Residencial 4 (ZR4), Setor Estrutural (SE), Setor Histórico (SH), e três Setores Especiais- Setor Especial de Pedestres, Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo e Setor Especial de Preservação da Paisagem Ferroviária, todos definidos por decretos complementares à lei de uso e ocupação do solo. (IPPUC, 2010). Em comparação às leis anteriores, para esse novo zoneamento na área, criaram-se algumas restrições em relação à taxa de permeabilidade do solo, afastamentos de divisas e especificações de lote mínimo.

Entre os decretos complementares desta lei, pode-se destacar o que trata especificamente da Zona Central (ZC) de Curitiba, que compreende parte do centro tradicional, e é caracterizado por grande concentração de atividades e funções urbanas de caráter setorial, sendo permitido o uso habitacional, comercial e de prestação de serviços. O coeficiente de construção nesta zona é igual a cinco, o que vale dizer que se busca um adensamento pela verticalização. Para se estimular o uso residencial na área central, foi instituído no mesmo ano da revisão da lei de zoneamento (2000), através do decreto nº 184/00, incentivos para galerias comerciais e edifícios de habitação coletiva e condições para implantação de estacionamentos privativos ou coletivos.

Sob estes parâmetros se sobrepõem os dos Setores Especiais. O Setor Especial de Pedestres, que define parâmetros para a Rua XV de Novembro pedestrianizada, mesmo sendo caracterizado principalmente pela concentração de comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial, permite a habitação coletiva, institucional e transitória, e ainda usos de lazer e cultura. O coeficiente de aproveitamento é de 3,6, o que vale dizer que se mantêm a proposta de verticalização. Contudo, como se trata de uma paisagem tombada estadualmente e de interesse de preservação patrimonial, novas construções na área, mantida este coeficiente, podem interferir na volumetria da paisagem, como já o fizeram os edifícios do quarto grupo tipológico, de características modernistas.

O Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo, institucionalizado pelo decreto nº 186/2000, foi definido considerada a necessidade de preservar o patrimônio cultural desta área, e a partir do interesse em manter a uniformidade da paisagem neste sítio. Para normatizar as condições de ocupação e uso do solo para a revitalização e valorização urbana desse importante eixo histórico, os usos permitidos são os mesmos

que no Setor Especial de Pedestres com o acréscimo de casa de estudantes e alojamentos estudantis. O alto coeficiente de aproveitamento de 3,6, com exceção ao subsetor da Riachuelo determinado em 5, se submete ao *caput* 1º do artigo 6º do decreto em questão. Este define que as novas obras projetadas em lotes vagos sujeitam-se a influência restritiva das Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) mais próximas, no que diz respeito ao limite de altura, modulação, volumetria, escala, cor, materiais construtivos e revestimentos utilizados nas fachadas e coberturas, devendo manter uma aparência neutra com relação à paisagem urbana.

QUADRO 04 – Parâmetros urbanísticos

ZONA/ PARAMETROS URBANISTICOS	USOS			OCUPAÇÃO						
	PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSIVEIS	COEFIC. APROV.	TAXA OCUP. MAX (%)	ALTURA MAX. (PAV.)	RECUO MIN. ALIN. PREDIAL (m)	TAXA PERMEAB. MIN (%)	AFAST. DAS DIVISAS (m)	LOTE MIN. (testada X area)
ZONA CENTRAL - ZC	Habitação Coletiva; Habitação Institucional; Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2- Lazer e Cultura; Comunitário 2- Culto Religioso; Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1	Comunitário 2 e 3- Ensino	5	Térreo e 1º pav. = 100% Demais pav. = 66%	Livre	-	Atendido o § 5º do Art. 42.	Térreo e 1º pav. = Facultado Demais pav. = 2,00m	11 X 330
	Indústria Tipo 1 (Somente alvará de localização em edificações existentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZONA RESIDENCIAL 4 ZR4	Habitação Coletiva; Habitação Institucional; Habitação Transitória 1; Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro	Habitação Unifamiliar; Habitação Unifamiliares em Série; Comunitário 1	-	2	50%	6, 2 (para comércio e serviço e comunitário)	5m	25%	Até 2 pav. = Facultado Acima de 2 pav = h/6 atendido o min. de 2,5 m	15 X 450
	Indústria Tipo 1 (Somente alvará de localização em edificações existentes ou anexas à moradia.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SETOR ESPECIAL PREFERENCIAL DE PEDESTRES - SE-PE	Habitação Coletiva; Habitação Institucional; Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2- Lazer e Cultura; Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial; Comunitário 1	Uma habitação unifamiliar por lote	Comunitário 2 e 3- Ensino	3,6	Térreo e 1º pav. = 100% Demais pav. = 66%	5	-	Atendido o § 5º do Art. 42.	-	11 X 330
SETOR ESPECIAL EIXO BARÃO - RIACHUELO	Habitação Coletiva; Habitação Transitória 1 e 2; Casa de Estudante e Alojamento Estudantil; Comunitário 2- Lazer e Cultura e Culto Religioso; Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial	Habitação Unifamiliar	Comunitário 2 e 3- Ensino	3,6 (Subsetor Riachuelo = 5)	Térreo 1º e 2º pav. = 100% Demais pav. = 50%	Embasamento = 3 pav; Bloco Vertical = altura livre	Embasamento obrigatório alinhamento predial; Bloco Vertical = 15,00 m	-	Embasamento = Facultado; Bloco Vertical = 2,00 m	11 X 330
SETOR ESPECIAL HISTORICO - SEH	Subsetor 1 Subsetor 2	Habitação Coletiva; Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 1; Comunitário 2- Lazer e Cultura; Comunitário 2- Culto Religioso; Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial	Habitação Unifamiliar	Comunitário 2 e 3- Ensino	2,6	100% no terreo e 60% nos demais pav.	3	Obrigatorio no alinhamento	-	11 X 330
					2	50%	4	5m	-	15 X 450

FONTE: IPPUC (2010) – LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DECRETOS MUNICIPAIS. Trabalho pela autora

Percebe-se o incentivo ao adensamento via o uso habitacional no artigo 7º, que permite, em novas edificações destinadas ao uso habitacional, o embasamento ocupando os três primeiros pavimentos como não computável, sob a condição do empreendedor recuperar uma UIP situada no Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo. No subsetor da Riachuelo ainda se aplica a lei complementar nº74, que cria incentivos fiscais para a

recuperação de edificações e dinamização da área do entorno do Paço Municipal. A lei prevê descontos de 50% a 100% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), conforme a situação dos imóveis reformados, assim como isenção do Imposto Sobre Serviço (ISS), do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Atos Intervivos (ITBI), das Taxas de Licença para Execução de Obras e de Vistoria de Conclusão de Obras. Acrescenta-se que os imóveis não edificados, subutilizados e com edificações paralisadas ou em ruínas localizados na área definida nesta lei ficam sujeitos aos instrumentos de edificação compulsória e à incidência de alíquotas progressivas no tempo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, IPTU Progressivo.

O Setor Especial Histórico, definido pelo decreto nº 185/2000, foi institucionalizado a partir da revisão do decreto nº 1160/71. Este decreto mantém as condições estabelecidas como diretrizes gerais no Plano de Revitalização de 1970, mas amplia os limites do setor, estendendo-o até a Praça Tiradentes e seu entorno, apesar de ainda não contemplar todos os edifícios de interesse histórico presentes na área central. Permite como usos a habitação coletiva e transitória, o comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial, assim como usos de lazer, cultura e culto religioso. Dividido em dois subsetores, o coeficiente de aproveitamento no Subsetor 1 é de 2,6 e no Subsetor 2 é de 2,0. Contudo, como forma de incentivo à restauração, e para evitar construções anexas nos lotes que contêm edificações cadastradas como UIP, pode ser admitido o coeficiente de aproveitamento 4,0, exclusivamente nos casos de transferência total de potencial construtivo, nos termos da Lei nº 6.337/82.

Assim como no Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo, as novas construções no Setor Histórico sujeitam-se a influência restritiva das UIPs mais próximas. Em todas as áreas definidas como de interesse de preservação, os projetos arquitetônicos de novas construções devem se submeter ao IPPUC, à Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural (CAPC), e aos demais órgãos competentes, como o IPHAN, para análise das condições de ocupação no lote e da compatibilidade do projeto com a paisagem urbana dos sítios em questão.

Próximo ao limite do bairro Centro com o Alto da XV algumas quadras pertencem ao Zoneamento Residencial 4 – ZR-4, que tem como parâmetros a taxa de ocupação de 50%, coeficiente de aproveitamento equivale a duas vezes a área do lote, e

altura máxima de seis pavimentos. Os usos permitidos são para Habitação Coletiva, Habitação Transitória 1, Comércio e serviço vicinal e de bairro e Indústria tipo 1.

De maneira geral, por mais que incidam legislações urbanas específicas considerando a necessidade de preservar o patrimônio cultural edificado e de se manter a uniformidade da paisagem urbana destas áreas, os parâmetros propostos nas áreas de entorno aos setores especiais interferem na paisagem, especialmente a Zona Central. Estes parâmetros apresentam dimensões características de grandes centros urbanos, garantindo a intensa dinâmica econômica e imobiliária. Desta forma, as áreas de interesse patrimonial se restringem à cenários isolados imersos na paisagem altamente verticalizada da área central de Curitiba.



FIGURA 31 – Vista aérea do Setor histórico de Curitiba imerso na paisagem verticalizada da zona central

FONTE: www.curitibacvb.com.br/site/files/conteudo/image/curitiba01.jpg

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a produção do espaço da área central de Curitiba, e suas transformações, acompanharam as ações do planejamento urbano, e os direcionamentos objetivos à lógica de mercado. Nesse sentido a dinâmica imobiliária da área central_ reforçada enquanto tendência na decisão dos agentes privados quanto à apropriação e uso do solo urbano_ contribuiu tanto para a segregação socioespacial da metrópole quanto para a conversão da área central em centro metropolitano, atraindo serviços e comércios especializados. Independente das centralidades secundárias incentivadas pelas ações de planejamento desde a década de 1940, a área central de Curitiba persiste em exercer um alto grau de polarização, consolidando o mais elevado preço da terra, apesar de seus edifícios serem mais antigos e não incorporarem novas necessidades da vida contemporânea (como estacionamentos).

De maneira geral, o poder público utiliza o discurso de esvaziamento da área central de Curitiba para executar intervenções de atração de uma nova população para a área. Contudo, é possível concluir, através da análise da realidade, que este espaço mantém-se como a maior saliência positiva de atração da cidade, por seus componentes antropológicos, políticos, econômicos e arquiteturais. Desta forma, a partir da reflexão dos diversos autores contemporâneos discutidos neste estudo, o processo de esvaziamento da área central pode ser analisado sobre a ótica do discurso social, pois se trata especialmente da preocupação do poder público com o abandono das classes médias e altas, já que as classes populares continuam a ocupar este espaço, seja através do mercado informal, atividades terciárias populares ou da ocupação de edifícios em forma de mocós e cortiços.

O esvaziamento desta área é, então, seletivo, e a tentativa de transformá-lo de acordo com funções consideradas mais ‘nobres’, através das intervenções mais recentes, se utiliza largamente do discurso de preservação patrimonial para justificar opções claramente gentrificadoras, não abrangendo as relações dinâmicas do centro, e de maneira geral ignorando questões de caráter social intrínsecos à ocupação da área.

A atuação do poder público na produção deste espaço urbano se define por intervenções de caráter pontual e a utilização do discurso de desejo de preservação na fomentação de centralidades culturais, por meio das atividades lúdicas incentivadas na revitalização das áreas de interesse patrimonial. Percebe-se, então, em consonância com

as novas referências no urbano de internacionalização de economias em concorrência, o crescimento do papel econômico do turismo como importante fonte de renda para a cidade. É evidente o posicionamento do poder público em definir o patrimônio histórico como produto de consumo cultural, predominando a idéia de preservação vinculada à lógica de *tabula rasa*. (MOREIRA, 2004), e direcionada a uma população flutuante.

Utilizando da difusão cultural como estratégia produtiva, a definição do Setor Histórico, assim como dos Setores Especiais de preservação patrimonial, como espaços turístico-culturais promovem a discussão patrimonial em consonância com as políticas urbanas de valorização econômica dos espaços da área central, legitimado pelo *marketing* urbano. Percebe-se claramente que os gestores públicos encontraram mais uma vez na cultura uma alternativa para camuflar suas responsabilidades econômicas e sociais, e expulsarem da área central os grupos marginalizados, buscando ‘domesticar’ este espaço.

Cabe salientar que a proteção do patrimônio cultural edificado em Curitiba é garantida principalmente por legislação urbanística, independente de leis de tombamento. Segundo Souza (2005), por duas vezes o executivo do município apresentou projeto de lei de tombamento do Setor Histórico à Câmara Municipal, o primeiro da década de 1970, juntamente com o decreto 1.160, esquecido em alguma gaveta do legislativo. O segundo da década de 1980 foi rejeitada em votação. Desta forma, a proteção de bens patrimoniais é direcionada pelo zoneamento e desapropriação de unidades para orientar o uso urbano da área central, que é bastante flexível e interessante ao capital imobiliário.

Restrita à lei de uso e ocupação do solo, e a delimitação de diversas zonas na qual incidem diferentes incentivos fiscais e parâmetros urbanos, prova-se a falta de racionalidade estratégica, no que tange a preservação do patrimônio edificado, com práticas que mesmo inseridas no planejamento urbano, não são integradas ou contextuais. A gestão fracionada deste patrimônio (que compreende: IPPUC; IPHAN; FCC; CAPC_ Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural; CPC - Coordenadoria do Patrimônio Cultural, entre outros), revela a pouca capacitação institucional específica, interferência dos políticos em projetos pontuais (caso atual da restauração do Paço da Liberdade e Corredor Cultural), e o desconhecimento de elementos para avaliação das conseqüências de determinados eventos que não colaboram com a sua eficiência.

Por exemplo, a instituição de ruas exclusivas para pedestres nas áreas de interesse patrimonial, destinadas a garantir o fluxo de usuários e consumidores, mesmo que interessantes do ponto de vista das práticas sociais, denotam a lacuna no conhecimento da lógica do comércio e serviços varejistas e sua relação com a cidade. (VARGAS; CASTILHOS, 2009). Isoladas do tráfego de veículos, estas ruas também propiciam a sensação de insegurança nos períodos não comerciais, que é o caso da Rua XV de novembro que concentra atividades do terciário popular e pouca atividade noturna ou 24 horas. Muitas vezes, intervenções de redução de velocidade de tráfego e aumento de calçadas destinadas a pedestres, com a possibilidade de apropriação privada de caráter público deste espaço por bares e cafés, são soluções mais atrativas e dinâmicas que a sua pedestrianização.

Assim, o estudo realizado sobre a área central serviu de subsídio para a elaboração de uma síntese gráfica de análise. (MAPA 03). A partir das constatações feitas, e da conceituação temática mais aprofundada, parte-se para a proposição de diretrizes gerais que deverão servir de subsídio para a realização posterior de propostas para a Reabilitação do Setor Histórico de Curitiba, e um estudo de cenários possíveis para a efetiva preservação do patrimônio cultural edificado.

MAPA 03 – MAPA SINTESE

7 DIRETRIZES PROJETUAIS: PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA

É preciso deixar-se afetar ou incomodar pela cidades para produzir pensamentos sobre elas e cuidar para que a repetição de fórmulas não apareça como solução para uma cidade mutante, que se desviou em pequenos atalhos e que, como uma porcelana antiga, da louça de família, de superfície lisa e homogênea, aparece um dia envelhecida, atravessada por milhares de pequenas fissuras. É necessária a atenção de um amante em relação ao ser amado para reconhecer os traços desta cidade que se transforma, se fragmenta e permanece. (CASCO, 2001).

Com base na reflexão de diversos autores que tratam do fenômeno urbano contemporâneo, bem como do movimento de volta ao centro das cidades manifestado nos projetos de intervenção estudados, o presente capítulo apresenta diretrizes gerais para a reabilitação das áreas de interesse patrimonial na área central de Curitiba.

Em primeiro lugar, destaca-se que o projeto a ser desenvolvido assumirá como objeto de estudo e intervenção as áreas de interesse patrimonial da área central, e não ficará restrito ao Setor Histórico de Curitiba, pois de acordo com as conclusões obtidas na análise da realidade foi possível constatar que o limite territorial para o referido Setor apresenta contradições importantes em relação à norma e ao processo espacial vigentes.

A legislação urbana de Curitiba que define diversos Setores Especiais, que no discurso objetiva a preservação do patrimônio urbano, apresenta-se de fato na perspectiva da criação de sucessivas frentes imobiliárias visto, por exemplo, os altos coeficientes de aproveitamento definido para estes setores. Neste aspecto, algumas questões se colocam como desafio para o futuro projeto. Deve o desenvolvimento urbano ser regido por princípios em que a qualidade urbana encontra-se reduzida a atender a demanda do mercado? A preservação do patrimônio cultural edificado continuará servindo ao discurso social para justificar ações de caráter gentrificador e vinculadas ao desejo de *tabula rasa*?

A percepção inicial é que a idéia de retorno à área central, manifestada em Curitiba pelas intervenções urbanas implementadas na atualidade, apesar de apresentar

potencialidades do ponto de vista de criação de qualidades urbanas, tende a perpetuar a construção das mesmas com baseada na homogeneidade, no discurso da segurança, na separação e exclusão social. A importância da discussão do desejo de *tabula rasa* e preservação no processo de produção do espaço da área central, que segundo Moreira (2004), aponta para a diluição de sua potencialidade criativa, ao reproduzir condições urbanas restritivas e muitas vezes segregadoras, também deve ser discutida.

Ou seja, na seletividade proposta pelo desejo de *tabula rasa* e preservação, tem vencido a repetição de uma mesma lógica: o retorno ao centro possibilita a utilização mais racional do solo e a infra-estrutura urbana existente, mas persiste a dificuldade na construção de outras possibilidades urbanas, que exigem uma reflexão mais profunda a respeito das lógicas de se pensar a cidade e como intervir nela. (MOREIRA, 2004). Desta forma, acredita-se que, antes de tudo, deve-se assumir que são diversas as possibilidades e os cenários para a reabilitação das áreas de interesse patrimonial no centro de Curitiba, que na presente realidade urbana assume também o papel de centro da metrópole, ampliando a complexidade dos fenômenos urbanos presentes e extrapolando os limites de gestão, que por lei estariam restritos à competência do município pólo.

Estas questões levantadas constituem princípios norteadores para se imaginar uma nova realidade, ou a construção de novas qualidades urbanas. Os cenários podem surgir do predomínio das operações de *tabula rasa*, de preservação, ou da interação entre elas, na qual estes desejos se confundem e se complementam. Neste aspecto, não se pode esquecer a utopia perdida com o aumento do ceticismo do pensamento urbanístico, mas sim permitir-se imaginar cenários ainda invisíveis, e lembrar que a cidade é uma obra de arte coletiva, na qual a sociedade utiliza toda sua capacidade criativa, e não um simples produto material. (MOREIRA, 2004; LEFEBVRE, 2001).

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história [...]. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

A utopia, segundo Lefebvre (1999), é o lugar do olhar que domina a cidade, o lugar mal determinado, mas pleno de imagens, o lugar da consciência das diversas possibilidades. Assim, acredita-se que as contradições do urbano, analisadas neste estudo, são parte da composição da própria cidade, passíveis de serem resolvidas imaginando-se a mobilização completa do espaço. “Que o efêmero dele se apodere. Que todo lugar torne-se multifuncional, polivalente, transfuncional [...] que grupos tomem espaços através de atos e construções expressivas” (LEFEBVRE, 1999).

É fato que as contradições urbanas sempre estarão presentes como manifestação material das próprias contradições do ser humano e da vida em sociedade. Mas isto não impede a imaginação de cenários baseados na utopia, e na obra de arte que é a construção da cidade. Este é um desafio que guarda, por um lado, a sensação de indagações a respeito de tudo o que não se terminou no processo de produção do espaço, do que ainda não começou, e por outro lado, do que foi destruído e do que permanece como representação material.

Estas destruições e permanências, desejos de *tabula rasa* e de preservação, auxiliam na compreensão de que o patrimônio edificado, símbolo da memória coletiva da cidade, faz parte da história, ao mesmo tempo em que é protagonista desta, sendo espaço de disputa econômica, política e simbólica. Desta forma, baseado na compreensão do espaço da área central como o principal lugar simbólico de Curitiba, onde é possível se manifestar a intensa diversidade e heterogeneidade da cidade, feita de fluxos e não apenas de edifícios, as diretrizes projetuais apresentadas norteiam-se na possibilidade de resgate do espaço público a partir do seu patrimônio cultural edificado.

1. Estudar a paisagem urbana da área central de Curitiba

As qualidades da questão urbana não escapam sua componente arquitetônica, na medida em que as relações e práticas sociais ocorrem em determinados espaços. As manifestações sociais admitem uma série de manifestações concretas e um variado número de tipos de espaço arquitetônico e urbanístico, como por exemplo, o edifício, a praça, a rua, o conjunto de edifícios, a fração urbana, o sistema de áreas livres públicas, etc. O que estes tipos têm em comum é, principalmente, sua natureza, tanto física como social, que faz com que se caracterizem como lugares, ou seja, porção do território onde

se desenvolvem práticas sociais com possibilidades diversas, e que incluem as contemplativas, de fruição estética, entre outras. (KOHLSDORF, 1996).

Desta forma, compreender as práticas sociais que definem os espaços da área central de Curitiba, exige um estudo de sua paisagem material a partir da identificação de imagens públicas e da memória coletiva. Para tanto, se propõem utilizar a metodologia definida por Lynch (1997), de reconhecimento sistemático da área de estudo, mapeando a presença de diversos elementos, sua visibilidade, a força ou fragilidade de sua imagem, conexões, desconexões e inter-relações.

Lynch (1997) trabalha com o conceito de legibilidade do ambiente urbano. Para o autor uma cidade só é legível se puder ser imaginável, ou seja, é necessário que haja clareza física na imagem. Para ele, existem cinco elementos da cidade que podem ser percebidos pelos seus usuários: as vias, os pontos nodais, os bairros, os limites e os marcos. Estes elementos, percebidos de formas diversas, constituem uma imagem pública da cidade, que é a sobreposição de muitas imagens individuais, ou até mesmo diversas imagens públicas criadas por grupos sociais específicos.

O estudo da paisagem tem como objetivo compreender as formas que determinam as áreas de interesse patrimonial de Curitiba, e sua relação com a área central e a dinâmica da cidade, a fim de utilizá-las para reforçar o significado do espaço público da área. Acredita-se que um cenário físico vivo e integrado, capaz de fornecer símbolos coletivos, desempenha um forte papel social, possibilitando a apropriação coletiva e democrática do patrimônio cultural edificado.

2. Identificar o perfil dos agentes sociais que produzem o espaço das áreas de interesse patrimonial

Da mesma maneira como as formas urbanas, possíveis de ser identificadas a partir do estudo da paisagem, os agentes sociais que produzem o espaço urbano também o definem pelas práticas sociais. Assim, se propõem a identificar o perfil dos principais agentes sociais, a partir da realização de entrevistas com uma amostra de pessoas que moram ou trabalham nas áreas de interesse patrimonial de Curitiba.

Os usuários mais freqüentes são os que definem a qualidade de lugar ao espaço urbano. Assim, para compreender a representação simbólica efetiva deste espaço se faz necessário identificar os agentes sociais que o produzem. Após a definição deste perfil

será possível identificar aspectos ligados ao programa de reabilitação da área de estudo, dentre eles as possibilidades de diversidade social, de entendimento entre os interesses dos agentes sociais que neste intervém, e de definição de usos para o patrimônio cultural edificado, que possibilitem a apropriação democrática do espaço da área central de Curitiba.

3. Estudar a morfologia urbana das áreas de interesse patrimonial

A cidade materializa em sua morfologia a acumulação de tempos compondo-se de fragmentos de contextos históricos que a integram desde a origem. Segundo Del Rio (1990), a cidade pode ser compreendida, em termos morfológicos, com três níveis organizativos básicos: o coletivo, o comunitário e o individual, em torno dos quais se estruturam todos os significados e acontecem as apropriações sociais.⁴⁵

A importância da análise morfológica da área de estudo está em compreender a lógica de formação, evolução e transformação dos elementos urbanos e das suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente. Propõem-se, então, o estudo de traçado e parcelamento como elementos ordenadores do espaço, estrutura fundiária, circulação e acessibilidade, relação entre cheios e vazios, o conjunto de planos verticais, tipologias dos elementos urbanos, relações intervolumétricas, relações das edificações com o lote e o espaço público, entre outras, baseado nas metodologias de Del Rio (1990) e Kohlsdorf (1996).

A partir da análise morfológica será possível comparar o cenário de ocupação existente com o permitido pelos parâmetros de uso e ocupação do solo, através de simulações virtuais, e assim proceder a uma reflexão crítica da legislação incidente. Essas simulações permitirão um estudo de cenários possíveis e para tanto, se propõem a identificação de áreas, na escala da quadra, que sejam morfologicamente mais representativos dentre as áreas de interesse patrimonial. O levantamento nesta escala permitirá um estudo mais preciso e a apropriação mais detalhada da morfologia urbana.

⁴⁵ A dimensão coletiva é a que possui uma lógica estruturadora percebida inconsciente e coletivamente. A dimensão comunitária traz elementos e uma lógica com significados espaciais apenas para um restrito círculo da população, como por exemplo, o bairro. A dimensão individual, por sua vez, conforma os elementos onde mais livremente se expressam os significados individuais, como a residência e o espaço imediato, e, por tanto, é a que apresenta maior rapidez de transformação. (DEL RIO, 1990).

4. Estudar as legislações incidentes nos perímetros que definem as áreas de interesse patrimonial em relação à dinâmica urbana presente na área central

O estudo da legislação urbana vigente nos perímetros institucionalizados como áreas de interesse de preservação patrimonial, deverá ser aprofundado, a fim de se proceder a uma análise crítica dessa regulamentação urbana, baseada na simulação de cenários de possibilidades de parâmetros de uso e ocupação do solo.

À luz da legislação urbana incidente nos diversos setores definidos e na relação destes com a dinâmica urbana presente na área central, será possível proceder a um estudo de novos parâmetros de uso e ocupação do solo, adequados às necessidades da área e alinhados ao uso democrático do patrimônio cultural edificado.

5. Propor novo perímetro e parâmetros de uso e ocupação do solo para a área de interesse patrimonial

Como já afirmado na síntese da análise da realidade, observou-se um descompasso entre o perímetro institucionalizado como Setor Histórico e as áreas de interesse patrimonial. Este, expressa-se pela legislação urbana vigente, que parece estar centrada em atender as demandas de mercado imobiliário e na definição de novas frentes de reprodução do capital, do que na preservação do patrimônio cultural edificado, discurso utilizado na definição de Setores Especiais de preservação, como o Eixo Barão-Riachuelo, na Preservação da Paisagem Ferroviária, entre outros.

Como já afirmado anteriormente, as áreas de interesse patrimonial se inserem na área central da metrópole curitibana, e, portanto, suas relações extrapolam o limite institucionalizado. A definição de um novo perímetro não pode se reduzir ao desejo de preservação vinculado a *tabula rasa*, possibilitando a criação de um cenário museológico de referências urbanas do passado. O estudo do novo perímetro deve, considerar as diversas possibilidades de interação com a área central, e principalmente, a utilização de sua atração simbólica como um elemento de resgate da diversidade e heterogeneidade metropolitana.

Desta forma, o estudo de um novo perímetro não objetivará a institucionalização de uma área de preservação do patrimônio, mas sim, de um perímetro cujas possibilidades de lugar identitário e de referência à memória coletiva, possam inserir-se

dentro de uma política urbana para área central de Curitiba que incorpore a sua dimensão metropolitana.

6. Definir um programa de reabilitação do patrimônio urbano em compasso com uma política urbana para a área central de Curitiba

A partir dos trabalhos finais de graduação das discentes Lílian Stedille Ferri e Joana Zattoni Milano, elaborados em 2009, cujas temáticas centraram-se na definição de políticas urbanas para área central, será proposto um programa específico para a reabilitação do patrimônio urbano integrado a estas políticas.

Esta diretriz projetual sintetizará as diretrizes anteriores, necessárias para o aprofundamento das questões que dizem respeito à relação entre processo de produção do espaço urbano e preservação do patrimônio cultural em Curitiba. O programa de reabilitação do patrimônio urbano se definirá por meio das considerações possíveis a partir deste estudo, especialmente da análise de correlatos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Nápoles, com relação à gestão do patrimônio, integração de políticas urbanas, e aproximação entre política e sociedade, tendo como referência um processo identitário em torno do patrimônio cultural.

Entende-se que a efetiva preservação do patrimônio somente será possível pela inclusão social em sua vertente cultural como diferencial para o estabelecimento dos padrões urbanísticos e de ações urbanas. Trata-se, sobretudo de formular uma política urbana que considere os usos sociais do patrimônio edificado, não a partir de uma atitude preservacionista, mas com uma visão complexa de como a sociedade se apropria da sua história e da forma como habita seu espaço.

Numa perspectiva integrada da ação de preservação urbana, as estratégias do programa de reabilitação do patrimônio urbano da área central de Curitiba deverão: (i) estabelecer pontos de interseção e procedimentos convergentes entre os modelos de preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano, articulando linhas de atuação; (ii) buscar a interação físico-territorial das áreas de interesse patrimonial e o seu entorno imediato, apropriando-se também das relações metropolitanas; (iii) reconhecer as especificidades destas áreas no contexto urbano, evitando o tratamento homogêneo para áreas urbanas que são diversas e com valores agregados dispares; (iv) utilizar as especificidades da área, especialmente suas referências culturais locais, como determinantes na definição de estratégias de atuação.

O principal objetivo do programa será o resgate da diversidade social e heterogeneidade da área central através do patrimônio urbano, criando-se condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado e compartilhá-lo. Este objetivo baseia-se na premissa de que a área central não deverá permanecer como território exclusivo de qualquer estrato social específico, seja como símbolo, moradia ou lugar de consumo. Esta diversidade será apoiada em instrumentos urbanísticos e de gestão a serem apontados na definição do programa de reabilitação do patrimônio urbano.

Em síntese, as diretrizes projetuais apresentadas, possuem a intenção de contribuir para a produção de um pensamento alternativo em relação à preservação e o uso do patrimônio cultural edificado nas cidades contemporâneas. Nesta perspectiva, a proposta principal é a produção de um processo crítico no qual dúvidas, contradições e problemas sejam expostos para questionar a racionalidade homogeneizante e o pensamento marcado pela lógica do mercado, que tem caracterizado as intervenções na área central de Curitiba. A busca são as possibilidades de caminhos a serem percorridos nesta construção, para garantir um cenário físico vivo e integrado, capaz de fornecer símbolos coletivos, e possibilitar a apropriação coletiva e democrática do patrimônio cultural edificado.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

ADORNO, T. **A indústria cultural**. In: Comunicação e indústria cultural. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

ARANTES, A. A. **As tramas da memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n° 32, 1991.

ARANTES, A. A. **Cultura e Cidadania**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 24, 1996.

ASCHER, F. *Metropolização e transformação dos centros das cidades*. In: ALMEIDA, M. A.R. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrático século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BICCA, B. P. *O centro histórico de Porto Alegre e o Projeto Monumenta: a estratégia dos eixos*. In: VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2009.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. *Introdução*. In: BIDOU-ZACHARIASEN. (org.). **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Centro histórico: espaços do passado e do presente**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2006.

BRASIL, ESTATUTO DA CIDADE. **Estatuto da Cidade: Lei n° 10.257**, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana - Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2001

BRITO, M. **Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro**. *in*: Seminário Internacional reabilitação urbana de sítios históricos. Brasília, dezembro 2002.

- CANCLINI, N.G. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.**
In: Revista do Patrimônio, n°29, 1994
- _____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad.** Paidós Iberica, 2001
- CASCO, A.C.A.J, **Reinventando a Cidade.** In: Revista do Patrimônio, n°29, 2001
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade, 2º volume de **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura,** Paz e Terra, 2001.
- CATTEDRA, R; MEMOLI, M. *A reapropriação do patrimônio simbólico do centro de Nápoles.* In: BIDOUC-ZACHARIASEN. (Org.). **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- D’ARC, H. R. *Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo.* In: BIDOUC-ZACHARIASEN. (org.). **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: PINI, 1990.
- DESMARAIS, G; RITCHOT, G. **La Géographie Structurale.** Paris: L'Harmattan, 2000.
- FERRI, L. S. **Requalificação urbana do centro de Curitiba – PR.** Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.

- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN-MINC, 1997.
- HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- IPPUC. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970.
- JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2003
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999
- _____. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Td. Por CAMARGO, J.L. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACIEL, F. M. *Direito da Cidade e função social da cidade*. In: MOTTA, M. (org). **Transformações do direito de propriedade privada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MEYER, R. M. P. *O espaço da vida coletiva*. In: ALMEIDA, M. A. R. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Manual de reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.
- MOREIRA, C.C. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: UNESP, 2004.
- MOTTA, M; TORRES, M. A. *A função social da posse no código civil*. In: MOTTA, M. (org). **Transformações do direito de propriedade privada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.
- PEREIRA, G.; SILVA, M. N. *Dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole*. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. (Org.) **Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Expressão Popular, 2009.
- PESSERL, Camila P. Folloni. **Diagnóstico e o posicionamento do Estatuto da Cidade**. Monografia Especialização. UFPR. 2007
- PIVA, N. **Corredor Cultural, a cereja do bolo do centenário da UFPR: projeto para os edifícios da UFPR e para o centro de Curitiba**. 2010. (Material inédito).
- PORTAS, N. *As políticas de reforço das centralidades*. In: ALMEIDA, M. A. R. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- SANCHEZ, F. **A reinvenção da cidade para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003

- _____. **Cidade- espetáculo: política, planejamento e *city marketing***. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANCHEZ, F. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes**. In: *R.B. Estudos Urbanos e Regionais n°1, maio 1999*.
- SILVA, H. M. B. *Apresentação*. In: BIDOU-ZACHARIASEN. (org.). **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006
- SMITH, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN. (org.). **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOLÀ-MORALES, M. *Ações estratégicas de reforço do centro*. In: ALMEIDA, M. A. R. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- SOUZA, L. S. **Morar no centro: reabilitação de um edifício vazio para habitação de interesse social – Curitiba PR**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.
- TASCHNER, S. P. *O Brasil e suas favelas*. In: **A cidade da informalidade**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.
- TOURINHO, A. O. *Prefácio à segunda edição*. In: VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2009.
- VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. In: VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2009.

VASCONCELLOS, M. V.; MELLO, M. F. *Re: atrás de, depois de...* In: VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITAKER FERREIRA, J. S. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. In: Simpósio interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005;

AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização..** [online]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16.abril.2010

BLASCOVI, K. M. **Reabilitação urbana: o fenômeno da centralidade e o uso funcional de edifícios não utilizados ou subutilizados nos centros urbanos – o caso de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Setor de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006. [online] Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=564>. Acesso em: 18.maio.2010.

BUSATTO, C. **Governança Solidária Local: desencadeando o processo**. Porto Alegre, 2005. [online]. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/gsl_desencadeando_o_processo.pdf> Acesso em: 17.maio.2010

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. [online]. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php>> Acesso em: 19.maio.2010

CASTRO, G.A.P. **Política de segurança pública dialógica: (Re)pensando o controle social local sob a perspectiva de uma teoria discursiva**. 2006. [online]. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/gustavo_almeida_paolinelli_d_e_castro.pdf> Acesso em: 31.maio.2010

COMUNE DI NAPOLI. . [online]. Disponível em: <<http://www.centrostorico.na.it/>>

Acesso em: 7.maio.2010

CPC. **Coordenadoria do Patrimônio Cultural.** [online]. Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>> Acesso em: 21.maio.2010

IEPHA. [online]. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>> Acesso em:

28.março.2010

IPPUC. **Plano diretor 2004: o planejamento urbano de Curitiba.** 2004. [online].

Disponível em: <<http://www.ippuc.gov.br>> Acesso em: 03.junho.2010

IPPUC. **Curitiba em dados.** [online]. Disponível em:

<http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp>. Acesso em: 02.junho.2010.

IPPUC. **Plano Regional Matriz.** 2008 [online]. Disponível em:

<<http://www.ippuc.gov.br>> Acesso em: 26.maio.2010

MEDVEDOVSKI, N.S.; ROESLER, S.; COSWIG, M; **Programa de Arrendamento Residencial - Direito à cidade e à habitação sem o direito à participação social.** 2010. [online]. Disponível em:

<<http://www.invi.uchile.cl/derechociudad/ponencias/Jornada/Panel%201/23.%20Saffer,%20Treptow.pdf>> Acesso em: 21.maio.2010

MINISTÉRIO DA CULTURA. . [online]. Disponível em: <

<http://www.cultura.gov.br/site/>> Acesso em: 05.maio.2010

MONTOYA, 200_.**Morfología urbana: uma alternativa de análisis metodológico.**

[online]. Disponível em:

<<http://www.digital.unal.edu.co/dspace/bitstream/10245/860/4/03CAPI01.pdf>>.

Acesso em: 28.março.2010

MOREIRA, C. M. **Intervenções urbanas contemporâneas: o caso da área da Luz no centro de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Paulo,

